



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Pernambuco

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Campus Recife

Departamento Acadêmico de Cursos Superiores

Curso de Licenciatura em Geografia

NATÁLIA ANDRADE RODRIGUES

**A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-LITORÂNEO DO DISTRITO DE PONTA  
DE PEDRAS, GOIANA-PE: a dinâmica de expansão das primeiras e segundas residências**

Recife

2022

NATÁLIA ANDRADE RODRIGUES

**A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-LITORÂNEO DO DISTRITO DE PONTA DE PEDRAS, GOIANA-PE: a dinâmica de expansão das primeiras e segundas residências**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Recife, como requisito para obtenção de título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aduino Gomes Barbosa.

Recife

2022

Catálogo na fonte: Danielle Castro da Silva CRB4/1457

R696r  
2022

Rodrigues, Natália Andrade

A (re)produção do espaço urbano litorâneo do Distrito de Ponta de Pedras, Goiana – PE: a dinâmica de expansão das primeiras e segundas residências. / Natália Andrade Rodrigues. --- Recife: A autora, 2022.  
101f. il. Color.

TCC (Curso de Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Pernambuco, Departamento Acadêmico de Cursos Superiores - DACS, 2022.

Inclui Referências.

Orientadora: Professor Dr. Aduino Gomes Barbosa.

1. Produção do Espaço. 2. Primeiras e Segundas Residências. 3. Vilegiatura Marítima. 4. Turismo Litorâneo. I. Título. II. Barbosa, Aduino Gomes (orientador). III. Instituto Federal de Pernambuco.

CDD 910 (21ed.)

NATÁLIA ANDRADE RODRIGUES

**A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-LITORÂNEO DO DISTRITO DE PONTA DE PEDRAS, GOIANA-PE: a dinâmica de expansão das primeiras e segundas residências**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Recife, como requisito para obtenção de título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aduino Gomes Barbosa.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e **APROVADO** em 18 de agosto de 2022 pela Banca Examinadora:

---

Aduino Gomes Barbosa (IFPE/CGEO)  
Orientador  
Doutor em Geografia - UFPE

---

João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão (IFPE – *Campus* Garanhuns)  
Examinador Externo  
Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPE

---

Wedmo Teixeira Rosa (IFPE/CGEO)  
Examinador Interno  
Doutor em Geografia – UFPE

Recife - PE

2022

Dedico esse trabalho aos meus pais - Maria Ericka Andrade e Eurípedes Rodrigues Junior - e aos meus avós paternos - Maria Lúcia e Eurípedes Rodrigues (*in memoriam*), sem eles meu processo formativo nunca teria sido possível.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por toda a proteção e concessão de discernimento durante o curso e nos trabalhos de campo que precisaram ser realizados para desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a minha mãe - Maria Ericka - por sempre me ensinar a importância da Educação e ser o meu maior exemplo de superação por meio desta e ao meu pai - Eurípedes Rodrigues Júnior - por todo acolhimento, suporte e suor para me fornecer, juntamente com minha mãe e avós, uma Educação de qualidade.

Agradeço a minha avó paterna - Maria Lúcia - que me ensinou a ler e escrever e que nunca desistiu de mim, mesmo quando apresentei dificuldades de aprendizagem na infância. Ao meu avô paterno - Eurípedes Rodrigues (*in memoriam*) - pelos percursos divertidos até a escola e por todo suporte prestado durante minha vivência escolar primária.

Gostaria de agradecer a minha tia, Marta Maria de Andrade, moradora do distrito de Ponta de Pedras há 15 anos, que me auxiliou bastante nas entrevistas com os moradores locais.

Meus agradecimentos também vão para o professor Aduino Gomes Barbosa, pela parceria e orientação desde o terceiro período de curso, primeiramente com a monitoria da disciplina de Formação Econômica e Territorial do Brasil e depois com as duas iniciações científicas consecutivas (a primeira sobre políticas públicas de turismo no litoral pernambucano e a segunda a respeito dos empreendimentos turísticos imobiliários no litoral brasileiro), essas foram fundamentais para a escolha da temática aqui debatida.

Gostaria de agradecer, em conjunto, aos grupos de pesquisa que participei enquanto estudante pesquisadora: GPEG - Grupos de Pesquisa e Estudos Geográficos - e LECCA – Laboratório de Estudos sobre Cidade, Cultura e Ambiente, ambos do IFPE, e também ao CILITUR - Cidades Litorâneas e Turismo, e aos fazem o LEP - Laboratório de Estudos sobre Espaço e Políticas, da UFPE, pela parceria durante as iniciações científicas.

A todos os mestres que tive durante meu processo formativo (em especial à Professora Clézia Braga, por ter me dado a oportunidade de participar do PIBID, experiência fundamental em minha caminhada na graduação) e por todo conhecimento compartilhado. Vocês foram fundamentais em minha formação enquanto professora de Geografia, os ensinamentos fornecidos levarei comigo, com certeza, para a sala de aula e para a vida.

Ao IFPE e à CGEO, agradeço pela luta diária para garantir uma Educação de qualidade para nós estudantes, mesmo diante de toda dificuldade enfrentada para se garantir o que é direito de todos: Educação pública e de qualidade.

Gratidão aos professores da banca: João Paulo Aragão - IFPE *Campus* Garanhuns - por aceitar o convite como examinador externo - e a Wedmo Rosa, avaliador interno, por toda contribuição durante o componente Trabalho de Conclusão de Curso e por aceitar fazer parte da banca examinadora e, conseqüentemente, que contribuiu com pontuações muito importantes para melhor desenvolvimento da minha pesquisa.

Na pessoa de Italo César, agradeço à Secretaria de Turismo; por meio de Adriana Mola, estendo meus agradecimentos à Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Goiana; a Álvaro Melo, representando a Subprefeitura de Ponta de Pedras, por todos os dados fornecidos para desenvolvimento de minha pesquisa.

Ao Bar e Restaurante Camarão na Telha, pelo compartilhamento de minha pesquisa nos *stories* do Instagram oficial do estabelecimento, assim como a divulgação entre seus funcionários.

Sem o compartilhamento de vocês minha pesquisa não teria alavancado.

Às pessoas que viram meu comentário nas páginas promovedoras do turismo litorâneo privado de Ponta de Pedras e me ajudaram respondendo o formulário on-line que estava divulgando.

Gostaria de agradecer também a turma da Licenciatura em Geografia de 2017.1 por toda vivência, aprendizado e até mesmo os desentendimentos que foram fundamentais para nosso crescimento enquanto pessoas.

A João Marcelo Guerra, minha dupla dinâmica, o presente que a Geografia me deu. Gratidão pela parceria, amizade, ombro amigo, e por compartilhar comigo momentos bons e ruins durante essa caminhada. Pelos congressos, seminários e rolês vividos juntos.

A Letícia França, estudante da Licenciatura em Geografia do IFPE *Campus* Recife, pelo suporte em me ajudar a conseguir o contato com a equipe do IBGE de Timbaúba, que me proporcionou a oficina SIDRA, fundamental para a coleta de dados referentes ao Distrito de Ponta de Pedras.

Por fim, mas não menos importante, a todos os funcionários que constituem o IFPE. Administração, terceirizados, enfim, de todos os setores. Afinal de contas a luta diária para garantir o ensino público e de qualidade são de vocês. Gratidão!

*Sento-me, mar, a ouvir-te  
Te sentarias tu, mar, para escutar-me?*

(VINICIUS DE MORAES)

## RESUMO

As transformações socioespaciais de distrito de Ponta de Pedras, Goiana-PE, no período de 2000 aos dias atuais, estão associadas ao apelo da localização litorânea para o usufruto de primeira e segunda residência, ainda que a dinâmica econômica recente do município, relacionada com investimentos industriais, não tenha se traduzido em efetivas melhorias de infraestrutura e serviços urbanos no território do distrito municipal. Nesse contexto, o trabalho analisa a produção do espaço urbano-litorâneo de Ponta de Pedras, considerando as transformações urbanas e as contradições socioespaciais daí decorrentes. A abordagem metodológica adotada na pesquisa foi a quali-quantitativa, com procedimentos como entrevistas semiestruturadas junto a moradores permanentes e temporários e agentes imobiliários do distrito; aplicação de formulários on-line com os moradores fixos e visitantes; análise de dados documentais e do marco jurídico; levantamento de dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, bem como estimativas populacionais para anos recentes. Dentre os principais resultados, constatou-se que a expansão da mancha urbana ocorreu a partir dos anos de 2000, com crescimento da prática da vilegiatura marítima e suas transformações socioespaciais, gerando um aumento de 22,23% nos domicílios particulares e 47,31% em virtude dos domicílios de uso ocasional. Além do panorama residencial, dentre as principais políticas públicas urbanas implementadas estão a requalificação do calçadão da orla e a conclusão da reforma dos postos de saúde em Ponta de Pedras - Centro, Catuama e Barra de Catuama. Em relação aos impactos dos grandes investimentos econômicos de Goiana, em Ponta de Pedras, moradores locais e agentes imobiliários veem como positivo, o aumento da oferta de empregos para os moradores do distrito, mesmo que em atividades de baixa qualificação e remuneração. Por outro lado, constatou-se que essa modernização não tem permitido grandes mudanças no perfil socioeconômico distrital. Disso se conclui que Ponta de Pedras, apesar de transformações quantitativas em termos de expansão urbana, mantém-se como espaço litorâneo com precárias condições da vida urbana.

Palavras-chave: Produção do Espaço. Primeiras e Segundas Residências. Vilegiatura Marítima. Turismo Litorâneo.

## ABSTRACT

The socio-spatial transformations of the district of Ponta de Pedras, Goiana-PE, in the period from 2000 to the present day, are associated with the appeal of the coastal location for the enjoyment of first and second residence, even though the recent economic dynamics of the municipality, related to industrial investments, has not been translated into effective improvements of infrastructure and urban services in the territory of the municipal district. In this context, the paper analyzes the production of the urban-shore space of Ponta de Pedras, considering the urban transformations and the resulting socio-spatial contradictions. The methodological approach adopted in the research was quali-quantitative, with procedures such as semi-structured interviews with permanent and temporary residents and real estate agents of the district; application of online forms with permanent residents and visitors; analysis of documentary data and the legal framework; survey of data from demographic censuses of 1991, 2000 and 2010, as well as population estimates for recent years. Among the main results, it was found that the expansion of the urban spot occurred from the years 2000 onwards, with growth in the practice of maritime transportation and its socio-spatial transformations, generating an increase of 22.23% in private residences and 47.31% due to occasional use residences. Besides the residential panorama, among the main urban public policies implemented are the requalification of the seaside promenade and the conclusion of the renovation of the health posts in Ponta de Pedras - Center, Catuama and Barra de Catuama. In relation to the impacts of the large economic investments in Goiana, in Ponta de Pedras, local residents and real estate agents see as positive, the increase in the supply of jobs for the district's residents, even if in activities of low qualification and remuneration. On the other hand, it was found that this modernization has not allowed great changes in the district's socioeconomic profile. From this we conclude that Ponta de Pedras, despite quantitative transformations in terms of urban expansion, remains as a coastal space with precarious conditions of urban life.

**Keywords:** Production of Space. First and Second Residences. Maritime Vilegiatura. Coastal Tourism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro metodológico .....	29
Quadro 2 - Levantamento das políticas públicas em geral, e de turismo, em particular .....	85

### LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Goiana e distrito de Ponta de Pedras .....	32
Mapa 2 - Subdivisão territorial do distrito de Ponta de Pedras e ligação rodoviária .....	36

### LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Recortes da paisagem de Ponta de Pedras - Centro .....	37
Imagem 2 - Recortes da paisagem do subdistrito Catuama .....	38
Imagem 3 - Recortes da paisagem de Barra de Catuama .....	39
Imagem 4 - Vista aérea das instalações fabris da HEMOBRÁS .....	51
Imagem 5 - Vista aérea da fábrica VIVIX Vidros Planos .....	52
Imagem 6 - Vista aérea da fábrica Fiat-Jeep no município de Goiana .....	53
Imagem 7 - Fibra e produtos confeccionados em cana brava, respectivamente .....	55
Imagem 8 – Alguns meios de hospedagens do distrito de Ponta de Pedras .....	56
Imagem 9 – Terminal rodoviário de Ponta de Pedras e fim da PE-49, respectivamente .....	60
Imagem 10 – Precariedade de infraestrutura urbana na rua do Clube Porto do Sul - Catuama .....	61
Imagem 11 – Avenida principal (PE-001) e estrutura residencial de Barra de Catuama .....	62
Imagem 12 – Vista do Farol de Santa Helena, reveladora de parte da urbanização paralela a linha de costa do distrito de Ponta de Pedras .....	75
Imagem 13 - Planta, início e desenvolvimento atual do calçadão de Ponta de Pedras Política Requalificação do Calçadão de Ponta de Pedras .....	91
Imagem 14 - Operação tapa-buraco em Barra de Catuama (Política – Operação tapa-buraco em Barra de Catuama .....	92

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pirâmide etária do município de Goiana .....	41
Gráfico 2 – Fixas de desenvolvimento humano municipal – Atlas de Desenvolvimento Humano .....	42

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Panorama da mortalidade infantil em Goiana .....	47
---	----

Figura 2 – Esgotamento sanitário adequado e urbanização de vias públicas -----	48
Figura 3 – Fachadas das unidades de saúde do distrito de Ponta de Pedras -----	58
Figura 4 – Evolução da mancha urbana de Ponta de Pedras 1990 -----	67
Figura 5 - Evolução da mancha urbana de Ponta de Pedras 1990-2000 -----	68
Figura 6 - Evolução da mancha urbana de Ponta de Pedras 2000-2010 -----	72
Figura 7 – Evolução da mancha urbana de Ponta de Pedras 2010-2021 -----	74
Figura 8 – Ciclo das políticas públicas -----	81

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – População residente no distrito de Ponta de Pedras, Goiana-PE -----	49
Tabela 2 – População residente por sexo e situação do domicílio em Ponta de Pedras - 1991 -----	69
Tabela 3 – População residente por sexo e situação do domicílio em Ponta de Pedras - 2000 -----	70
Tabela 4 – Domicílios recenseados por espécie e situação do domicílio em Ponta de Pedras – 2000 -----	71
Tabela 5 - População residente por sexo e situação do domicílio em Ponta de Pedras 2010 -----	73
Tabela 6 - Domicílios recenseados por espécie e situação do domicílio – 2010 -----	73

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Airbnb - Air Bed and Breakfast  
CILITUR – Grupo de Pesquisas Cidades Litorâneas e Turismo  
CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco  
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo  
FCA - Fiat Chrysler Automobiles  
FENEARTE - Feira Nacional de Negócios do Artesanato  
FGV - Fundação Getúlio Vargas  
FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste  
FJP - Fundação João Pinheiro  
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo  
GPEG – Grupo de Pesquisas e Estudos Geográficos  
HEMOBRÁS - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LECCA – Laboratório de Estudos sobre Cidade, Cultura e Ambiente  
LEP – Laboratório Espaço e Política  
LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo  
MEC - Ministério da Educação  
OMT - Organização Mundial do Turismo  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PDM - Plano Diretor Municipal  
PEA - População Economicamente Ativa  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA - Plano Plurianual  
PRODETUR - Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo  
PSF - Programa Saúde da Família  
RGI - Região Geográfica Imediata  
RMR – Região Metropolitana do Recife  
RMJP – Região Metropolitana de João Pessoa  
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica  
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UPA - Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-LITORÂNEO E VILEGIATURA MARÍTIMA ..</b>	<b>21</b>
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>28</b>
<b>4 GOIANA E PONTA DE PEDRAS EM CONTEXTO .....</b>	<b>31</b>
<b>4.1 Situação geográfica e aspectos históricos da área de estudo .....</b>	<b>31</b>
<b>4.2 Caracterização sociodemográfica e socioeconômica da área de estudo .....</b>	<b>40</b>
<b>4.3 As distintas realidades da economia de Goiana e Ponta de Pedras .....</b>	<b>50</b>
<b>5 A DINÂMICA DAS PRIMEIRAS RESIDÊNCIAS E A VILEGIATURA MARÍTIMA ..</b>	<b>64</b>
<b>6 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO DISTRITO PONTA DE PEDRAS .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>99</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As áreas litorâneas são, de longa data, marcadas por elevada concentração populacional por grande parte das maiores concentrações urbanas brasileiras, resultado do processo de formação histórica do território, no período colonial, que se deu do litoral para o interior. Considerando o território pernambucano como exemplo disso, há uma elevada concentração populacional na Região Metropolitana do Recife (RMR), e menores densidades nas áreas que compreendem as mesorregiões do Agreste e do Sertão. No caso da Zona da Mata, vale destacar que além da presença da imensa área urbana da RMR com mais de 4 milhões de habitantes, os demais municípios têm, do mesmo modo, sua população predominantemente em áreas urbanas, as quais têm larga precariedade de infraestrutura e serviços urbanos.

O município de Goiana é um desses municípios situados na Zona da Mata, precisamente a norte da RMR e a sul da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP), fazendo divisa com o vizinho Estado da Paraíba. Essa localização é, de certo modo, estratégica, já que a sede municipal dista cerca de 60 km do Recife e 50 km de João Pessoa. Desde pelo menos a década de 2000, a parte litorânea do território municipal de Goiana correspondente ao distrito de Ponta de Pedras tem se transformado paulatinamente, e deixa de ser uma vila de pescadores para tornar-se, cada vez mais, um núcleo urbano habitado de forma permanente e temporária por novos moradores, sobretudo advindos da RMR, fato que explica o fenômeno de expansão do número de novas primeiras e segundas residências.

Tal processo repercute diretamente no espaço de Ponta de Pedras, que é ao mesmo tempo urbano e litorâneo, já que seus novos conteúdos sociais e econômicos estão atrelados ao apelo da localização litorânea e suas possíveis amenidades paisagísticas, e à modernização econômica recente do município, decorrente da instalação de estabelecimentos industriais de grande porte ligados aos setores automobilístico, de vidros planos e farmacológico. Tal modernização parece, à primeira vista, um fenômeno bastante positivo, pois aumenta o PIB municipal e pode gerar empregos para parte da população local, contudo apresenta contradições quando se analisa o problema mais de perto.

Para compreender melhor esse cenário econômico de Goiana e tendo como recorte espacial da pesquisa o distrito municipal de Ponta de Pedras, tomamos como categoria de análise principal do trabalho a produção do espaço. Tal produção se manifesta materialmente através da contínua instalação de novas moradias, loteamentos, estabelecimento de comércio e serviços - incluindo os ligados ao turismo como é o caso meios de hospedagem - e benfeitorias resultantes de políticas públicas que resultam em intervenções no espaço.

Porém, esse crescimento do número de moradias e de estabelecimentos de comércio e alguns serviços não vem acompanhado de efetivas melhorias urbanas muito menos sociais. Ponta de Pedras assim como o município de Goiana como um todo, apresentam indicadores sociais que revelam as precárias condições de vida da maior parte da população. Esse espaço urbano e litorâneo permanece desprovido de infraestrutura e serviços urbanos, mesmo que lá tenham sido instaladas novas residências (primeiras e segundas), como também empreendimentos ligados ao turismo e lazer.

Tal como se dá em outros espaços litorâneos brasileiros, o processo de produção e de contínua reprodução do espaço - aqui identificado pela palavra (re)produção - de Ponta de Pedras, adquire novas proporções mediante a dinâmica econômica ligada à lógica da acumulação capitalista, com suas consequentes relações e contradições socioespaciais. Partindo do pressuposto teórico de Henri Lefebvre de que toda sociedade para viver necessita de produzir espaço Carlos (2017), afirma que tal processo está diretamente associado à dinâmica capitalista. Associando tal afirmação com nossa localidade foco de estudo, Ponta de Pedras, a (re)produção do espaço expressa as contradições da sociedade capitalista atual, no contexto brasileiro.

Como estamos falando da produção de um espaço que é simultaneamente urbano e com a peculiaridade ou especificidade litorânea, também levamos em conta que tal produção espacial tem a participação dos agentes imobiliários, que enxergam a terra como mercadoria. Por essa condição urbana e litorânea, ocorre na área estudada o que Pereira (2016, p. 10) chama de “urbanização paralela a linha de costa”, ou seja, o fenômeno da urbanização em ambientes costeiros está diretamente relacionado com a valorização litorânea, a partir da inclusão de atividades de lazer e turismo, ligadas essencialmente ao mar e ao marítimo.

Um dos mecanismos para a expansão das franjas litorâneas por meio da vilegiatura marítima - que nada mais é do que as segundas residências nos espaços que desfrutam de alguma amenidade litorânea - é a atividade turística. Assim, o turismo litorâneo de massa induz à instalação de alguma ou determinadas infraestruturas em localidades com potenciais turísticos. É muito comum que, em conjunto com o turismo, a vilegiatura marítima estimule a ida de habitantes dos grandes centros urbanos para comunidades ainda pouco povoadas como Ponta de Pedras, situadas à beira-mar, e que passam a ter um aumento de número de domicílios (permanentes e temporários) e uma população que flutua conforme períodos de férias, feriados e fins de semana.

Além disso, na dinâmica de produção do espaço urbano-litorâneo de Ponta de Pedras há, também, o turismo, essencialmente composto por pessoas advindas de municípios como Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio de Janeiro (conforme dados obtidos através de formulários

aplicados on-line com veranistas do distrito em foco). Isso implica na presença de pequenos equipamentos de hotelaria no segmento pousada que, de certa forma, contribui para reforçar a vilegiatura marítima, ou seja, muitos dos que decidem por adquirir uma segunda residência são pessoas que anteriormente visitaram o lugar na condição de turistas e podem ter usado esses meios de hospedagem. Se o turismo lá é uma atividade de baixo porte, o mesmo ocorre com o perfil de investimentos em volume de capital financeiro em terrenos e imóveis.

Nessa relação existente entre a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo, é que ocorrem as relações socioespaciais resultantes da instalação de segundas residências (as casas de praia/veraneio), muitas delas são convertidas com o passar do tempo em primeiras residências (moradias fixas, onde seus ocupantes aqui são chamados de ex-veranistas). Em simultâneo, ocorre ainda a construção de novas primeiras e segundas residências. Tal processo é, portanto, de produção e reprodução do espaço, logo de (re)produção, e que conta com a expansão do espaço urbano-litorâneo, o qual, por tudo isso, apresenta um conteúdo socioespacial bastante diverso, que nos exigiu um olhar metodológico que fosse capaz de dar conta dessas transformações espaciais.

Assim, a abordagem teórico-metodológica adotada é a perspectiva dialética materialista, tendo como categoria central a produção do espaço. A produção do espaço, como afirma Carlos (2017), contém uma dimensão concreta e abstrata. Ela tanto se refere aos objetos espaciais concretos instalados no espaço, como também abrange os interesses e eventualmente desejos dos que o produzem. A forma como o espaço é produzido diz muito das características da sociedade que o produz, tanto em relação à produção material de riqueza pelos agentes econômicos, quanto à produção em sentido abstrato, envolvendo desejos, interesses e conflitos que reinam em tal sociedade.

Se a produção do espaço é tanto material como imaterial, podemos relacionar tal processo com o conceito de espaço geográfico como resultado da articulação de sistemas de objetos e sistemas ações (SANTOS, 2006), os quais são indissociáveis entre si e expressam as transformações resultantes do trabalho humano e suas contradições socioespaciais, no contexto da produção capitalista do espaço. As ações, que dentre outras possibilidades podem ser exemplificadas como os interesses de distintos agentes, sendo, muitas vezes, contraditórias entre si.

Ainda com base em Santos (2006), os sistemas de objetos e sistemas de ações revelam processos de horizontalidades e de verticalidades, sendo as primeiras associadas às relações dos agentes locais no território, enquanto as segundas compreendem as relações de poder econômico e político que se dão no território “de cima pra baixo”, provocando grandes impactos e estabelecendo um contínuo reordenamento do território, quase sempre à revelia dos

habitantes locais. A implantação dos grandes empreendimentos industriais em Goiana se traduzem como verticalidades e estas, por sua vez, ao agirem no território, promovem impactos severos nas horizontalidades exemplificadas pelos agentes e relações espaciais locais.

Assim, o olhar que um incorporador imobiliário ou mesmo um gestor público tem sobre Ponta de Pedras é muito diferente do olhar de um morador “nativo”, que, por sua vez, também é diferente do olhar dos veranistas. A produção desse espaço não é um processo que contempla os interesses de todos ao mesmo tempo e de forma igualitária, mas, ao contrário, ao contemplar interesses particulares, precisamente de agentes hegemônicos como corporações industriais ou mesmo o Estado, deixa em segundo plano as aspirações e necessidades de grande parcela dos habitantes locais. No final das contas, as transformações socioespaciais acabam por expressar as ações desses distintos agentes, e a produção do espaço carrega consigo as contradições da atuação dos agentes sociais ao longo do tempo. Daí porque optamos pela abordagem da dialética materialista para o estudo de Ponta de Pedras.

Seguindo esse raciocínio, o problema de pesquisa levantado para este trabalho é o seguinte: *quais as transformações do espaço urbano-litorâneo de Ponta de Pedras e sua relação com a expansão das primeiras residências e da vilegiatura marítima?* Sendo assim, tomando por base tal pergunta de pesquisa, elaboramos o seguinte objetivo geral: *analisar a produção do espaço urbano-litorâneo do distrito de Ponta de Pedras, considerando as transformações urbanas e as contradições socioespaciais daí decorrentes.* Os objetivos específicos, por sua vez, são:

1. Contextualizar histórica e geograficamente o município de Goiana e o distrito de Ponta de Pedras;
2. Caracterizar o município de Goiana e o distrito de Ponta de Pedras em termos socioeconômicos e sociodemográficos;
3. Analisar a (re)produção do espaço de Ponta de Pedras no que tange às primeiras residências e à vilegiatura marítima, destacando a contribuição das políticas públicas urbanas para a prática social do turismo e suas contradições socioespaciais em Ponta de Pedras.

Como justificativa para a realização dessa pesquisa, vale frisar que ainda há trabalhos acadêmicos sobre o município de Goiana com foco na produção social do espaço. Exemplos desses são aos artigos de Luna e Araujo (2017) e Bezerra e Bezerra (2018), ambos abordando desenvolvimento econômico de Goiana a partir das transformações espaciais ocorrentes no município após as instalações de grandes empresas como a HEMOBRÁS, a VIVIX Vidros Planos e a Fiat-Jeep. Há, contudo, uma lacuna de trabalhos acadêmicos nessa temática sobre o espaço litorâneo de Goiana, fato que aponta para uma necessidade de fazer tal investigação.

Mas, em contrapartida, tais pesquisas não focaram sobre a realidade de Ponta de Pedras, ressaltando a importância desse estudo.

Dessa forma, justifica-se a escolha da temática da produção do espaço urbano-litorâneo devido à perceptível transformação espacial que o distrito de Ponta de Pedras vem sofrendo desde a década de 2000, decorrente da intensificação da vilegiatura marítima e da modernização econômica de Goiana. Além desse fato, há a influência de sua proximidade com a RMR e a RMJP, como já ressaltamos, tendo o município de Goiana se beneficiado de certa forma por ficar entre essas duas áreas metropolitanas.

O trabalho dá evidência à perceptível transformação espacial que o território do distrito vem sofrendo, desde a década de 2000, decorrente da intensificação da vilegiatura marítima e da modernização econômica de Goiana associada à instalação de empresas de grande porte, como a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS) em 2014; a Vivix Vidros Planos - também em 2014; e a FIAT-JEEP, em 2015. Há, ainda, conforme já frisamos, a localização estratégica do município entre a RMR e a RMJP.

O trabalho destaca ainda como a localização litorânea é importante, cuja dinâmica socioespacial pode revelar os interesses dos distintos agentes sociais e econômicos. Ao mesmo tempo, demonstra a ação do Estado na implementação de políticas públicas, as quais visam dotar o território de algumas benfeitorias que tanto podem favorecer a prática do turismo, como a população residente.

O estudo aqui desenvolvido ainda possibilita evidenciar as contradições entre a aparente modernização simbolizada pela implantação de plantas industriais de alto nível tecnológico e a permanência de um quadro social precarizado no município de Goiana. Também é feito um esforço em demonstrar, por meio da expansão de primeiras e segundas residências, que grande parte da dinâmica socioespacial de Ponta de Pedras tem a ver com a condição espacial litorânea e seus reflexos na valorização do espaço.

No que se refere à estrutura, este trabalho está subdividido em sete capítulos, sendo o primeiro correspondente à introdução. O segundo capítulo relata a fundamentação teórica. O terceiro capítulo aborda o percurso metodológico realizado para o desenvolvimento deste trabalho. O quarto faz uma breve contextualização histórica e geográfica e caracteriza as condições socioeconômicas e sociodemográficas do município de Goiana e do distrito de Ponta de Pedras. Já o quinto foca na dinâmica das primeiras residências e da vilegiatura marítima no distrito foco de pesquisa. O sexto cita e analisa as políticas públicas gerais e de turismo no distrito.

O sétimo e último capítulo se refere às conclusões, trazendo à tona um esforço de síntese da pesquisa por cada objetivo específico. Chama a atenção para as lacunas não preenchidas e que por isso exigem novos estudos sobre a produção do espaço urbano-litorâneo de Ponta de Pedras. Ele ainda aponta, em tom conclusivo, o que permanece e o que tem mudado de forma mais recorrente na área estudada.

## 2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-LITORÂNEO E VILEGIATURA MARÍTIMA

Considerada categoria central deste trabalho, a produção do espaço é uma abordagem analítica que envolve distintas atividades econômicas, agentes sociais e escalas de ação. De acordo com Carlos (2017), “Ao produzir sua existência a sociedade reproduz, continuamente, o espaço”, logo, o homem enquanto agente da sociedade reproduz o espaço deixando suas marcas nele, sendo este, ainda na perspectiva de Carlos (2017), “condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda sua multiplicidade”. É o homem que reproduz o espaço, que o transforma em prol de sua sobrevivência. Portanto, este precisa se adaptar às condições que lhe são impostas e essa adaptação é justamente as modificações, as transformações, as marcas deixadas no espaço geográfico. É diante de tais premissas que Carlos (2017, p. 9), afirma:

A análise do processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de vários níveis da realidade, enquanto momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade; como aquele da dominação política, do capital, da vida humana. Esse movimento é o ponto de partida e chegada deste trabalho. Assim se o espaço corresponde a uma realidade global, revelando-se no plano do abstrato, e diz respeito ao plano do conhecimento, sua produção social, a prática socioespacial liga-se ao plano do concreto. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares esta é a dimensão, da produção/reprodução do espaço. Nesse sentido, o espaço contempla uma dupla dimensão, de um lado é localização; de outro, encerra em sua natureza, um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço – tempo determinado, aquele da sua reprodução. Assim se desloca o enfoque da localização das atividades para a análise do conteúdo da prática socioespacial, enquanto processo de produção/apropriação/reprodução.

A produção do espaço ocorre através das vivências em sociedade que transforma o abstrato no material, modificando, elementarmente, a paisagem e o espaço geográfico como um todo. Ao longo da obra, Carlos (2017), apoiando-se nas formulações teóricas de Henri Lefebvre, afirma ainda que são através de tais premissas que a produção do espaço é um processo vinculado aos ideais capitalistas, mas que contém contradições, uma vez que a produção é coletiva, porém a apropriação é privada, tornando-se, por consequência, um elemento contraditório da sociedade capitalista.

Associando a produção do espaço com a produção do espaço urbano-litorâneo nasce a produção do espaço paralela a linha de costa que está diretamente associada à ocupação do território brasileiro no litoral. “A ocupação humana no litoral brasileiro era, até a chegada dos europeus, indígena” (PANIZZA, ROCHA e DANTAS, 2009, p. 9). De acordo com os mesmos autores, toda costa brasileira era ocupada por povos originários, porém, os povos que sofreram

os primeiros impactos da chegada dos portugueses foram os Macro-Jê e Macro-Tupi. Ambos os povos (indígenas e europeus) tinham a zona costeira como região estratégica: os primeiros tinham uma relação de vivência e sobrevivência, considerando os aspectos sociais e de afetividade; os segundos, tinham experiências em se aventurarem no mar para comercialização de especiarias e colonização de territórios.

Foi devido a tal experiência colonizadora que os portugueses se adaptaram no Brasil, catequizaram os índios e deram início ao processo de transformação da costa. Nesse início os mares eram, e ainda são, o portal de chegada e saída de insumos e pessoas responsáveis pelas modificações do litoral e do território que adentram como um todo. Atualmente, a produção do espaço ao longo da linha de costa também está atrelada a intervenções antrópicas que modificam as características locais, sendo ocasionadas por fenômenos como a propagação do turismo litorâneo de massa e o processo de vilegiatura marítima, ou seja, a produção de Segundas Residências, que fazem com que localidades como Ponta de Pedras, anteriormente conhecida como uma colônia de pescadores, seja reconhecida hoje no município de Goiana como um dos principais destinos turísticos. Isso faz com que Ponta de Pedras seja um exemplo dentre os espaços regados de particularidade e singularidades na costa brasileira, pois:

Observa-se, portanto, que a zona costeira, em relação ao conjunto das terras emersas, circunscreve um espaço dotado de especificidades e vantagens locais, um espaço finito e relativamente escasso. Em outros termos, do ponto de vista global, os terrenos à beira-mar constituem uma pequena fração dos estoques territoriais disponíveis e abrigam um amplo conjunto de funções especializadas e quase exclusivas, como visto. A conjunção de tais características qualifica o espaço litorâneo como raro, e a localização litorânea como privilegiada, dotando a zona costeira de qualidades geográficas particulares. (MORAES, 1997, p. 61)

Diante do exposto, ficamos a nos perguntar: por que a localização litorânea é peculiar? Por que ela se destaca? A resposta para tais indagações é simples: a zona costeira contém uma singularidade, uma raridade, afinal de contas não é qualquer lugar que está localizado junto ao mar. As terras que possuem tal particularidade são mais disputadas entre os sujeitos e agentes que querem desfrutar das características naturais desse espaço, da paisagem, da visão, da tranquilidade, das diversas formas de explorar o litoral para o lazer e qualidade de vida, fazendo dos territórios à beira mar, de acordo com as perspectivas levantadas por Moraes (1997), um lugar incomum.

É justamente por essas especificidades da zona costeira que o espaço litorâneo se torna da expansão imobiliária impulsionada, inclusive, pela vilegiatura marítima, que é uma das primeiras facetas da relação cidade-não cidade e cidade-metrópole (PEREIRA, 2016). Tal processo, que corresponde às segundas residências intencionalmente construídas em áreas

situadas à beira-mar para serem utilizadas de forma ocasional, para fins de lazer e descanso, firmou-se, primeiramente, no continente europeu, alastrando-se pelo mundo durante o século XIX. Diante disso, as segundas residências atraem cidadãos (moradores de cidades de pequeno, médio e grande porte distantes da costa) em direção às franjas (o litoral).

Dessa forma, o fenômeno da vilegiatura marítima – um dos principais condicionantes das transformações urbano-litorâneas de Ponta de Pedras devido a sua relação direta com o turismo litorâneo, ocorre, de acordo com Pereira (2016, p.14-15), através de uma “íntima ligação entre o veraneio e a urbanização, em razão de a prática marítima, na sua forma atual, ser um fenômeno social que funciona como um dos elementos de constituição da sociedade urbana”. Logo, a vilegiatura marítima é o deslocamento dos veranistas oriundos dos centros urbanos para as comunidades litorâneas, construindo, conseqüentemente, as Segundas Residências no destino escolhido contribuindo ativamente para as transformações do espaço urbano-litorâneo local e para o desenvolvimento das segundas residências, assim como a transformação dessas últimas em primeiras residências, dando origem ao que denominamos neste trabalho como “ex-veranistas”.

Entendido vilegiatura marítima, outro ponto a ser definido, de grande importância para a pesquisa aqui exposta, é segunda residência. Colas (2003), mencionando *El Censo de Viviendas de 1991*, definiu segunda residência como:

*Una vivienda familiar se considera secundaria cuando es utilizada solamente parte del año, de forma estacional, periódica o esporádicamente y no constituye residencia habitual de una o varias personas. Puede ser, por tanto, una casa de campo, playa o ciudad que se emplee en vacaciones, verano, fines de semana, trabajos temporales o en otras ocasiones. (COLAS, 2003, p. 29).*

Porém, o IBGE (Censo 2010) denomina as segundas residências também como domicílios particulares de uso ocasional, sendo esses “o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010). Nesse sentido, entendamos segunda residência como o local refúgio daqueles que procuram nessas instalações o descanso que não consegue nas cidades residentes. Ponta de Pedras, nesse sentido, recebe visitantes, em sua maioria, vindos da RMR, RMJP e de municípios como Timbaúba, Aliança, Limoeiro, Condado, Itaquitinga, Macaparana, e até mesmo de outros distritos de Goiana, como Goiana Sede (Centro) e de outros estados, como Maceió (AL) e Rio de Janeiro (RJ), contribuindo na modificação atual do espaço urbano litorâneo de Ponta de Pedras.

Tomando como base as Notas Metodológicas do Censo de 2010, os Domicílios Particulares são aqueles “onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência” - este último entendido como auxiliares domésticos. Ainda de acordo com o IBGE, os domicílios particulares são divididos em dois: 1. Permanentes: com o intuito de servir como habitação, abrigando uma ou mais pessoas e 2. Improvisados: que não são exclusivos à moradia, tendo no local lojas, fábricas etc.

Em prol de se compreender as dinâmicas que fizeram da atividade turística uma das principais atividades econômicas condicionantes da produção do espaço urbano-litorâneo de Ponta de Pedras, a partir do desenvolvimento das primeiras e segundas residências, foi utilizada literatura abordando as seguintes definições: 1. turismo e geografia (KIYOTANI, 2012); 2. definição de turismo (CRUZ, 2003); 3. produção do espaço (CARLOS, 2017); 4. ocupação paralela à linha de costa (PEREIRA, 2016) 5. ocupação inicial das zonas costeiras (PANIZZA; ROCHA; DANTAS, 2009); 6. singularidade dos espaços litorâneos (MORAES, 1997); 7. vilegiatura marítima (PEREIRA, 2016); 8. segundas residências ou domicílios particulares de uso ocasional (COLAS, 2003; IBGE, 2010); 9. primeiras residências ou domicílios particulares de uso permanente (COLAS, 2003; IBGE, 2010); 10. políticas públicas (SECCHI, 2010) e 11. políticas públicas de turismo (CRUZ, 2005).

Podemos perceber a presença do turismo em diversas vertentes. Nesse sentido é a uma atividade econômica e prática social que promove transformações na paisagem e no espaço geográfico como um todo, com significativas repercussões no contexto social onde está inserido. Ao abordarmos tal perspectiva, podemos associá-lo à Geografia, uma vez que ele se apropria do espaço geográfico para instalar suas infraestruturas, crescer e se desenvolver nas localidades com potenciais turísticos. É a partir de tais premissas que podemos falar da Geografia do Turismo, que, de acordo com Kiyotani (2012), acontece devido ao Turismo consumir o espaço geográfico.

Uma vez caracterizado enquanto prática social consumidora do espaço, podemos afirmar que o turismo, associado ao fenômeno da vilegiatura marítima, ao adentrar em zonas costeiras, acaba promovendo a (re)produção do espaço urbano-litorâneo dessas localidades e o desenvolvimento das primeiras e segundas residências, assim como a transformação dessas segundas residências em moradias fixas, sendo exemplos de como o turismo, dentro da concepção aqui abordada, pode modificar completamente a região em que se instala, podendo causar, inclusive, certos entraves com a população local – ao levarmos em consideração que essa modificação pode causar impactos negativos na população raiz.

Para detalhar bem os desdobramentos dessa pesquisa, é preciso, primeiramente, conceituar a geografia do turismo – visto que o turismo é apresentado como uma prática social condicionante da expansão das segundas residências de Ponta de Pedras. Kiyotani (2012, p. 1), ao afirmar que o turismo é uma atividade “extremamente vinculada à geografia”, parafraseando Conti (2002), diz que “É no espaço geográfico que o turismo vai desenvolver-se e configurar-se; é esse espaço também que será, por sua vez, alterado, consumido e modificado”. Logo, podemos entender que o turismo faz uso dos mecanismos disponibilizados no espaço geográfico para poder instalar suas infraestruturas, crescer e se desenvolver cada vez mais. Devido a tais características e ao objeto deste trabalho, adotamos a associação entre Geografia e Turismo e a (re)produção do espaço como temáticas-chave para essa pesquisa.

Cruz (2003, p. 5), prefere afirmar que o Turismo é “antes de mais nada, uma prática social que envolve deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. É por meio desse contexto de consumo do espaço, das relações socioespaciais, que o turismo adentra nas localidades atrativas para seu desenvolvimento e Ponta de Pedras, por suavidade, devido a sua localização litorânea, acabou se tornando um espaço do turismo litorâneo no município de Goiana e um típico caso de como a atividade turística, associada a vilegiatura marítima, pode modificar o espaço.

Outro aspecto teórico essencial para a compreensão da problemática investigada neste trabalho se refere às políticas públicas e, portanto, ao papel decisivo do Estado como agente regulamentador, que direciona investimentos para benfeitorias, define e redefine as ações a serem implementadas e, portanto, é o executor por excelência das políticas públicas, mesmo que, na maior parte das vezes, conte com a parceria de agentes da iniciativa privada. Para Corrêa (2011), o Estado exerce múltiplos papéis, como estabelecer o marco jurídico da produção e usos do espaço; produzir condições de produção para outros agentes sociais; controlar o mercado fundiário; além de se tornar promotor imobiliário e produtor industrial, em certos contextos. No caso do polo farmacológico, da HEMOBRÁS, em Goiana, por exemplo, na fase inicial do loteamento e implantação deste empreendimento, ele exerceu a função de promotor imobiliário; já na fase atual de produção de hemoderivados, ele atua como agente produtor industrial.

Já na produção do espaço urbano-litorâneo de Ponta de Pedras, tanto no que toca às primeiras quanto às segundas residências, existe uma ligação direta com a participação direta e indireta do Estado. Um exemplo disso são as políticas públicas implementadas que podem ter a participação do Estado, às vezes nos três níveis: federal, estadual e municipal, noutras vezes, em apenas um desses níveis.

Como definição de Políticas Públicas, Leonardo Secchi (2011) afirma que uma política pública é:

[...] Uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para um estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2010, p. 7)

Diante do exposto, para que venha ocorrer uma política pública é necessário se ter um problema público a ser resolvido, uma vez que a primeira é ação decorrente da última. Vale destacar, ainda, que as políticas públicas estão intimamente ligadas ao Estado, mas podem, com a permissão deste, ser implementadas pela iniciativa privada. Hoje em dia, diante das práticas e discursos de que o Estado não seria tão eficiente na condução de suas tarefas, a iniciativa privada tem sido chamada a participar em muitas ações, o que nem sempre significa a obtenção de resultados melhores do que o que advém diretamente do poder público.

As políticas públicas, quando relacionadas com a questão do turismo litorâneo, podem ser interpretadas como políticas públicas de turismo, as quais são/poderão ser implementadas nas localidades litorâneas, que em tese são as maiores beneficiárias dessas ações. Em relação às Políticas Públicas de Turismo:

[...] uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território. (CRUZ, 2005, p. 40)

Logo, as políticas públicas de turismo são desenvolvidas para as localidades que possuem potencial turístico, servindo como uma das principais estratégias para a atração de turistas e desenvolvimento econômico da região, sendo, dessa forma, visadas tanto pela população local, pelos veranistas e pelas parcerias realizadas entre poder público e poder privado para a criação de infraestruturas que irão promover o turismo local. Tais infraestruturas podem ser comércios, letreiros turísticos, hotéis, pousadas etc. Mas, para chegada de tal logística, é necessário o recapeamento de vias, sinalização, melhorias no esgotamento sanitário – são nessas obras que se encontram alguns exemplos das políticas públicas de turismo.

Contudo, também vale frisar que essas políticas nem sempre trazem efeitos positivos para a maioria da população residente nas áreas diretamente afetadas por elas. São bastante comuns mudanças no valor do solo depois que são feitas benfeitorias voltadas para o turismo. Isso se nota, por exemplo, no aumento da valorização imobiliária que, muitas vezes, “expulsa”

os moradores “nativos” para espaços menos atrativos e sem infraestrutura urbana dessas localidades turísticas. Pode haver também um aumento do custo de vida em geral, envolvendo o preço dos aluguéis, e conseqüentemente da moradia, dos alimentos, dos transportes e de outros serviços essenciais.

Em áreas ainda pouco turistificadas, essas transformações tendem a ser muito lentas ou em fase inicial, porém, em áreas consolidadas como o caso de Porto de Galinhas, no litoral sul pernambucano, o que se vê na paisagem são muitos empreendimentos comerciais e de serviços e pessoas alheias ao lugar que o usufruem seja como turistas, seja como empreendedores. Atentos a essa dinâmica da produção do espaço é que este trabalho procura analisar como essas mudanças estão presentes no distrito de Ponta de Pedras.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Feitas as observações sobre a fundamentação teórica do trabalho, os parágrafos a seguir se referem à metodologia e aos procedimentos metodológicos. Vale dizer que a pesquisa teve caráter exploratório e fez uma abordagem quanti-qualitativa. Segundo Minayo (1997), o cruzamento de dados qualitativos e quantitativos ajuda a enriquecer a análise do estudo em foco. A opção por essa abordagem quanti-qualitativa se justifica pela natureza do objeto de estudo, cuja compreensão acerca dele necessita do confronto de dados demográficos, sociais e da economia com aspectos qualitativos referentes ao objeto de estudo.

O levantamento dos dados para atingir os objetivos específicos foi realizado obedecendo a síntese apresentada no quadro 1, a seguir:

**Quadro 1. Quadro-síntese metodológico**

QUADRO METODOLÓGICO		
	OBJETIVO ESPECÍFICO	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO
1	Contextualizar os condicionantes da produção inicial do espaço em Ponta de Pedras.	- Levantamento bibliográfico. - Acesso aos sites oficiais e visitas à Prefeitura Municipal de Goiana; Subprefeitura de Ponta de Pedras; Secretaria de Obras, Urbanismo e Patrimônio Arquitetônico e Agência de Desenvolvimento do Município de Goiana.
2	Caracterizar o município de Goiana e o distrito de Ponta de Pedras em termos demográficos e socioeconômicos.	- Análise das informações disponibilizadas no IBGE Cidades para o município sede e do SIDRA para o distrito foco de pesquisa. No SIDRA analisou-se as imagens de 1990, 200, 2010 e 2021. - Acesso ao site do Índice de Desenvolvimento Humano para verificar as condições sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). - Registros fotográficos que comprovam o desenvolvimento socioeconômico do distrito de Ponta de Pedras.
3	Analisar a (re)produção do espaço de Ponta de Pedras no que tange às primeiras residências e à vilegiatura marítima, destacando a contribuição das políticas públicas urbanas para a prática social do turismo e suas contradições socioespaciais em Ponta de Pedras.	- Análise de imagens de satélites disponíveis no aplicativo Google Earth PRO. - Levantamento fotográfico que comprovam o crescimento das primeiras e segundas residências na localidade foco de estudo. - Entrevista semiestruturada com moradores fixos (19 ao todo) e aplicação de formulários on-line com residentes fixos (78 pessoas) e visitantes (88 indivíduos).

Fonte: a autora, 2022.

Agora que já apontamos o quadro-metodológico, cabe-nos detalhar os procedimentos qualitativos e quantitativos do estudo, respectivamente. O levantamento qualitativo foi realizado através de visitas presenciais e análise de informações no site da Prefeitura Municipal de Goiana, da Subprefeitura de Ponta de Pedras, da Agência de Desenvolvimento, da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Obras, Urbanismo e Patrimônio Arquitetônico do município de Goiana. Nos sites e visitas aos órgãos administrados pela Prefeitura, buscamos dados a respeito da historiografia, geografiada cidade e as Políticas Públicas gerais e específicas para o Turismo de Goiana – focando na localidade específica de estudo: Ponta de Pedras.

No primeiro momento, foi realizado o levantamento bibliográfico para o alinhamento teórico-conceitual com o fenômeno empírico estudado. Esse alinhamento é vital para que o trabalho tenha maior consistência científica e acadêmica, não se tornando mera descrição de dados levantados sem qualquer análise mais aprofundada para interpretar a realidade investigada. Ao longo do desenvolvimento do trabalho se fez necessário complementar a revisão da literatura, à medida que novas demandas surgiam em relação à fundamentação teórica.

Os dados qualitativos foram obtidos de distintas formas e envolveu a consulta a sites na internet, a análise documental, a realização de entrevistas e a aplicação de formulários on-line em páginas do Instagram que promovem o turismo do distrito. Também foi realizada a consulta a sites e plataforma de dados, na internet, de órgãos públicos do município de Goiana: Prefeitura Municipal, Secretaria de Turismo, Secretaria de Obras e Urbanismo e da Agência de Desenvolvimento de Goiana. Além disso, foi feita visita física à Subprefeitura de Ponta de Pedras com o intuito de obtenção de dados mais específicos sobre esse distrito.

Foi ainda feito o levantamento de dados dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 1991, 2000 e 2010, com vistas à obtenção do quantitativo populacional e dos Domicílios Particulares Permanentes (residências fixas) e Domicílios Particulares de Uso Ocasional – definição do IBGE referente às Segundas Residências – também conhecidos como Domicílios Temporários. Foram levantados dados de duas tabelas da plataforma SIDRA do IBGE: 1. Tabela 202: População Residente por Sexo e Situação do Domicílio e 2. Tabela 1310: Domicílios Recenseados por Espécie e Situação do Domicílio – Sinopse. A seguir, um resumo do que foi coletado em ambas as planilhas:

1. **Tabela 202 – População Residente por Sexo e Situação do Domicílio:** dados de 1991, 2000 e 2010 referentes a população de Goiana e Ponta de Pedras. Levou-se em consideração as seguintes variáveis: população urbana e rural; homens e mulheres; total urbano; total rural; total urbano e rural (total populacional) e a densidade demográfica.

2. **Tabela 1310: Domicílios Recenseados por Espécie e Situação do Domicílio – Sinopse:** foram coletados dados de 2000 e 2010 de Goiana e Ponta de Pedras. Não constam dados de segundas residências para 1991, porque, de acordo com o IBGE, elas só passaram a ser coletadas em Ponta de Pedras a partir do censo de 2000). As variáveis utilizadas foram: domicílios rurais e urbanos; domicílios não-ocupados e particulares ocupados (rurais e urbanos); total das residências rurais não-ocupadas e total das residências rurais ocupadas; total das residências urbanas não-ocupadas e total das residências urbanas ocupadas e, por fim, o quantitativo geral de residências.

Essa coleta se deu virtualmente, tendo sido, previamente, realizada uma oficina com agentes do IBGE de Timbaúba, sede mais próxima do município de Goiana, que propiciou uma capacitação, via Google Meet, sobre as funcionalidades da plataforma SIDRA e a identificação das respectivas tabelas para o levantamento da pesquisa. Em seguida, foi feita a coleta dos dados no site, no período de 15 de abril a 23 de maio de 2022.

Outra etapa do trabalho foi a realização de entrevistas semiestruturadas. Esse tipo de entrevista, segundo Minayo (1997), contém a priori um roteiro para facilitar a condução da entrevista, porém permite certa flexibilidade para que o entrevistado também fique à vontade para contribuir com informações sobre aspectos que não estavam previstos no roteiro, mas que podem ser de grande valia para a pesquisa. Muitas vezes, essas informações fornecidas pelo entrevistado se tornam um achado da pesquisa, o que mostra a importância da entrevista semiestruturada. Ao todo foram realizadas 19 entrevistas semiestruturadas com os moradores fixos.

Além das entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de coletar informações mais rápidas, realizou-se aplicação de formulários on-line com residentes permanentes (tendo 78 respostas ao todo) e também com veranistas (88 visitantes) do distrito de Ponta de Pedras. Segundo Mota (2019, p. 373), “[...] o *Google Forms* pode ser muito útil em diversas atividades acadêmicas, nesse caso em especial para a coleta e análise de dados estatísticos, facilitando o processo de pesquisa”. Este, então, foi crucial para o aumento do número de respostas em ambos os formulários aplicados, sendo realizados da seguinte forma: busca pelas páginas de promoção do turismo em Ponta de Pedras, depois foram feitos comentários em publicações das páginas divulgando a pesquisa, fez-se também resposta a comentários de seguidores das páginas com objetivo de chamar a maior atenção possível.

## 4 GOIANA E PONTA DE PEDRAS EM CONTEXTO

Neste capítulo, é feita uma breve contextualização espacial do município de Goiana, sem perder de vista certas especificidades do distrito de Ponta de Pedras, recorte prioritário deste trabalho. Num primeiro momento é feita uma breve discussão sobre o contexto histórico para, em seguida, mencionar a inserção de Goiana no contexto micro e mesorregional, ressaltando as relações espaciais do município (e a cidade) com outros núcleos urbanos com os quais faz ligação e se relaciona, tanto no Estado de Pernambuco, quanto da Paraíba. Fechando essa parte, seguimos com uma caracterização sociodemográfica e socioeconômica do município, ressaltando, desde já, a dificuldade de se trabalhar com dados sobre o recorte territorial distrital, mas ainda assim, são apresentados e analisados alguns dados sobre o distrito de Ponta de Pedras.

Se como diz Santos (2006), é por meio do espaço que o tempo se evidencia materialmente e que por isso o espaço geográfico carrega as marcas do tempo ao longo da história, esse raciocínio é muito plausível para falar de Goiana, um dos territórios que desde o início da colonização, no século XVI, possui marcas referentes ao período colonial que na área de estudo são evidenciadas, principalmente, pela presença ainda hoje da dominância da monocultura açucareira e de igrejas que, nitidamente, se apresentam como rugosidades espaciais (SANTOS, 2006) no contexto da paisagem urbana da sede municipal. Vale ressaltar que, no passado, o cultivo de cana-de-açúcar se restringia às áreas de solo de massapê na planície aluvial, diferentemente do que se vê hoje com a cana-de-açúcar também cultivada em áreas dos tabuleiros litorâneos.

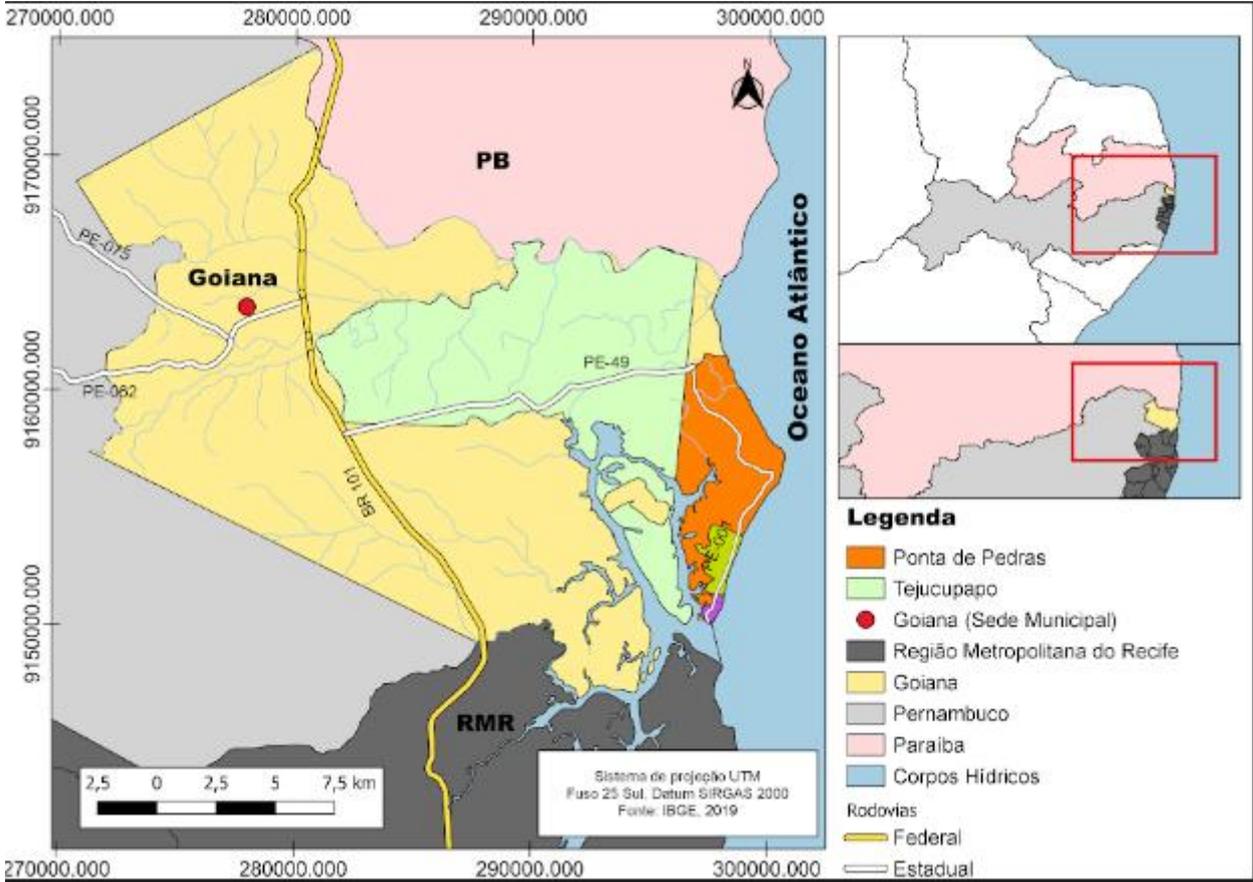
### 4.1 Situação geográfica e aspectos históricos da área de estudo

No que se refere à toponímia do município, os dados oficiais fornecidos no site da Prefeitura Municipal afirmam que a origem do nome Goiana vem do Tupi-Guarani “Guyanna” - terra de muitas águas. O nome da localidade apareceu pela primeira vez em 1592 nos catálogos da Companhia de Jesus, caracterizando-a como aldeia “Gueena”. Tal documento, em 1606, passou a registrar a seguinte grafia “Goyana” e, tempos depois, a escrita foi modificada para a atual: Goiana. Existem ainda certos entraves sobre o significado do termo. O holandês Francisco Adolfo de Varnhagen afirma que Goiana é uma palavra tupi, que significa “gente estimada”, porém outros filólogos, como o Frei Vicente, em 1627, afirmou que significava “porto ou ancoradouro”.

Conforme informação disponibilizada no site da Prefeitura, a história do município é marcada pelos engenhos da região e pela participação ativa dos goianenses em diversos acontecimentos como a Batalha das Heroínas de Tejucopapo (1646), a Revolução Pernambucana (1817), a Confederação do Equador (1824) e a Revolução Goianense (1825). No período colonial foi sede, por duas vezes, da Capitania de Itamaracá, sendo, por um longo tempo, reconhecida como a segunda cidade mais importante de Pernambuco devido a sua riqueza de rios que facilitavam a comercialização do açúcar. Ganhou título de freguesia em 1568, de vila em 1711, foros de cidade em 1840 e de sede municipal em 1892. Devido a sua riqueza histórica em 1938, foi considerada Patrimônio Histórico Nacional pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Geograficamente, o município de Goiana está localizado na Zona da Mata Norte de Pernambuco, situado a 62 km da cidade do Recife (capital pernambucana) e 51 km de João Pessoa (capital paraibana). O mapa 1, a seguir, apresenta a localização da área de estudo.

**Mapa 1 - Localização do município de Goiana e distrito de Ponta de Pedras**



Fonte: IBGE, 2019

Observou-se que, conforme o mapa 1, o município é cortado pela BR 101, rodovia federal que liga Goiana à Região Metropolitana do Recife - ao sul - e ao estado da Paraíba - ao norte. Existe também a presença de rodovias estaduais, como a PE-49, que é o eixo de principal acesso de Goiana para Ponta de Pedras; a PE-75, principal rodovia estadual da cidade de Goiana, dá acesso ao município de Itambé - limítrofe com Pedras de Fogo/Paraíba. Ainda existe a PE-62, eixo para quem se dirige a Itaquitinga, Condado e Aliança.

Em relação a sua extensão territorial, de acordo com o IBGE (2021), Goiana possui 445,41 km<sup>2</sup>. Se comparado com sua Região Geográfica Imediata (RGI) Goiana - Timbaúba, Goiana ocupa o primeiro lugar em extensão territorial em relação aos outros 11 municípios pertencentes à mesma região. Sua inclusão na RGI Goiana-Timbaúba foi estabelecida conforme divisão regional realizada pelo IBGE em 2017. Segundo o Instituto, as RGIs:

[...] têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e Educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017, p. 20).

Portanto, as RGIs são regiões interligadas entre si por uma certa dependência de estruturas e atividades que outras áreas em volta não possuem ou contêm com certa precariedade. Então, os moradores precisam se deslocar seja a trabalho ou para resolver questões pessoais em bancos públicos e privados, por exemplo, mantendo tal relação de dependência. Essa mesma divisão realizada pelo IBGE, em 2017, caracterizou Goiana como pertencente, também, à Região Intermediária do Recife, composta por 70 municípios, definindo-as da seguinte forma:

As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais (REGIÕES..., 2008). Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017, p. 20).

Então, podemos definir uma Região Geográfica Intermediária como regiões cujos arranjos populacionais são considerados indivisíveis, ou seja, com características bastante semelhantes. A organização dessas regiões podem, inclusive, ultrapassar limites estaduais,

como é o caso de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, cidades de estados diferentes que possuem características econômicas semelhantes, tornando-as interligadas. Logo, as Regiões Geográficas Intermediárias são responsáveis pela organização territorial e pela articulação entre as Regiões Geográficas Imediatas, através de uma hierarquia superior que se diferencia por meio dos fluxos de gestão pública e privada, assim como o surgimento de funções urbanas de maiores escalas.

Continuando com a caracterização de Goiana em termos territoriais, de acordo com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), em 01/01/1979, Goiana ficou dividida territorialmente em 3 subdistritos: 1. Sede (o centro do município, onde estão as repartições públicas, bancos públicos e privados e comércio de maior porte); 2. Tejucofapo (local historicamente conhecido pela Batalha das Heroínas de Tejucofapo, que configurou a expulsão dos holandeses do município) e 3. Ponta de Pedras (distrito litorâneo que recebe, de acordo com a Secretaria de Turismo, o maior índice de visitantes no período de alta estação). Mas, além desses três distritos, existem localidades como Atapuz e Itapessoca, entre outros lugares que ajudam a compor o município.

Goiana possui uma área estrategicamente posicionada, com certa proximidade de dois aeroportos, o Aeroporto Internacional dos Guararapes, localizado na cidade do Recife - capital pernambucana, e o Aeroporto de João Pessoa - Presidente Castro Pinto, na Paraíba. Há, ainda, a proximidade de três portos (Recife e Suape, ambos em Pernambuco, e o de Cabedelo, na Paraíba). Vale frisar que além da localização entre Recife e João Pessoa, Goiana está próxima de municípios relevantes no contexto micro ou mesorregional, como Timbaúba, Carpina e Caruaru. Já os municípios limítrofes são: Itaquitinga, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Itambé, Condado, Caaporã, Pitimbu e Pedras de Fogo, os três últimos localizados no Estado da Paraíba.

Agora, considerando os primeiros relatos sobre a faixa litorânea do que hoje corresponde à Goiana, em particular na área compreendida pelo atual distrito Ponta de Pedras, vale ressaltar Miranda (2010), ao afirmar que o “descobrimento” do distrito em foco aconteceu quando navegantes portugueses sob o comando de Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio, decidiram visitar as terras “encontradas” por Pedro Álvares Cabral em 1500. Estes, em visita à costa pernambucana, no dia 18 de agosto de 1501, fizeram uma travessia em um rio denominando-o de Rio das Pedras (atualmente conhecido como Rio Goiana). Nessa travessia, de longe, avistaram um pequeno promontório batizando-o de Cabo de Santa Helena. Ao se aproximarem desse local, perceberam que sua extremidade era totalmente em pedras submersas, ficando como referência à Ponta de Pedras. Miranda ainda afirma que:

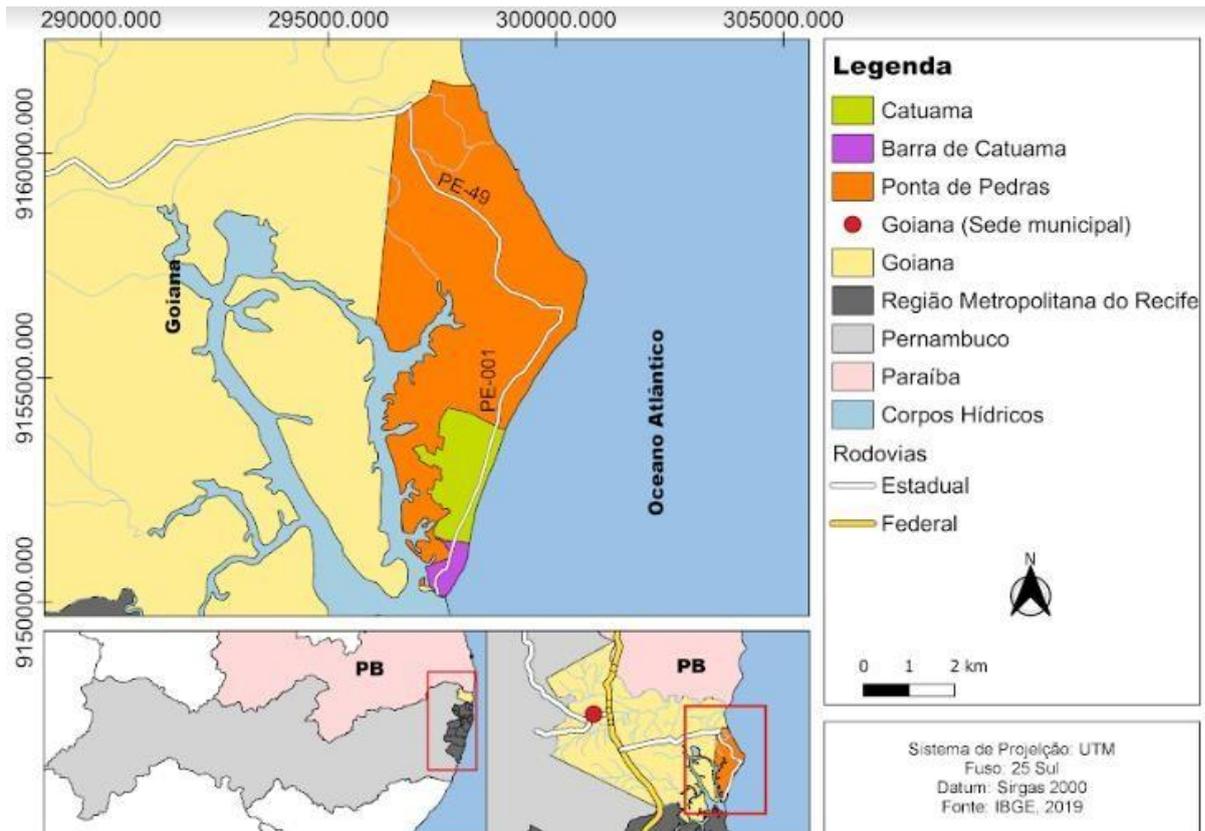
A exemplo das demais regiões do litoral brasileiro, era habitada por indígenas da nação Tupi, precisamente, da tribo Tabajaras. Em 1589, atraído pela benevolência dos primitivos habitantes da aldeia da Ponta das Pedras, totalmente diferente dos vorazes caetés e dos destemidos potiguares, fundou ali, o missionário Frei Antônio de Campo Maior, um aldeamento que deu origem ao povoado que mais tarde veio a transformar-se em uma belíssima praia. (MIRANDA, 2010, p. 24).

O local onde o antigo povoado foi instalado, hoje é conhecido como Rua Frei Campo Mayor, onde está localizada a sede distrital. Marcas desse período ainda se encontram na localidade como a Igreja Nossa Senhora do Ó e a Colônia de Pescadores. Nessa mesma região, também foram instaladas a feira livre do distrito, criada, de acordo com Miranda (2010) no dia 22 de abril de 1939 e em 1940, o Mercado Público, reformado em 7 de setembro de 1981 sob ordens do antigo prefeito de Goiana, Osvaldo Rabelo Filho. Nessa reforma, foi aumentado o mercado como um todo e realizou-se construções de boxes para os comerciantes.

Observa-se que o território de Ponta de Pedras é cortado pela PE-49, constituindo a única via de acesso ao distrito. Essa rodovia se encontra com a PE-001, que corta toda a beira-mar do distrito, logo sendo o principal ponto de acesso para os subdistritos de Catuama e Barra de Catuama (Mapa 2).

Continuando a caracterização de tal localidade, de acordo com a CONDEPE/FIDEM, o distrito de Ponta de Pedras foi criado através da Lei Municipal nº 11, de 24 de Novembro de 1982, aprovada pela Câmara Municipal de Goiana. De acordo com a agência destacada, a localidade em foco foi elevada à categoria de município por meio da Lei Estadual nº 4.950 de 20 de dezembro de 1963. Mas, após um acordão realizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, mandado de segurança nº 57.098 de 27 de Agosto de 1964, Ponta de Pedras perdeu o título de município.

**Mapa 2 – Subdivisão territorial do distrito de Ponta de Pedras e ligação rodoviária**



Fonte: IBGE, 2019

Miranda (2010, p. 61), afirma que “alegando-se uma significativa perda para Goiana em termos de arrecadação e referência histórica e turística, foi impetrado um mandado de segurança, anulando as leis emancipatórias”, logo este voltou a pertencer ao município de Goiana. Atualmente, o distrito é dividido em:

- **Ponta de Pedras - Sede:** onde são encontrados supermercados maiores, feira e mercadopúblico, terminal rodoviário com transportes para o Recife e para Goiana, ponto de kombi (apenas para Goiana), lojas, restaurantes, academia e pousadas. Tem como pontos turísticos a praia, o Farol de Santa Helena, a Igreja Nossa Senhora do Ó (fundada pelo Frei Antônio Campo Mayor no período colonial), o Calçadão de Ponta de Pedras eo Obelisco - Ponto Extremo Leste do Estado de Pernambuco e o segundo das Américas (o primeiro está situado no Estado da Paraíba). Nessa região estão localizadas as comunidades das Malvinas, Cocota de Baixo, Cocota de Cima e Sítio. Na Imagem 1 encontramos alguns desses pontos turísticos:

**Imagem 1 – Recortes da paisagem de Ponta de Pedras - Centro**



Imagens a, b, c e d. Farol Santa Helena (a). Obelisco (b). Igreja Nossa Senhora do Ó (c) e Calçadão de Ponta de Pedras (d). Fonte: a autora. Registro feito em: 09/07/2022.

- **Catuama:** sua população tradicional vivia (e alguns ainda vivem) da pesca, da agricultura e do turismo. De acordo com Miranda (2010), foi inicialmente marcada por grande número de, hoje não mais existente em tanta proporção, coqueiros, cajueiros e árvores fruteiras silvestres. Atualmente, na localidade funcionam mercados de menor porte, clube de piscina - o Clube Porto do Sol, restaurantes, imobiliárias como a Catuama Imóveis e a Solário. Tem como principais pontos turísticos a praia, a igreja de Catuama - Capela Santo Antônio de Pádua (padroeiro do subdistrito), fundada em 1887, à beira-mar. Nessa área estão localizadas as comunidades de Porto do Sol e Porto do Mar. Na imagem 2 temos alguns recortes da paisagem de Catuama:

**Imagem 2 – Recordes da paisagem do subdistrito Catuama:**

Imagens a e b. Praia de Catuama (a) e Igreja de Catuama (b). Fonte: a autora. Registro feito em: 09/07/2022.

- **Barra de Catuama:** o comércio da localidade antigamente, de acordo com Miranda (2010), ficou marcado pelos fornos de cal de Cassimiro Fernandes, essas mercadorias eram transportadas em barcaças para o Recife. Outra atividade econômica apontada por Miranda foram as salinas de propriedade de José Velozo de Melo. Atualmente o comércio está baseado no turismo, principalmente na Ponta do Funil, local que faz divisa

com a Ilha de Itamaracá, contando também com mercadinhos, floricultura, pousadas, bares e restaurantes. Possui como pontos turísticos a Ponta do Funil e a Igreja da Barra de Catuama - Capela Nossa Senhora da Penha (padroeira do subdistrito), fundada no século XVIII. Nessa região está localizada a comunidade conhecida como Porto da Barra. Na imagem 3 temos os dois principais atrativos turísticos de Barra de Catuama:

**Imagem 3 – Recortes da paisagem do subdistrito Barra de Catuama**



Imagens a e b. Igreja Nossa Senhora da Penha (a) e Ponta do Funil (b) Fonte: a autora. Registro feito em 22/07/2022.

Hoje, podemos afirmar que Ponta de Pedras está bastante modificada. Possui escolas públicas e privadas, supermercados, posto policial, mercadinhos, padarias, farmácias, posto de gasolina, UPA, pousadas, além de casas para aluguéis de fins de semana e temporadas. Na praia, no período de alta estação, são ofertados serviços de passeio de barco, lanchas, shows culturais, eventos privados, além da presença de bares e restaurantes. É nesse período também que a

população do distrito chega a triplicar, justamente por receber o maior quantitativo de turistas de sol e mar do município (a última atualização do IBGE, em 2010, constatou que a localidade possuía 8.008 habitantes), devendo ser bem superior atualmente, devido ao lapso temporal e às evidentes transformações socioespaciais ocorridas na última década, conforme será analisado adiante.

Contudo, é importante frisar que, apesar da ampliação da oferta de equipamentos de turismo e de comércio, Ponta de Pedras ainda se identifica como um espaço precário em infraestruturas e serviços urbanos, sobretudo no saneamento básico (calçamento, drenagem das águas pluviais, coleta e tratamento dos efluentes), ou ainda no serviço de limpeza urbana e fragilidade do atendimento das concessionárias de serviços públicos, como transporte e comunicação. Essa realidade reafirma no dia a dia a condição periférica desse espaço no contexto da área sob influência da RMR.

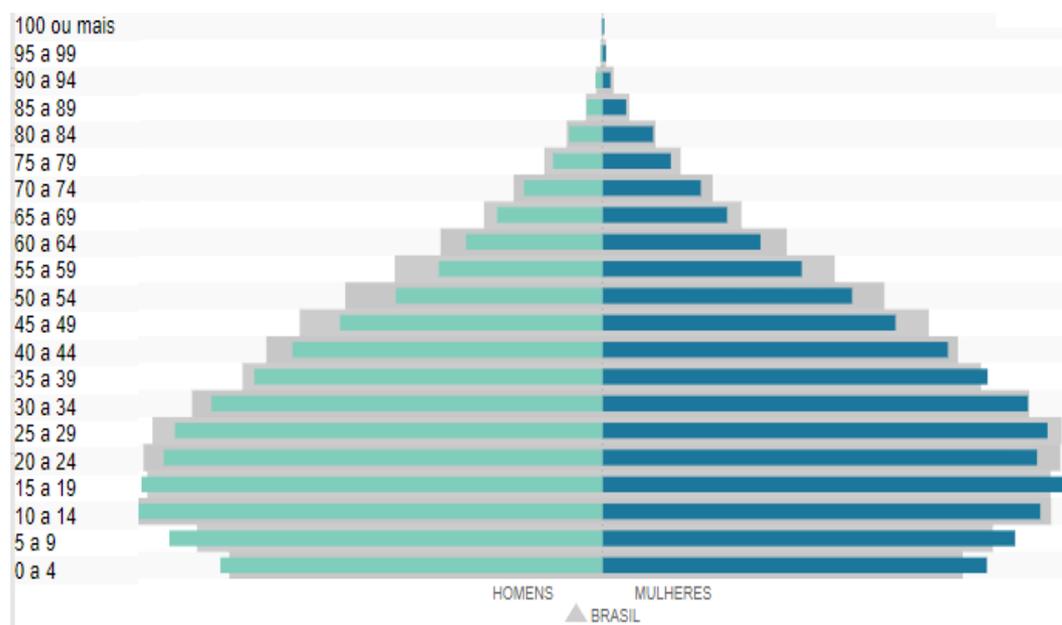
#### **4.2 Caracterização sociodemográfica e socioeconômica da área de estudo**

A caracterização sociodemográfica e socioeconômica da área de estudo tem o objetivo de demonstrar a condição periférica de Goiana como um todo e de Pontas de Pedras, em particular, em termos de desenvolvimento social. A discussão neste tópico busca não apenas identificar as fragilidades com base nos indicadores sociais, como também fazer um contraponto com sua relativa posição de destaque no ranking estadual em relação ao PIB. Portanto, a condição periférica desse município não se refere à sua localização geográfica, mas à situação de carências e até de ausência do poder público e da iniciativa privada na promoção de melhores condições de vida para a maioria da população, sendo que isso inclui também a melhoria na oferta de infraestrutura e serviços urbanos coletivos.

De acordo com o IBGE, em 2010, o município de Goiana tinha 75.644 habitantes, desses 58.025 pessoas residiam na zona urbana, ou seja, 76,70%, e 17.619 eram moradores da zona rural, equivalendo a 23,29%. O município registrou, em 2010, uma densidade demográfica de 150,72 habitantes por quilômetros quadrados. Atualizações fornecidas pelo IBGE em 2021, apontam que a estimativa populacional recente é de 80.345 habitantes. Se esse dado for confirmado no próximo censo, que será realizado em 2022, o crescimento ficará configurado em 4.701 pessoas (um aumento de cerca de 5,85%). Outro ponto a ser observado é a pirâmide etária municipal, nesta pôde-se perceber que Goiana continha 39.000 habitantes do sexo feminino e 36.644 do sexo masculino, esses divididos em faixas etárias com variáveis estabelecidas em 4 e 4 anos, que gerou o seguinte panorama: 1. População Infanto-Juvenil

(0 - 19 anos): 26.736 pessoas (35% do total); 2. População Adulta (20 - 64 anos): 43.698 pessoas (57,77% do total); 3. População Idosa (65 +): 5.210 pessoas (6,89% do total). No gráfico 1, encontra-se a Pirâmide Etária do município de Goiana.

**Gráfico 1 – Pirâmide etária do município de Goiana**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/goiana/panorama>. Acesso em: 15/06/2022.

Uma primeira observação sobre tal estrutura demográfica é que os adultos, com 57,77% do total, representam a maior parcela da população, seguida de crianças e jovens, com 35% do total, enquanto os idosos correspondem a apenas 6,89% do total. Isso é um quadro típico de áreas subdesenvolvidas, marcadas por problemas nas condições de vida, pois à medida que a idade avança mais a pirâmide etária se torna estreita. Também de forma semelhante à dinâmica do crescimento demográfico do Brasil e de Pernambuco como um todo, a taxa de natalidade vem apresentando ligeira redução, o que é observado não somente pelo menor percentual de crianças e jovens em relação aos adultos, como pelo estreitamento da base da pirâmide.

Isso é perceptível nas duas faixas de idade na base da pirâmide (de 0 a 4 e de 5 a 9 anos). Percebe-se também que a expectativa de vida é baixa, devido ao afunilamento sequencial grave ocorrente após a faixa etária 40 - 44 anos. Além de tais fatores, ao analisar os dados da pirâmide, podemos afirmar que a População Economicamente Ativa (PEA) chegou a 50.888 habitantes (67,2%), considerando a população entre 15 e 64 anos. Uma análise mais detalhada sobre a qualidade do emprego em termos de nível de qualificação técnica e de remuneração certamente demonstraria um evidente quadro de carência de poder aquisitivo da população. A população infantil dependente (aqui registrada com crianças de 0 a 14 anos), ou seja, aqueles que dependem da renda dos pais ou responsáveis, registrou um indicativo de 19.546 habitantes (25,8%); a população dependente idosa (65 +), dependentes da previdência social, chegou a

5.210 pessoas (6,8%).

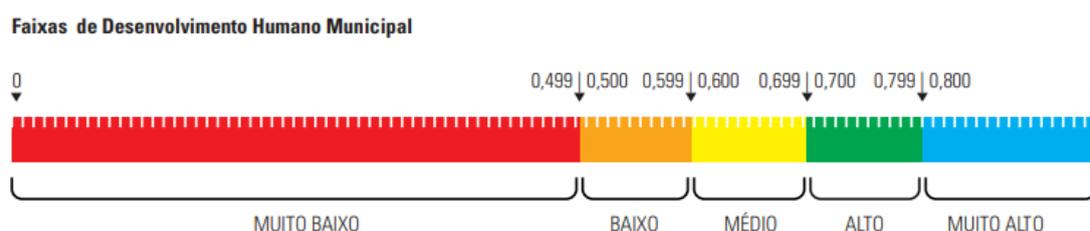
O perfil sociodemográfico evidenciado pela pirâmide etária e sexual (Gráfico 01) designa um perfil típico de subdesenvolvimento social do município de Goiana. Podemos explicar melhor tal realidade fazendo um contraponto com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), exposto no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado em 2013, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP). Segundo esse documento, o IDH-M:

[...] foi amplamente divulgado e utilizado por gestores, tomadores de decisão, formuladores de políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano, nos setores público e privado. O índice é hoje uma referência nacional para a sociedade brasileira. É um dos casos de maior sucesso em todo o mundo na aplicação e disseminação do IDH no nível subnacional. (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013, p. 27)

O cálculo do IDH-M é realizado da seguinte forma: para a longevidade, considera-se a expectativa de vida ao nascer, calculada por um método indireto. Esse indicador é responsável por fornecer o número médio de anos que os nascidos em determinado município viveria, da mesma forma é realizado as estimativas para a mortalidade; para a Educação, a medida acompanha a população em quatro momentos da vida escolar (5 a 6 anos - frequentando a escola. 11 a 13 anos - frequentando os anos finais dos Ensino Fundamental. 15 a 17 anos - Ensino Fundamental completo e 18 a 20 anos - Ensino Médio completo).

Essas análises facilitam os gestores públicos a verificarem se os estudantes estão na série adequada a sua idade e a consequente promoção de políticas educacionais; o fator renda é medido pela renda municipal per capita (a renda média de todos os residentes, incluindo as crianças e os sem registro de renda). Todos esses parâmetros são realizados com base nas pesquisas desenvolvidas pelo IBGE. Para os dados em mãos, os desenvolvedores do IDH-M, estipularam uma faixa de desenvolvimento, dividida entre muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto, para melhor compreensão das informações acima citadas. Essa faixa pode ser conferida no gráfico 2.

**Gráfico 2 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal - Atlas de Desenvolvimento Humano**



O IDH-M é um número que alterna entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano de um município e, quanto mais próximo de 0, menor são as taxas referentes ao desenvolvimento humano municipal. O município de Goiana, por sua vez, nas variáveis específicas registra: 1. Longevidade - 0,614 (médio); 2. Educação - 0,576 (baixo) e 3. Renda - 0,779 (alto). Nos índices gerais, levando em consideração as três áreas, registra um IDH-M 0,651 (médio). Se comparado com os 185 municípios pernambucanos, Goiana assume a 33ª colocação. O primeiro lugar fica com Fernando de Noronha com o seguinte panorama: 1. Longevidade - 0,781 (alto), 2. Educação - 0,748 (alto) e 3. Renda - 0,839 (muito alto), gerando um IDH-M de 0,788 (alto); enquanto o última posição fica com o município de Manari com os índices: 1. Longevidade - 0,477 (muito baixo), 2. Educação - 0,345 (muito baixo) e 3. Renda - 0,682 (médio), gerando um IDH-M de 0,487 (muito baixo).

Se comparado com sua RGI (Goiana-Timbaúba), Goiana encontra-se em primeiro lugar dentre os 11 municípios pertencentes à mesma região. Nesse caso, em última colocação está o município de São Vicente Férrer com 1. Longevidade - 0,558 (baixo), 2. Educação - 0,414 (muito baixo) e 3. Renda - 0,715 (alto), configurando um IDH-M de 0,549 (baixo). Tais dados são gerados através de uma média geométrica que considera a raiz cúbica da multiplicação dos 3 IDH-Ms.

Fazemos, neste momento, uma breve análise do PIB como indicador macroeconômico para em seguida estabelecer um contraponto com o rendimento da população de Goiana. Assim, um dos indicadores econômicos para se medir ou avaliar o tamanho de uma economia é o PIB. Na linguagem macroeconômica diz-se PIB a preços correntes, sendo calculado com base no valor da produção de cada ano, conforme avaliação dos preços desse mesmo ano (PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA-ES, s/d). Assim, o PIB de Goiana em 2019 corresponde à produção de 2019 a preços de 2019. De acordo com o IBGE, nesse referido ano, Goiana detinha o quarto maior PIB a preços correntes no Estado de Pernambuco, com R\$ 10.225.461.070,00, sendo superado por Recife (R\$ 54.691.223.460); Jaboatão dos Guararapes (R\$ 13.870.739.480,00); e Ipojuca (12.718.762.300,00).

Fazendo-se agora o contraponto com a renda média da população de Goiana, constata-se que a elevada posição do município no ranking estadual não se traduz em termos de rendimentos. Isso, infelizmente, não é incomum na realidade do capitalismo periférico em que o Brasil e, sobretudo, Pernambuco está inserido. Em 2019, dados do IBGE apontam que o salário médio mensal era de 2,5 salários mínimos. O índice de pessoas ocupadas configurava 29,6% da população (23.569 pessoas), ou seja, menos de um terço da população. O percentual referente aos domicílios com rendimento nominal mensal por pessoa de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo era

de 48,2%, ou seja, aproximadamente 39.184 pessoas (IBGE, 2010). Isso demonstra o abismo social vivido pela maior parcela da população do município, de certo modo reflexo de séculos de monocultura, escravidão, concentração fundiária, tendo, como efeito, até os dias de hoje, péssimas condições de sobrevivência da maior parte da classe trabalhadora.

Ainda assim, no que se refere à renda média e fazendo essa comparação com os 185 municípios pernambucanos, Goiana assume a 4ª posição (ficando atrás de Recife com 3,3, Ipojuca com 3,2 e Itapissuma com 3 salários mínimos em média). Fazendo essa análise com as localidades dentro de sua região geográfica imediata, Goiana assume a primeira colocação sendo o município com maior salário mínimo médio. Ora, sabemos que toda média encobre as desigualdades internas e se posicionar na quarta colocação pode até mascarar a difícil realidade social da população desse município. Além disso, vale destacar que a situação de precariedade social de Goiana não é exceção, mas, sim, a regra no contexto de Pernambuco e de grande parte do Brasil.

Referente ao quantitativo de pessoas ocupadas - 29,6% - o município ocupa a 529ª posição das 5.570ª (país), 6ª colocação das 185 (PE) e segundo lugar na sua RGI. Essa mesma comparação entre os 48,2% dos domicílios com moradores que recebem meio salário mínimo por pessoa registra os seguintes dados: 1.702ª lugar dos 5.570 (país), 130ª posição das 185 (PE) e 8ª colocação dos 11 municípios pertencentes à RGI Goiana-Timbaúba.

Agora que já tratamos do perfil econômico e socioeconômico referentes ao rendimento, partiremos para os dados referentes à Educação. Para isso, precisamos explicar o que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Pois bem, criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB:

[...] funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

O IDEB utiliza as médias de desempenho da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - também conhecida como Prova Brasil - para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para avaliação dos estados e do país como um todo. A Prova Brasil e o SAEB, de acordo com o MEC, são avaliações diagnósticas em larga escala desenvolvidas pelo INEP para averiguar os índices educacionais brasileiros, sendo realizadas a cada dois anos. No caso do IDEB, as metas se diferenciam para cada escola e rede de ensino, tendo como objetivo alcançar 6 pontos até 2022 (média correspondentes ao sistema educacional

dos países desenvolvidos).

O ponto positivo do IDEB é a busca pela melhoria educacional do país, pois, conseqüentemente, melhora-se as condições de vida dos indivíduos. Porém, em contrapartida, o que falta ainda em muitas escolas públicas - principalmente no município em foco - é a aplicação eficaz de políticas educacionais para que esse desenvolvimento educacional seja alcançado. Essas melhorias podem ser feitas a partir da infraestrutura da escola, que influencia nas condições trabalhistas dos professores e no aprendizado do aluno, ou até mesmo na promoção de atividades mais lúdicas para evolução educacional dos estudantes, assim como o governo estadual e a prefeitura municipal precisam liberar maiores investimentos para que tudo isso possa ocorrer da melhor forma possível.

No censo demográfico de 2010, o IBGE informou que a taxa de escolarização dos estudantes entre 6 e 14 anos de idade do município de Goiana atingiu 96,7%. Atualizações realizadas em 2019 pelo mesmo Instituto, apontaram que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública atingiu 4,7, enquanto para os anos finais registrou nota de 3,7. As matrículas para o Ensino Fundamental foram de 12.128 efetivações e para o Ensino Médio 3.126 inscrições, totalizando 15.524 estudantes. O número de docentes do Ensino Fundamental era de 547, enquanto no Ensino Médio o registro contabiliza 178, gerando um quantitativo de 725 profissionais ao todo. Em virtude do número de estabelecimentos de Educação pública registraram-se 58 escolas de nível fundamental e 10 de instituições do Ensino Médio (IBGE, 2021), configurando 68 unidades escolares.

Tais informações geraram os seguintes dados: se compararmos a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, Goiana ocupa a 3.987ª colocação se comparado com os outros municípios do país. Essa mesma análise feita com os 185 municípios de Pernambuco registrou que Goiana, nesse caso, ocupa a 91ª posição, quanto que em virtude de sua RGI está no 8º lugar dos 11. Essa análise realizada com o IDEB anos iniciais do Ensino Fundamental registrou que Goiana ocupa a: 4.899ª colocação de 5.570 (país), 160ª de 185 (PE) e 7ª de 11º (RGI). Enquanto para os anos finais: 4557ª de 5570 (país), 169ª de 185 (PE) e 9ª de 11 (RGI).

A análise dos dados mostra nitidamente que os investimentos educativos no município de Goiana e suas realizações precisam ser considerados com urgência, uma vez que até se comparando com a RGI Goiana-Timbaúba, composta por 11 municípios, a localidade em questão ocupa as últimas colocações. Outro ponto a ser levantado é que esses mesmos comparativos realizados com a esfera econômica registra colocações positivas, mostrando que o fator econômico do município está à frente do educativo.

Outro indicador que não podemos deixar de lado ao detalhar o município de Goiana é o referente à Saúde. Informações do IBGE (2020) sobre o índice médio de mortalidade infantil na região é de 9,62 para 1.000 nascidos vivos (0,9038 óbitos para cada mil nascidos vivos). Mesmo abrangendo um pequeno grupo da população como um todo, o índice de mortalidade infantil, que considera o número de crianças nascidas vivas com zero até o 1 ano de vida, diz muito da qualidade de vida da população como um todo e não apenas dessa faixa etária da população, pois se a criança vive em precárias condições de vida, isso significa que sua família também vive mal.

Além disso, o número de mortalidade infantil é um indicador de qualidade de vida muito confiável porque é no primeiro ano de vida que o organismo da criança se apresenta mais frágil e, portanto, com maior risco de adoecer e falecer em situação de precariedade de condições de vida. Nesse caso, se há uma elevada mortalidade infantil, presume-se que não apenas as crianças como também os adultos da família sobrevivem de forma precária, possivelmente em relação à moradia e alimentação, dentre outros aspectos que têm implicações na qualidade de vida.

Assim, de acordo com a Fundação ABRINQ, criada em 1995, com objetivo de garantir os direitos das crianças no acesso à educação, alimentação, saúde, proteção contra a violência, dentre outros fatores, o índice de mortalidade infantil é muito importante para gerar indicadores que apontam diretamente para a qualidade da saúde para as gestantes, recém-nascidos e menores de 5 anos de idade. Analisar os índices referentes à mortalidade infantil é fundamental na promoção de políticas públicas para melhorias na saúde pública de qualidade para os grupos citados acima, promovendo, conseqüentemente, expectativa de vida para as localidades. Em seguida encontra-se a figura 1, referente ao panorama da mortalidade infantil no município de Goiana, para que possamos compreender como esse fator está acontecendo e sendo acompanhado pela gestão pública.

**Figura 1 - Panorama da mortalidade infantil em Goiana**

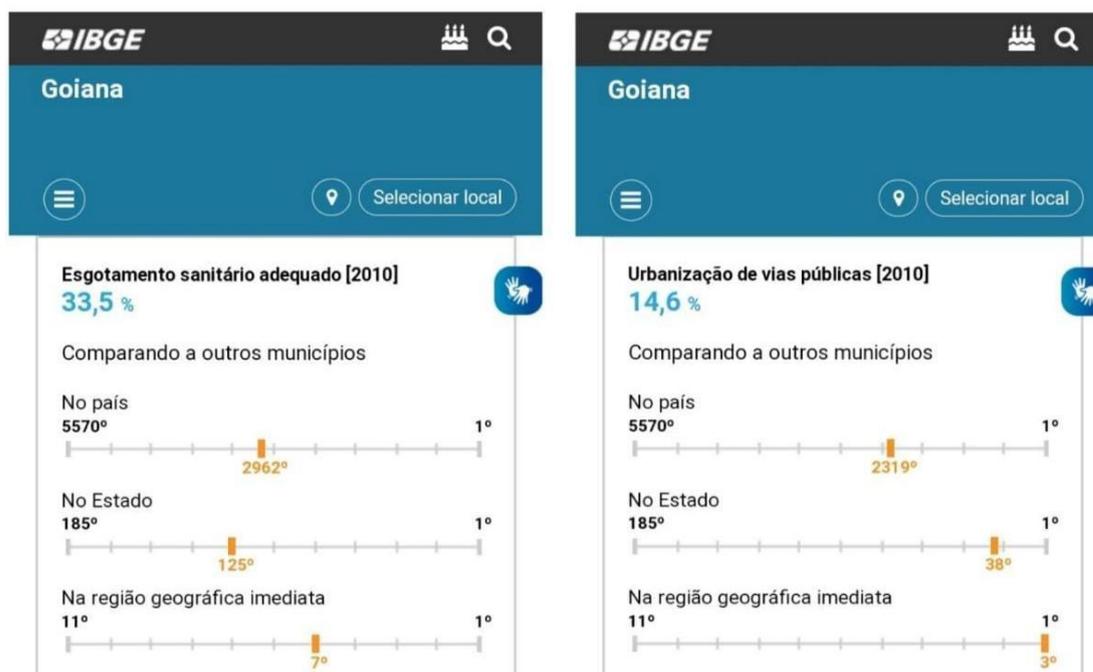


Fonte: IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/goiana/panorama>. Acesso em 15/06/2022

Logo, podemos afirmar que a Secretaria de Saúde deve se ater para melhorar as condições de saúde, ficando cada vez mais distante de situações de alerta extremo. Comparando com os 185 municípios pernambucanos, a situação de alerta aumenta, uma vez que ocupa a 118ª colocação. Porém, quando analisamos esse fator em virtude de sua Região Geográfica Imediata a situação passa a ser mediana, pois essa assume o 5º lugar de maiores índices mortalidade infantil em comparação às 11 localidades incluídas na mesma região.

Partindo para a perspectiva do saneamento, que afeta diretamente na saúde da população, contribuindo, inclusive, na questão da mortalidade infantil, os dados referentes ao ano de 2010 fornecidos pelo IBGE apontaram que 33,5% dos domicílios goianenses contam com esgotamento sanitário adequado e 14,6% das residências são urbanizadas em vias públicas (contando com a presença de calçada, pavimentação e meio-fio). Abaixo encontra-se a figura 3, para análise das questões de esgotamento sanitário e urbanização de Goiana:

**Figura 2 - Esgotamento sanitário adequado e urbanização de vias públicas**



Fonte: IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/goiana/panorama>. Acesso em: 15/06/2022.

Analisando a figura 2, podemos afirmar que o município de Goiana, considerando suas potencialidades, sua localização geográfica entre duas capitais - Recife e João Pessoa - ser um município que vem recebendo, ao longo do tempo, investimentos modernizadores como as empresas citadas acima, contém um saneamento deficitário. Fica fácil perceber isso ao andarmos no centro da sede municipal e observar suas fragilidades de saneamento básico, principalmente nas comunidades mais carentes. Isso significa que os agentes públicos precisam se ater ao melhoramento sanitário municipal.

Se comprarmos em escala estadual esse cenário também gera preocupações significativas, pois ocupa o 125º lugar dos 185 localidades, em virtude de sua RGI ocupa a 7ª posição as 11, gerando, nesse caso, uma preocupação mediana. Já levando em consideração o segundo gráfico da figura 3 - Urbanização de Vias Públicas - Goiana não está entre as últimas colocações nacionais, mas também não está nas primeiras, ocupando a 2.319ª posição dentre as 5.770. Em relação às vias estaduais, a localidade assume a 38ª colocação dentre as 185, uma posição considerada boa. Já na RGI Goiana-Timbaúba está em 3º lugar em comparação aos 11 municípios que compõem a região, sendo destaque no quesito e análise em foco.

Agora que já vimos os dados demográficos e socioeconômicos do município sede, é de vital importância a contextualização da localidade foco da pesquisa. De acordo com dados disponibilizados em 2010 no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), tabela 1, o distrito de Ponta de Pedras registrou no último censo demográfico um contingente populacional

de 8.008 habitantes, sendo o terceiro maior distrito em quantitativo populacional do município de Goiana (o primeiro é Goiana Sede com 59.260 habitantes e o segundo é Tejucofapo, com 8.376 residentes). Vale frisar que esses dados estão defasados, devido ao lapso temporal de doze anos da realização do último censo e ainda considerando as nítidas transformações socioespaciais ocorridas na última década nessa área. Ainda assim, os dados a seguir nos mostram uma boa síntese do contexto populacional da área de estudo.

**Tabela 1 - População residente no distrito de Ponta de Pedras, Goiana – PE**

<b>VARIÁVEL – POPULAÇÃO RESIDENTE</b>			
<b>DISTRITO DE PONTA DE PEDRAS, GOIANA - PE</b>	<b>ESPÉCIE</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	
<b>URBANO</b>	4.010	3.998	3.727
<b>RURAL</b>	1.189	1.908	4.281
<b>TOTAL</b>	2.191	2.090	8.008

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010, Plataforma SIDRA - Tabela 202: população residente, por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 18/06/2022.

Conforme se verifica, dos 8.008 habitantes de Ponta de Pedras 3.998 (49,92%) são mulheres e 4.010 (50,08%) são homens. Nota-se também que a população urbana continha 3.727 pessoas (46,54%) - dessas 1.908 são do sexo feminino (51,19%) e 1.819 do sexo masculino (48,81%) - e o quantitativo de moradores da zona rural foi de 4.281 residentes(53,46%), sendo 2.090 de mulheres (48,82%) e 2.191 (51,18%) de homens. Outro fato é que no distrito de Ponta de Pedras a população rural supera o quantitativo de residentes urbanos, isso ocorre porque a localidade é subdividida em três subdistritos: Ponta de Pedras Sede (que seria o centro da localidade), Catuama e Barra de Catuama (ambos considerados Zona Rural, de acordo com o IBGE).

Como o núcleo urbano de Ponta de Pedras é a vila, ou seja, a “capital” do distrito, o IBGE considera como população urbana apenas quem mora na vila. Os demais povoados são considerados rurais. Na prática, seja na vila de Ponta de Pedras, seja nos povoados de Catuama e Barra de Catuama, o modo de vida das pessoas apresenta muitas semelhanças, senão a designação de urbano ou rural mero critério metodológico adotado pelo IBGE para recensear todo o território brasileiro. É bem possível que na última década tenha havido uma reversão do quadro rural-urbano nesse distrito, em virtude do incremento de atividades terciárias

potencializadas pelo turismo e a vilegiatura marítima relacionada às segundas residências, e ao aumento da expansão urbana.

### **4.3 As distintas realidades da economia de Goiana e Ponta de Pedras**

De município essencialmente canavieiro, Goiana passou a ser parte da expansão industrial na direção da parte norte da RMR, que tem abrigado importante polo cervejeiro e de refrigerantes do estado, com especial destaque para o município de Itapissuma, concentrando fábricas do Grupo Petrópolis, Ambev e Heineken. Nessa mesma direção, Goiana também recebeu importantes investimentos no setor industrial, ainda que permaneça identificado, de forma similar aos demais municípios da Mata Norte, pela forte presença dos canaviais na paisagem rural. Sendo assim, a realidade econômica atual desse município é de certa ambivalência entre transformação gerada pela modernização industrial e a permanência da monocultura canvieira, com grandes dificuldades de exercer competitividade no cenário nacional.

Dessa forma, o espaço agrário de Goiana ainda é predominantemente ocupado pela monocultura canvieira, uma herança do período colonial, refletido na permanência do estrutura latifundiária e das precárias condições de vida dos trabalhadores que atuam no corte da cana, durante o período da colheita. Essa precarização social também se revela na fragilidade da economia canvieira de toda a Zona da Mata nordestina se compararmos com as áreas mais modernizadas dessa atividade no Centro-Sul do país, sobretudo no Estado de São Paulo.

Diante da relativa decadência da economia canvieira pernambucana, trechos de terras da cana são cada vez mais loteados para empreendimentos imobiliários do tipo condomínios horizontais, ou ainda para abrigar plantas industriais e de logística, no caso principalmente do entorno do Complexo de Suape. No primeiro caso, quase sempre os proprietários fundiários entram como investidores do novo negócio, o que favorece a acumulação de capital através de novas atividades nas velhas terras canvieiras. Sendo assim, no contexto específico de Goiana, empreendimentos imobiliários e industriais também são vistos como a nova face modernizadora do município.

Ao longo do tempo, por causa do desenvolvimento territorial de Goiana, empresas de grande porte como a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), a Fábrica Vivix Vidros Planos, pertencente ao Grupo Cornélio Brennand, e a Fábrica Fiat-Jeep Chrysler do Grupo Fiat Chrysler Automobiles, instalaram unidades produtivas no território municipal. Eles são o que há de mais representante da face modernizadora de Goiana nos últimos tempos.

Conforme o Decreto-Lei 10.972 (2004), a HEMOBRÁS foi criada e sediada em Brasília - Distrito Federal, tendo como objetivo a oferta de medicamentos hemoderivados ou fornecidos

por biotecnologia para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o site oficial da empresa, sua inauguração no município de Goiana ocorreu em 2011, onde foi construída sua primeira etapa na Rodovia Governador Mário Covas - BR-101 Norte, Unamed Road - S/N (Imagem 4). Seu parque fabril em Goiana fornece medicações hemoderivadas e recombinantes (Hemo-8r) e contém 17 prédios distribuídos em 48 mil m<sup>2</sup> em um terreno de 25 hectares. Atualmente a empresa continua em expansão.

**Imagem 4 – Vista aérea das instalações fabris da HEMOBRÁS**



Fonte: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/tudo-sobre/hemobras/>. Acesso em: 15/06/2022.

A Vivix Vidros Planos foi inaugurada em Goiana no ano de 2014, na Rodovia BR-101 Norte - KM 01 - Zona Rural (Imagem 5). Trata-se de uma das mais modernas fábricas de vidros planos do mundo, sendo a única de seu ramo com capital 100% nacional. A empresa resulta de um investimento estimado em R\$ 1 bilhão, contando com unidade fabril e usina própria de matérias-primas, esta última localizada em Pedras de Fogo (PB) - cerca de 12 km de distância da sede. Sua produção está voltada para vidros planos incolores, coloridos, laminados, pintados, de proteção solar e espelhos, atingindo principalmente o mercado da construção civil e moveleiro. Em virtude de sua capacidade de produção, a unidade confecciona 900 toneladas por dia e conta com uma área construída de 90 mil m<sup>2</sup>. A fábrica faz uso da tecnologia Low Energy Melter, que gera maior eficiência energética com redução significativa dos gases provocadores do efeito estufa, se comparado com a média global do setor.

**Imagem 5 – Vista aérea da fábrica da Vivix Vidros Planos**



Fonte: Vivix Vidros Planos. Disponível em: <https://vivix.com.br/pt/quem-somos>. Acesso em: 15/06/2022.

Por sua vez, o terceiro megaempreendimento pertencente ao conglomerado Fiat Chrysler Automobiles (FCA), conhecido como a sétima maior produtora de automóveis do mundo, contendo unidades produtivas em 40 países e presença de comercialização em mais de 150 localidades do globo. No Brasil, a FCA é líder na venda de automóveis e veículos comerciais. Seu polo fabril em Goiana foi inaugurado em 2015, na Rodovia BR-101 Norte, KM 13-14, S/N, Rua Nova. De acordo com o site oficial da Fábrica Jeep, a unidade de Goiana teve um investimento inicial de R\$ 11,2 bilhões e, inicialmente, contou com 11 mil trabalhadores capacitados durante sua construção.

Ainda conforme informações disponibilizadas no site oficial da Fiat, na internet, foram instaladas 16 empresas no complexo, cujo objetivo é atingir 60% de índice de nacionalização. O polo da Jeep em Goiana (Imagem 6) é o primeiro complexo multiplantas a se tornar carbono neutro na América Latina, é também Aterro Zero e reutiliza cerca de 99,5% da água utilizada na produção dos automóveis. Atualmente a unidade possui mais de 14 mil colaboradores (90% são do Nordeste) e sua produção atinge cerca de 280 mil veículos por ano e 1.000 carros por dia. Não foi possível verificar como esse percentual está distribuído por nível de qualificação e remuneração salarial, pois uma das críticas feitas é de que os moradores de Goiana que eventualmente trabalham nesse complexo ocupariam as funções de mais baixo nível de qualificação e remuneração.

**Imagem 6 – Vista aérea da fábrica Fiat-Jeep no município de Goiana**



Fonte: Jeep-Fiat Goiana. Disponível em: <https://www.automotivebusiness.com.br/pt/posts/noticias/polo-Jeep-em-pernambuco-e-o-primeiro-carbono-zero-na-america-latina/>. Acesso em: 16/06/2022.

Luna e Araújo (2017) apontaram que a chegada de tais investimentos no município de Goiana causou uma intensa transformação urbana na localidade, pois, após o desenvolvimento de tais instalações - primeiro a HEMOBRÁS (2004), depois a VIVIX Vidros Planos (2014) e, em terceiro lugar, a Jeep (2015) - os antigos investidores da cana-de-açúcar passaram a investir no setor imobiliário, como terrenos e casas, causando um verdadeiro “boom” imobiliário na região. As autoras em contexto afirmaram que:

Pode-se inferir que a implantação desses três polos industriais coloca Goiana em uma fase de divisão territorial e social do trabalho, onde o rural cede lugar ao urbano, seja na questão fundiária, seja na questão do trabalho. Essa nova divisão territorial faz parte da estratégia do Estado de Pernambuco de estruturação de um Polo Industrial de Desenvolvimento Norte, criando, assim, um eixo estrutural ao norte da RMR que qualificou o município de Goiana como um importante indutor da dinâmica econômica regional. Essa polarização dos investimentos do Estado, bem como de parcerias público-privadas, pode se enquadrar como uma nova estratégia de acumulação e uma aliança de interesses da máquina do crescimento urbano. (LUNA; ARAÚJO, 2017, p. 587).

Além da inversão das fontes econômicas dos investidores do setor primário da economia goianense, podemos citar que outro grupo que investiu - e ainda investe - na ampliação urbana da localidade foram as imobiliárias. Em Goiana temos a presença, por exemplo, da Goiana Imóveis, considerada, na localidade, uma das maiores imobiliárias. No distrito em foco – Ponta de Pedras - temos a atuação da Goiana Imóveis também, principalmente no segmento de vendas, mas há outras que igualmente estão se destacando como a Solarium e a Catuama Imóveis.

Além de uma nova configuração espacial instaurada, a chegada dessas empresas no território goianense fez com que a localidade se configure como um polo farmacológico e

automobilístico de Pernambuco, além de referência na produção de vidros planos. A produção industrial dessas grandes empresas, juntamente com o turismo histórico e litorâneo, em conjunto com atividades econômicas de menor porte, contribuem ativamente para o Produto Interno Bruto do município.

Feita essa discussão sobre os megaempreendimentos industriais recebidos por Goiana, situados ao longo do eixo formado pela rodovia BR 101, procuramos, neste momento, situar, além do predomínio da cultura canavieira, a existência, no distrito de Ponta de Pedras, de atividades ligadas ao extrativismo praticadas pela população “nativa”. Essas atividades são praticadas há muito tempo, e têm uma relação total com as características desse espaço litorâneo, desde que ele era uma área essencialmente rural, sem as transformações socioespaciais das últimas décadas.

Nesse contexto, Oliveira (2017) aponta que, para além da monocultura canavieira, existem outras fontes econômicas como a pesca artesanal, coleta de bivalves, extração de ostras, captura de aratu (*Goniopsis cruentata*), siri-azul (*Callinectes danae*), guaiamum (*Cardisoma guanhumi*), marinheiro (*Aratus pisonii*), uçá (*Ucides cordatus*), além de atividades como a carcinicultura, piscicultura e uma fábrica de cimento. Têm-se também o artesanato em fibra de cana brava (Imagem 7), retirada próximo de regiões alagadas e mangues.

Inicialmente, as confecções em cana brava eram para produzir covos de pesca - uma espécie de cesta para capturar peixes e crustáceos em alto mar - mas que depois passou a ser utilizada para criar potes, boleiras, cestas e outros utensílios. Atualmente os objetos em cana brava são comercializados no mercado público do distrito de Ponta de Pedras. As atividades como a pesca e o artesanato em fibra de cana brava são produzidos pela comunidade tradicional do distrito em foco e já foram comercializadas, inclusive, na FENEARTE, feira de artesanato ocorrente geralmente no mês de julho no Centro de Convenções de Pernambuco, localizado na cidade de Olinda.

**Imagem 7 – Fibra e artesanato em Cana Brava, respectivamente**



Imagens a, b, c e d. Fibra de cana brava (a), artesanato em cana brava (b, c e d). Fonte: Artesanato Cana Brava Disponível em: <https://instagram.com/artesanatocanabrava?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 19/06/2022.

Além da pesca e do artesanato com a fibra da cana brava, novas possibilidades econômicas chegam a Ponta de Pedras associadas ao advento do turismo. Levantamento feito junto à Secretaria de Turismo do Município de Goiana identificou cinco pousadas de pequeno porte: OYO Pousada Sayonara (Imagem 08); pousada Oceanu's (Imagem 09); pousada Encantos do Litoral (Imagem 10); pousada Tropical (Imagem 11), a pousada Anfitriã Hospedagem (Imagem 12). Há, ainda, o antigo hotel Ponta de Pedras (Imagem 13), hoje denominado de Pousada Dotô Sonhadô Beach, totalizando 6 meios de hospedagens no território distrital. Assim, se ao longo do eixo formado pela BR 101 a modernização se baseia em modernas plantas industriais, a alternativa modernizadora da parte litorânea é fundamentalmente o turismo, mesmo se tratando de uma atividade ainda de pequeno porte e

envolvendo pequenos empreendimentos. Isso pode ser percebido pelas imagens 8:

**Imagem 8 – Alguns meios de hospedagem do distrito de Ponta de Pedras**



Imagens a, b, e c. Anfitriã Hospedagem (a). Pousada Oceanu's (b) e Pousada Encantos do Litoral (c). Fonte: a autora. Registros feitos em: 22/07/2022.

Além desses 6 meios de hospedagens, ainda existem, no distrito de Ponta de Pedras, casas que são alugadas para fins de semana, feriados e por temporadas, o que ajuda a desenvolver o turismo local. A chegada de tais meios de hospedagem acarretaram outras atividades do segmento turístico na região, como agências que promovem passeios de barco, kiaiak, catamarã e trilhas. Esses passeios são promovidos por duas empresas, a Navegantes da Barra (localizada no subdistrito de Barra de Catuama) e a Bravo Turismo (em Catuama). Esses passeios ocorrem tanto para os turistas conhecerem a costa do litoral goianense, como se dirigem a localidades como a Ilha de Itamaracá e Coroa do Avião.

Como se nota, os atributos do espaço litorâneo são elementos essenciais da atividade turística local, podendo ser aprimorada em termos de capacitação efetiva e continuada dos trabalhadores envolvidos para que o crescimento dessa atividade econômica signifique outros níveis de melhoria, não só econômica como também de natureza social. Apesar dos baixos salários dos trabalhadores envolvidos, é válido destacarmos como positivo o fato de o turismo absorver relativamente grande número de mão de obra e também não estar concentrada nas mãos de apenas um ou dois grandes investidores. Tal atividade se expande e abre possibilidades para novos pequenos empresários atuarem.

Continuando com as atividades econômicas, destacamos também a presença de outros estabelecimentos de comércio e serviços que ressaltam alguma dinâmica econômica de Ponta de Pedras. Há mercadinhos, lanchonetes, clubes de piscina, bares e restaurantes que ajudam a promover a economia local. Esses estabelecimentos estão espalhados por todo o distrito (Ponta de Pedras - Sede, Catuama e Barra de Catuama), porém mais concentrados na sede e, em segundo lugar, em Catuama.

Partindo para o segmento de serviços na área de saúde, existem em todas as localidades do distrito, uma unidade básica de saúde para atender demandas de atenção primária (Imagem 14). Fazemos a ressalva de que a existência de unidades básicas de saúde por si só não significa que o serviço público nesse setor esteja bem e atenda com qualidade as demandas da população. As instalações físicas são a primeira condição, no entanto é preciso que haja condições em relação a equipamentos e material de trabalho, além de número adequado de profissionais de saúde para atender o público.

Esse parece ser o principal desafio, pois essa parte não é visível na paisagem como as instalações físicas e só as pessoas diretamente envolvidas, como trabalhadoras ou como pacientes, é que têm plena percepção da qualidade do serviço público de saúde. A figura 3, a seguir, exhibe as fachadas frontais das unidades básicas de saúde no distrito de Ponta de Pedras.

**Figura 3 – Fachadas das unidades de saúde do distrito de Ponta de Pedras**



Imagens a, b, c e d. UPA Santo Amaro – Catuama (a). Unidade de Saúde de Ponta de Pedras (b). Unidade de Saúde de Catuama (c) e Unidade de Saúde em Barra de Catuama (d). Fonte: a autora. Registros feitos em 09/07/2022.

Casos com certa intensidade de agravamento são deslocados para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), localizada no subdistrito de Catuama, e casos de gravidade maiores são transferidos para a sede municipal - Hospital Belarmino Correia, o maior hospital do município. Nos casos que é necessário atendimento mais especializado, os pacientes são transferidos para hospitais de maior porte em outras cidades, principalmente no Recife.

O distrito conta com 4 unidades de saúde para 8.008 habitantes (se levarmos em consideração o último censo demográfico). Em entrevistas realizadas com moradores locais, constatou-se que embora existam os postos de saúde no distrito, a qualidade é baixa e a comunidade sente necessidade de maior disponibilidade e frequência de visitas dos agentes de saúde, bem como de atendimento da atenção básica. Devido a essa precariedade, alguns moradores, com melhores condições financeiras, optam por atendimento nas clínicas particulares da sede municipal. Mais uma vez, registra-se que a grandiosidade revelada nos dados macroeconômicos não se traduz em bons serviços públicos, neste caso em particular, de atenção básica de saúde.

Em virtude do saneamento no distrito, de acordo com a Subprefeitura de Ponta de Pedras, este encontra-se pronto, porém ainda não está funcionando por completo. Confrontando com dados de 2010, segundo o IBGE, o município de Goiana detinha apenas 33,5 % do esgotamento sanitário considerado adequado. O IBGE considera por esgotamento sanitário adequado a coleta de esgotos, seguida de tratamento e o uso de fossa séptica, que, neste caso, não deve ser confundida com fossa rudimentar. Essas duas formas de destino do esgoto não são “plenamente adequadas”, pois no primeiro caso só se refere à coleta dos efluentes, mas não menciona o tratamento deles. Já o segundo também não é ideal, pois a fossa séptica pode oferecer risco de contaminação do lençol freático.

Esse tipo de nota explicativa é necessário para analisarmos criticamente os dados oficiais de esgotamento sanitário adequado de Goiana. Mesmo que tenha sido decorrida mais de uma década do último censo, e desde lá algum avanço houve nessa área, 35% de esgotamento que não se sabe até que ponto contemplam o tratamento dos efluentes, é mais um dado que aponta o quadro de enorme carência de um serviço público básico para a saúde e o bem-estar social. Considerando que a sede municipal, apesar dos inúmeros problemas, tende a apresentar situação menos precária que outras áreas urbanas do município, é razoável concluirmos que no distrito de Ponta de Pedras tal situação seja pior ainda.

Na imagem 9, é possível observar a área comercial mais importante do núcleo urbano de Ponta de Pedras. Nela, há tanto a pavimentação das ruas, como um mínimo do urbanismo, como a presença de calçadas para a mobilidade de pedestres, e algumas placas de sinalização. Porém, é visível que há pouca arborização, calçamento precário e falta de área coberta para o terminal de ônibus do transporte público de passageiros ligando todo o distrito com a sede municipal. Uma constatação é que o centro do distrito recebe calçamento, Barra de Catuama, localidade que apresenta maior centralidade também recebeu ações do tipo, porém em Catuama falta muito ainda a ser feito, visto que apenas a Avenida da Praia é pavimentada. As imagens a seguir comprovam o citado:

**Imagem 9 – Terminal rodoviário de Ponta de Pedras e fim da PE-49, respectivamente**



Imagens a e b. Terminal Rodoviário RODOTUR (a) e fim da PE-49, dando acesso às praias (b). Fonte: a autora. Registro feito em: 09/07/2022.

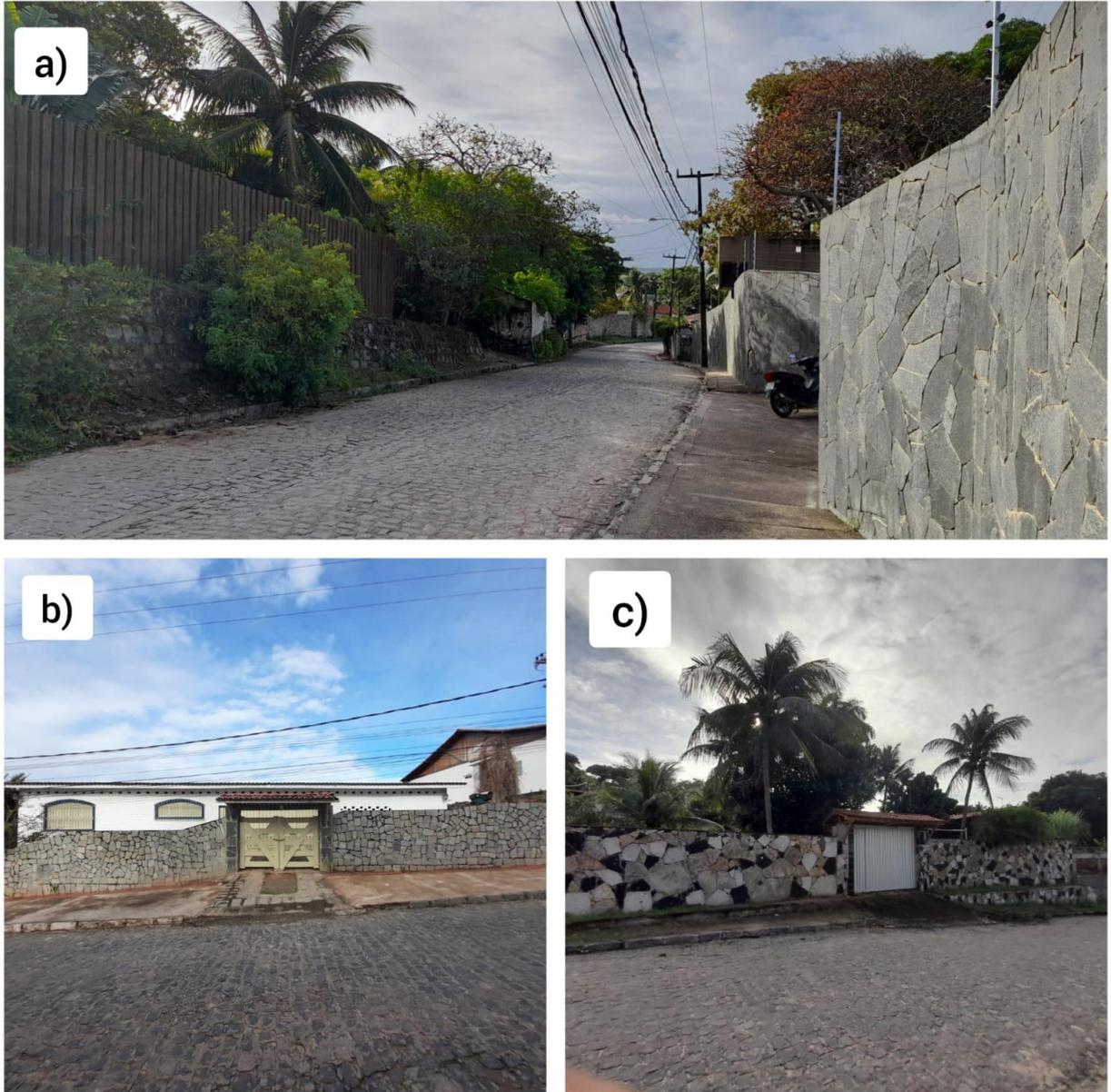
Em entrevistas realizadas com a comunidade local, foi dito que essa questão da pavimentação teria a ver com o pequeno número de moradores votantes em Catuama, por ter um quantitativo maior de moradores temporários do que de residentes fixos, acaba perdendo a prioridade de calçamento. A Prefeitura de Goiana afirma, por sua vez, que existem projetos para atender a localidade, mas eles ainda não saíram do papel, afetando negativamente o comércio de imóveis na região e, sobretudo, a população que lá reside. A imagem 10 evidencia os transtornos que a falta de calçamento gera às pessoas no período chuvoso, sem falar da poeira no período seco.

**Imagem 10 - Precariedade de infraestrutura urbana na rua do Clube Porto do Sul – Catuama**



Fonte: a autora. Registro feito em 22/05/2022

A imagem 10, por sua vez, mostra a via pública principal de Barra de Catuama, que conta com calçamento, porém é bem deficiente em calçadas. Outro fato comum em todas as nucleações urbanas do distrito é a ausência de rede de drenagem pluvial. Diante da ausência de outros itens considerados mais urgentes no saneamento básico, tal ausência não é notada pelos moradores, mesmo que, em certos trechos de vias com calçamento seja bastante comum a inundação das águas da chuva. Isso tudo demonstra como viver nessas áreas urbanas é um desafio permanente de enfrentar as ausências do poder público na promoção de boas condições de infraestrutura e serviços urbanos. Abaixo encontra-se a imagem 17, referente às condições das avenida principal de Barra de Catuama:

**Imagem 11 - Avenida principal (PE-001) e estrutura residencial de Barra de Catuama**

Imagens a, b e c. PE – 001, via principal de Barra de Catuama (a). Estrutura dos domicílios em Barra de Catuama (b e c). Fonte: a autora. Registro feito em: 22/07/2022

Conforme imagem 17, podemos perceber que a avenida principal do subdistrito de Barra de Catuama é calçada, porém, em campo, podemos perceber que a maioria das transversais dessa localidade não possuem calçamento, dificultando as condições de acesso até mesmo na localidade considerada de “alto padrão” de Ponta de Pedras. Evidencia-se essa afirmativa pois, de acordo com as imobiliárias entrevistadas, as casas e terrenos de maiores preços estão localizados nessa região e também, a estrutura das casas, se comparada com as das outras residências dos demais territórios distritais, são bem mais estruturadas esteticamente.

O último quesito, mas não menos importante, a ser abordado no distrito de Ponta de Pedras, é referente aos estabelecimentos de ensino da rede pública. Há a Escola de Referência em Ensino Médio Frei Campo Mayor, localizada em Catuama e a Escola Municipal Prefeito Ângelo Jordão, ambas localizadas em Ponta de Pedras; e a Escola Municipal Santo Antônio de Pádua, situada em Catuama. Há, também, alguns estabelecimentos da rede privada voltados para a Educação Infantil e primeiras séries do Ensino Fundamental. A Prefeitura Municipal ainda disponibiliza ônibus escolar para aqueles que desejam estudar no centro de Goiana, que atende a todo distrito.

Como vimos ao longo deste capítulo, Goiana e Ponta de Pedras são típicas realidades urbanas periféricas em termos socioeconômicos, sociodemográficos e de estrutura da economia como um todo. Apesar da presença de alguns poucos megaempreendimentos industriais, que sem dúvida são importantes para o PIB municipal, predomina um quadro social e econômico de muitas carências e ausências, evidenciadas pelos indicadores aqui analisados. Isso tudo é visível na paisagem, pois a produção do espaço de Goiana está inserida no contexto mais amplo do capitalismo periférico em que se insere Pernambuco no Brasil, e este na economia global.

## 5 A DINÂMICA DAS PRIMEIRAS RESIDÊNCIAS E A VILEGIATURA MARÍTIMA

“Ao produzir sua existência a sociedade reproduz, continuamente, o espaço”, afirma Carlos (2017), ao abordar sobre a influência/papel do homem enquanto agente modificador do espaço geográfico. O espaço, através de tal concepção, é caracterizado como abstrato, tornando-se real a partir do momento em que as modificações realizadas pelo homem ganham materialidade territorial. Essas materialidades se fazem presentes através de elementos físicos (objetos propriamente ditos) e por meio da reprodução humana.

A autora ainda afirma que, a produção do espaço urbano está ligada a três variáveis referentes a reprodução geral da sociedade: 1. dominação política; 2. o capital e 3. a vida humana. Essas variáveis estão interligadas entre si, configurando a lógica desenvolvimentista atual - o Capitalismo - que devido a sua influência política mundial atinge, conseqüentemente, a (re)produção da vida humana em sociedade e da sociedade urbana como um todo, onde o novo é o elemento chave de tais modificações enquanto os lugares se adaptam à lógica recém instalada. Logo, a sociedade se encontra em constantes transformações que ditam e transformam o abstrato no real. Por isso, Carlos afirma que:

Dentro dessas condições, a sociedade produz o espaço e passa a ter dele uma determinada consciência; o que se refere ao fato de que os homens, ao produzirem seus bens materiais e se reproduzirem como espécie, produzem o espaço geográfico. Entretanto, dependendo do momento histórico, o fazem de modo específico, diferenciado, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. O espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade (CARLOS, 2017, p. 22).

No que tange à (re)produção do espaço em Ponta de Pedras, podemos afirmar que as dinâmicas citadas acima refletiram-se na localidade, como em diversas partes do globo. Porém, o agente promovedor de mudanças brutas significativas no distrito foco de pesquisa foi a Vilegiatura Marítima, oriunda do desenvolvimento do Turismo Litorâneo. Cruz (2003), parafraseando a Organização Mundial de Turismo abordou que:

O turismo é uma modalidade de deslocamento espacial que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos uma pernoite no destino. Esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões – lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam às formas de remuneração direta. (CRUZ, 2003, p. 4).

Essa concepção, de acordo com muitos estudiosos da temática, encontra-se equivocada devido ao fato de que quando nos direcionamos a congressos, precisamos nos deslocar para resolver questões de saúde e necessitamos passar uma noite no destino, isso não pode se

configurado como turismo e sim como deslocamento por motivo de urgência/necessidade. Portanto, como destacado no capítulo 3, a autora prefere considerar que o turismo é uma prática social que utiliza o espaço geográfico para poder se desenvolver. Diante do exposto o turismo litorâneo pode ser compreendido a partir do momento em que essa prática social e consequente utilização do espaço geográfico para promoção da atividade turística passa a adentrar os municípios/localidades litorâneas.

Apoiando-se no desenvolvimento do turismo litorâneo, surge a vilegiatura marítima, que se configura com a chegada de pessoas vindas de cidades de pequeno, médio e grande porte - como a cidade do Recife, Pernambuco - para localidades consideradas como de veraneio - sejam elas zonas costeiras, como no caso aqui estudado, ou então áreas de campo - cujo objetivo principal é a fuga da realidade na cidade e a promoção do lazer, conforto e descanso. Esta, juntamente com o desenvolvimento do turismo litorâneo, associados aos banhos de sol, ocasionaram essa aproximação dos moradores dos centros urbanos com a costa brasileira ao ultrapassar os limites das capitais, adentrando nos municípios vizinhos e, conseqüentemente, na totalidade dos municípios litorâneos, redesenhando e modificando a zona costeira. Porém, na mesma proporção em que a vilegiatura marítima traz novas configurações para o território em que se instala, acaba gerando certos conflitos com a população local, visto que muitos elementos naturais da região são totalmente perdidos.

Aguiar (1965) já apontava registros da concentração de veranistas no distrito de Ponta de Pedras, chegados principalmente de municípios como Timbaúba, Nazaré da Mata e Aliança. Eles se concentravam no centro distrital, onde hoje se situa a Igreja Nossa Senhora do Ó, a feira pública e a colônia de pescadores. Foi justamente esse movimento, proporcionado pela vilegiatura marítima, que promoveu, cada vez mais, as construções das segundas residências na localidade em foco, tornando-se, desta forma, um elemento importante na reprodução do espaço, pois constatou-se, como será exposto detalhadamente adiante, que a grande maioria das residências em Ponta de Pedras é de veranistas e moradores temporários.

No Brasil, o órgão público responsável pelos estudos populacionais e residenciais oriundos do fenômeno das segundas residências é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), definindo-as como Domicílios Particulares de Uso Ocasional, ou até mesmo como domicílios temporários, sendo esses “o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010). Logo, as Segundas Residências são as famosas casas de praia e de veraneio, onde as pessoas se refugiam da dinâmica intensa da cidade em que residem

permanentemente, buscando descanso e conforto após longas jornadas trabalhistas, escolares, entre outras atividades ocorrentes nos centros urbanos.

O distrito de Ponta de Pedras, nesse sentido, de acordo com formulário on-line realizado para coleta de dados da referida pesquisa, recebe ocupantes ocasionais das seguintes localidades: Goiana - Centro, Recife, Nazaré da Mata, Timbaúba, Gameleira, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Condado, Olinda, Aliança, Limoeiro, Macaparana, Itaquitinga (ambos municípios pernambucanos), João Pessoa (Paraíba), Maceió (Alagoas) e Rio de Janeiro (RJ).

Além do desenvolvimento das segundas residências, temos também um crescimento significativo de Primeiras Residências na região, ocasionados, em grande parte, pelo crescimento populacional natural da localidade e pela transformação de moradores temporários em moradores permanentes (aqui mencionados como ex-veranistas). O IBGE caracteriza essas Primeiras Residências como Domicílios Particulares, sendo residências "onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência" (IBGE, 2010) - este último entendido como os auxiliares domésticos.

Ainda de acordo com o IBGE, os domicílios particulares são divididos em dois: 1. Permanentes: com o intuito de servir como habitação, abrigando uma ou mais pessoas e 2. Improvisados: que não são exclusivos à moradia, tendo no local lojas, fábricas etc. Em entrevistas realizadas com os ex-veranistas e com as imobiliárias Catuama Imóveis e Solário Empreendimentos, constatou-se que o principal motivo deles irem residir em Ponta de Pedras são os fatores aposentadoria e a busca por melhores qualidades de vida, devido ao ambiente ser mais tranquilo em relação a localidade onde estes residiam anteriormente.

Feitas essas observações conceituais, cabe agora discutir como se deu esse alastramento residencial e, conseqüentemente, populacional, na localidade foco de pesquisa, a partir da análise da evolução da mancha urbana. Essa análise pode ser feita através de *softwares*, como o Google Earth PRO. Para explicar tal fenômeno, realizou-se um estudo com imagens de satélites disponibilizadas no aplicativo citado acima, adotando variável de 10 em 10 anos (1990-2021). A última análise variou 11 anos por motivos de deixar as informações mais atuais possíveis, logo 2021 foi última informação disponível na escala temporal do Google Earth PRO.

Analisando a mancha urbana de Ponta de Pedras no ano de 1990 (Figura 4), podemos perceber que a população e conseqüentemente o quantitativo residencial estava mais concentrado no centro do distrito, especificamente nas comunidades hoje conhecidas como Cocota de Baixo, Cocota de Cima e Sítio (destacado em vermelho). Essa concentração inicial

aconteceu primeiramente em Ponta de Pedras - Centro, devido ao processo de colonização ter iniciado nessa região, como mostra o capítulo referente à caracterização da área de estudo, dando origem ao antigo povoado - hoje distrito - que culminou na criação de uma colônia de pescadores ainda hoje existente, que fez da pesca a primeira atividade econômica do local.

**Figura 4 – Evolução da mancha urbana de Ponta de Pedras 1990**



Fonte: Google Earth PRO. Data 13/07/2022. Adaptado pela autora.

Em relação a Catuama e Barra de Catuama, os registros residenciais e populacionais são pouco perceptíveis na figura 4. O que se percebe muito na transição entre Ponta de Pedras e o território de Catuama é, além de vegetação nativa, uma faixa clara que pode significar os terrenos vazios e as condições naturais do solo. Em Barra de Catuama já se pode acompanhar a presença marcante da vegetação, em conjunto com pequenas manchas de material igual ao aparente na transição Ponta de Pedras e Catuama. Infelizmente não foi possível encontrar dados

populacionais e residenciais do local, pois tais registros passaram a ser realizados pelo IBGE a partir de 1991 e 2000, respectivamente, pela plataforma SIDRA (*software* do IBGE utilizado para coleta populacional e residencial da área de estudo). Dando continuidade ao estudo da evolução da mancha urbana, agora comparando 1990 com os anos 2000, temos a figura 5:

**Figura 5 - Evolução da mancha urbana de Ponta de Pedras 1990-2000**

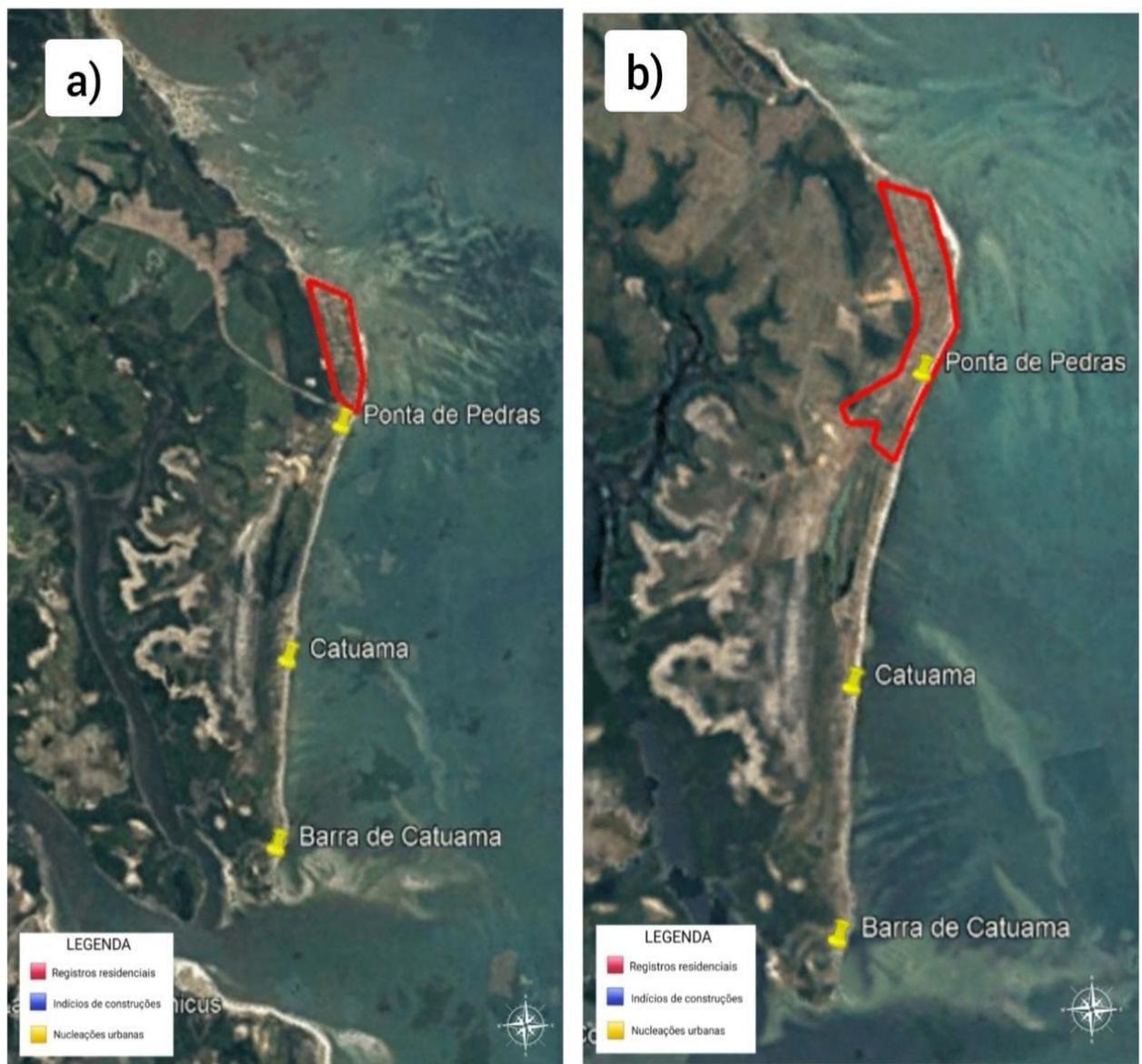


Figura a e b. Evolução da mancha urbana no distrito de Ponta de Pedras – 1990 (a) e evolução da mancha urbana no distrito de Ponta de Pedras – 2000 (b). Fonte: Google Earth PRO. Acesso em: 13/07/2022. Adaptado pela autora.

Analisando de forma comparativa o conteúdo da figura 4, é notório que de 1990 para os anos 2000 algumas transformações espaciais ocorreram na localidade. A primeira delas é o aumento populacional e residencial considerável no centro do distrito, criando a comunidade hoje denominada como Malvinas. Essa evolução da mancha urbana acompanha o litoral em direção ao subdistrito de Catuama. A segunda mudança nítida é a diminuição da camada vegetativa, principalmente no subdistrito vizinho à sede distrital, representada por uma mancha

escura no meio de seu território. Barra de Catuama, também sofreu bastante com a perda vegetativa que futuramente dará lugar às instalações residenciais que na imagem ainda são incipientes.

Foi no Censo de 1991 do IBGE que os dados populacionais referentes ao distrito de Ponta de Pedras começaram a ser tabulados, mostrando o quantitativo total de moradores assim como suas ramificações: população rural e urbana e o quantitativo de homens e mulheres. Na tabela 2, a seguir, podemos acompanhar tais dados.

**Tabela 2 - População residente por sexo e situação do domicílio em Ponta de Pedras - 1991**

<b>POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>			
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>	<b>SEXO</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	
<b>URBANO</b>	1.268	1.304	5.572
<b>RURAL</b>	1.584	1.530	3.114
<b>TOTAL</b>	2.852	2.834	5.686

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010, Plataforma SIDRA - Tabela 202: população residente, por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 16/07/2022.

De acordo com os dados expostos na tabela 2, a população total do distrito era de 5.686 pessoas. Sua população urbana era composta por 5.572 pessoas (45,23%), enquanto os moradores da zona rural ficaram quantificados em 3.114 indivíduos (54,77%). Essa mesma análise feita entre os homens e mulheres, registra que os primeiros eram 2.852 habitantes (42,65%), enquanto as segundas geraram um total de 2.834 moradoras (57,35%). Logo, podemos afirmar que, em 1991, a população rural e a população feminina eram maiorias no distrito em foco.

No que tange às informações populacionais disponibilizadas pelo IBGE para os anos 2000 temos os seguintes dados, evidenciados pela tabela 3:

**Tabela 3 - População residente por sexo e situação do domicílio em Ponta de Pedras - 2000**

<b>POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>			
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>	<b>SEXO</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	
<b>URBANO</b>	1.747	1.774	3.521
<b>RURAL</b>	2.178	2.031	4.209
<b>TOTAL</b>	3.925	3.805	7.730

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010, Plataforma SIDRA - Tabela 202: população residente, por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 16/07/2022.

O distrito de Ponta de Pedras tinha, nos anos 2000, 7.730 moradores. Desses, 3.925 residentes eram do sexo masculino (50,77%), enquanto as mulheres correspondiam a 3.805 moradoras (40,23%). Já o panorama referente ao quantitativo urbano apontou que 3.521 pessoas moravam na zona urbana (45,54%) e 4.209 residiam na zona rural (54,46%). Logo podemos afirmar que: 1. O predominante nessa análise são moradores do sexo masculino e os moradores na zona rural e 2. Houve um crescimento de 2.044 pessoas (34,97%) em relação aos dados de 1991. É bem provável que os dados mais atuais, a serem levantados no censo de 2022, revelem mudanças nesse panorama, principalmente em relação a um incremento em termos percentuais da população urbana.

Agora que já realizamos a análise referente ao quantitativo populacional, resta averiguarmos a respeito dos índices residenciais em Ponta de Pedras. Esses foram disponibilizados a partir dos anos 2000, tanto para domicílios ocupados (aqui compreendidos enquanto moradores fixos), quanto para os domicílios particulares de uso ocasional (veranistas e moradores temporários, este último entendido como pessoas que possuem residência própria na localidade, mas usa apenas para férias e feriados). Os dados fornecidos pelo IBGE para essa perspectiva nos anos 2000 geraram as informações constantes na tabela 4, a seguir:

**Tabela 4 - Domicílios recenseados por espécie e situação do domicílio em Ponta de Pedras – 2000**

<b>DOMICÍLIOS RECENSEADOS POR ESPÉCIE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>			
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>	<b>ESPÉCIE</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>PARTICULAR OCUPADO</b>	<b>USO OCASIONAL</b>	
<b>URBANO</b>	840	1.096	1.936
<b>RURAL</b>	1.009	2.180	3.189
<b>TOTAL</b>	1.849	3.276	5.125

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010, Plataforma SIDRA - Tabela 202: população residente, por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 16/07/2022.

Como se nota, em Ponta de Pedras, no ano de 2000 havia 5.125 domicílios. Desses, 1.936 eram urbanos (37,77%), enquanto os rurais eram 3.189 (62,23%). Já os dados específicos sobre a espécie dos residentes mostraram que os domicílios particulares ocupados geraram um total de 1.849 casas (36,07%), enquanto os domicílios particulares de uso ocasional somaram um total de 3.276 residências (63,93%). Portanto podemos afirmar que as estatísticas residenciais do distrito de Ponta de Pedras, em 2000, constataram que a maioria das casas estavam localizadas na zona rural e pertenciam aos moradores temporários e veranistas.

Seguindo com a análise da evolução da mancha urbana, agora detalharemos o período entre 2000 e 2010. Nesse período de dez anos verificou-se um verdadeiro “boom” residencial na localidade de estudo. Tal fenômeno é facilmente observado pela expansão da mancha vermelha, na figura 5, significando justamente as áreas urbanizadas. Constata-se, a partir desse período, um forte incremento de um duplo fenômeno que se dá de forma simultânea: parte das segundas residências passou a funcionar como primeiras; e novas primeiras e segundas residências também foram edificadas. Isso reforça as observações feitas na fundamentação teórica de que a localização litorânea revela um espaço incomum, no sentido discutido por Moraes (1997) de que ela e seu espaço contêm singularidades cada vez exploradas, resultando num processo de crescente valorização desse espaço.

É também com base nesse processo socioespacial que chamamos a atenção para o “diferencial” no contexto de Ponta de Pedras de ser um espaço urbano litorâneo, mesmo se tratando de uma realidade socioespacial voltada para as camadas sociais de baixo e médio rendimento. Mesmo assim, novas funcionalidades que o espaço urbano litorâneo passa a exercer têm muito a ver com sistemas de objetos e sistemas de ações ligadas ao turismo e à vilegiatura marítima. A seguir podemos acompanhar a evolução da mancha urbana entre os anos 2000 e 2010, conforme figura 6:

**Figura 6 - Evolução da mancha urbana do distrito Ponta de Pedras 2000-2010**

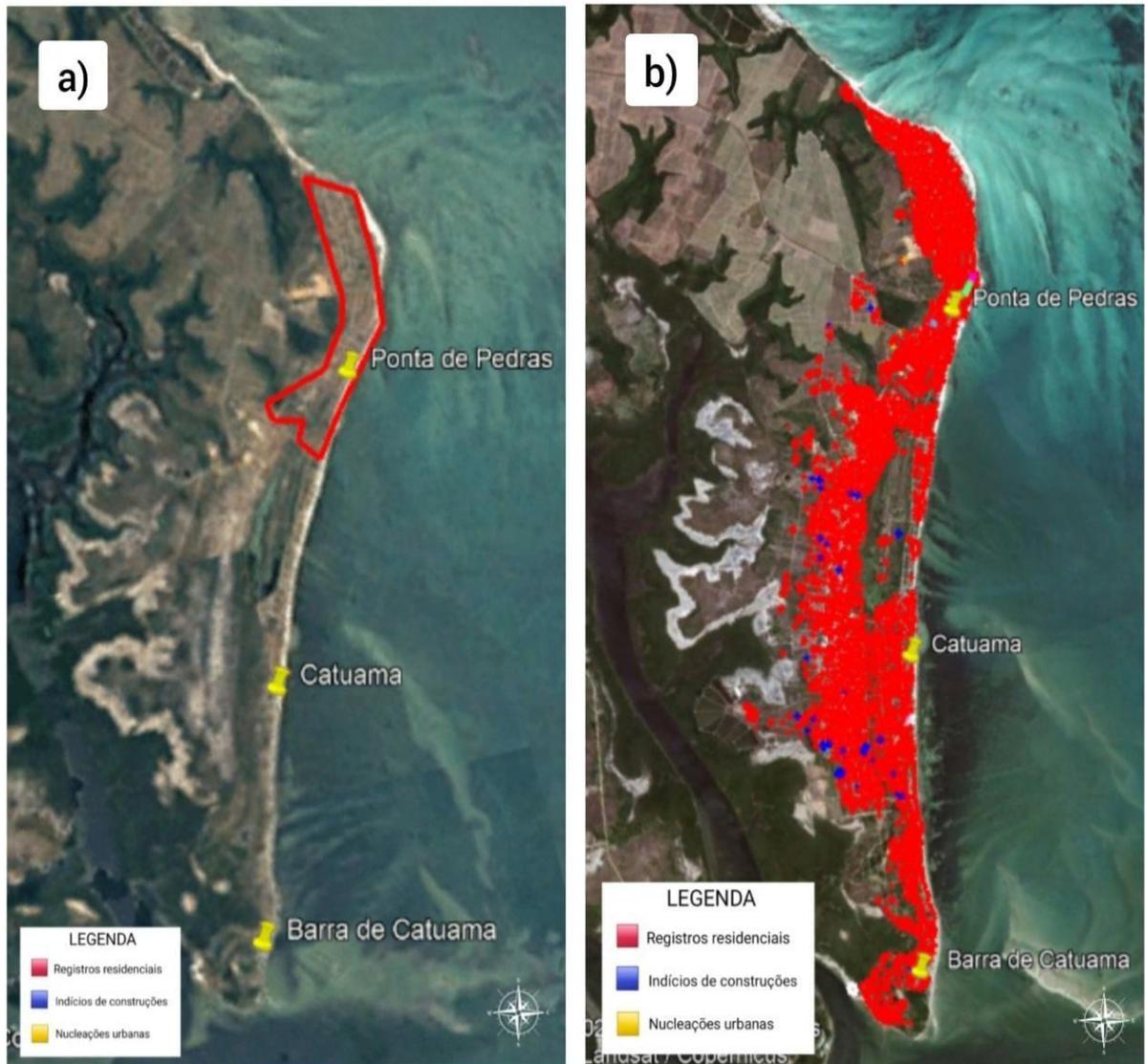


Figura a e b. Evolução da mancha urbana no distrito de Ponta de Pedras – 2000 (a). Evolução da mancha urbana no distrito de Ponta de Pedras – 2010 (b). Fonte: Google Earth. Acesso em 30/06/2022. Adaptado pela autora.

Percebe-se, com nitidez, que a área de estudo teve um crescimento residencial muito elevado entre 2000 e 2010. Na análise anterior, verificamos que os domicílios estavam mais concentrados no centro distrital, porém no estudo feito entre 2000-2010 podemos notar que esses domicílios se espalharam por toda a costa adentrando nos subdistritos de Catuama e Barra de Catuama, tomando o lugar dos terrenos ociosos visto na variável anterior. Logo, podemos afirmar que a perda vegetativa intensa ocorrida na transição 1990-2000 foi, justamente, para a chegada das residências. Para termos melhor compreensão, entende-se que na figura 5 as manchas vermelhas são as residências, enquanto as azuis são os terrenos com indícios de construções, apontando que o aumento residencial e populacional, conseqüentemente, iria crescer ainda mais. Em virtude dos dados populacionais, o IBGE registrou 8.008 moradores (um aumento de 278 - cerca de 3,59%). Sobre o quantitativo residencial, o instituto divulgou as informações notadas na tabela 5, a seguir.

**Tabela 5 - População residente por sexo e situação do domicílio em Ponta de Pedras - 2010**

<b>POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>			
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>	<b>SEXO</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	
<b>URBANO</b>	1.819	1.908	3.727
<b>RURAL</b>	2.191	2.090	4.281
<b>TOTAL</b>	3.925	3.998	8.008

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010, Plataforma SIDRA - Tabela 202: população residente, por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 16/07/2022.

Para o ano de 2010, conforme se vê na tabela 5, existiam 3.727 moradores na zona urbana do distrito de Ponta de Pedras (46,54%), enquanto os residentes das áreas rurais configuravam 4.281 moradores (53,46%), do total de 8.008 pessoas. Deste quantitativo, 3.925 eram do sexo masculino (49,01%), enquanto o sexo feminino registrou 3.805 pessoas (50,99%), constatando-se que a população rural e a população feminina eram maiorias na localidade em 2010 - último censo fornecido pelo IBGE até o momento.

Partindo agora para a análise residencial de 2010, os dados da tabela 6 aponta um predomínio do número de domicílios na zona rural sobre a urbana. Como já dito, isso está relacionado com o critério usado pelo IBGE de considerar urbana a população que reside na sede do município, no caso a cidade, e nas sedes dos distritos, oficialmente reconhecidos como vilas. Assim, como nem Barra de Catuama e nem Catuama se enquadram nesse critério, a população residente nessas áreas foram oficialmente considerada como rural.

**Tabela 6 - Domicílios recenseados por espécie e situação do domicílio em Ponta de Pedras – 2010**

<b>DOMICÍLIOS RECENSEADOS POR ESPÉCIE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>			
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>	<b>ESPÉCIE</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>PARTICULAR OCUPADO</b>	<b>USO OCASIONAL</b>	
<b>URBANO</b>	1.074	1.574	2.648
<b>RURAL</b>	1.186	3.252	4.438
<b>TOTAL</b>	2.260	4.826	7.086

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010, Plataforma SIDRA - Tabela 202: população residente, por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 16/07/2022.

Como se vê, Ponta de Pedras em 2010 tinha 7.086 residências, dessas 2.648 estavam localizadas na zona urbana (37,36%) e 4.438 na zona rural (62,64%). Desse panorama, 2.260 casas eram de moradores permanentes (31,89%), enquanto 4.826 eram de moradores temporários e veranistas (68,11%). Portanto, pôde-se afirmar que: 1. Os domicílios rurais e de uso ocasional se destacaram nessa transição entre 2000 e 2010 e 2. Nessa variação anual houve um aumento de 1.961 residências, um crescimento em média de 38,26%. Passados quase doze anos desde a realização do último censo, muitas transformações têm ocorrido e presume-se que os novos dados deverão revelar realidade muito diferente do que é expresso nessas tabelas com dados de 2010.

A validade do raciocínio anterior é bastante justificável se observarmos atentamente a evolução da mancha urbana. Foi considerado o período compreendido entre os anos 2000 e 2021, ou seja, bastante recente e por isso fundamental para tentarmos suprir a lacuna censitária atual. Na figura 7, podemos perceber que a evolução da mancha urbana continua em constante expansão no distrito de Ponta de Pedras. Os pontos azuis, que representam os indícios de construções, ganharam maiores proporções, mostrando que ainda há interesses em construir mais casas na localidade. Já as residências, destacadas em vermelho, começaram a ocupar espaços mais afastados da beira-mar, se aproximando da região de mangue e da lagoa, ambos localizados em Catuama.

**Figura 7 - Evolução da mancha urbana no distrito de Ponta de Pedras 2010 – 2021**

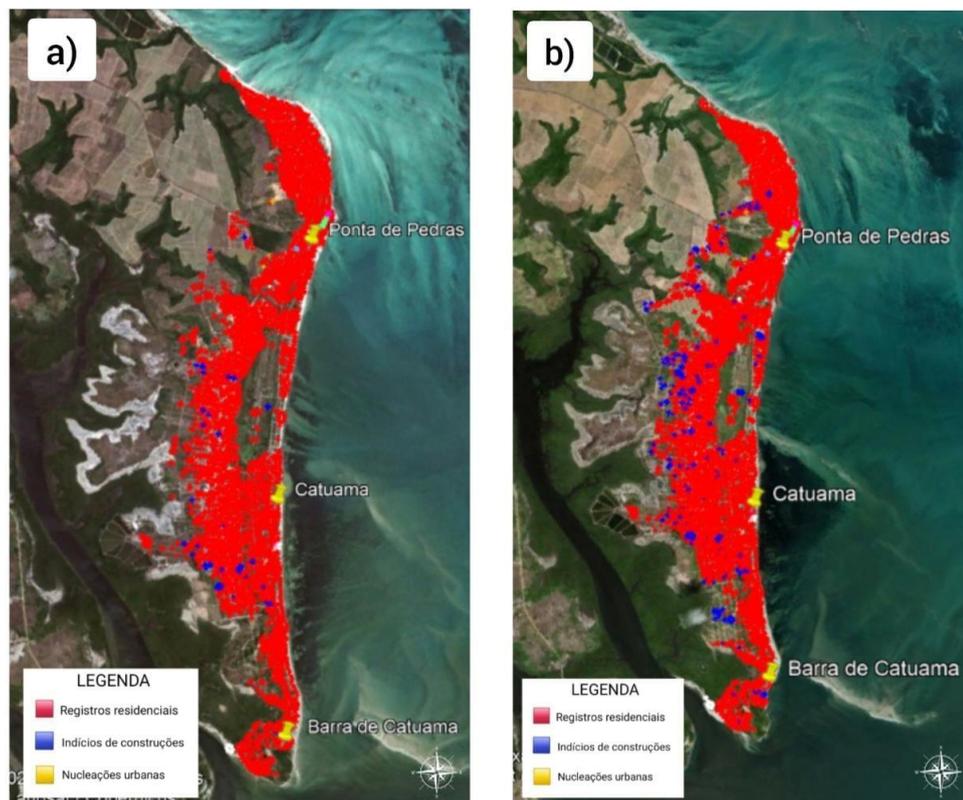


Figura a e b. Evolução da mancha urbana no distrito de Ponta de Pedras – 2010 (a). Evolução da mancha urbana no distrito de Ponta de Pedras – 2021 (b). Fonte: Google Earth. Acesso em: 30/06/2022. Adaptado pela autora.

Além de residências, nota-se também o crescimento de estabelecimento de comércio - destacados em branco - em prol do atendimento da população residente, veranistas e moradores temporários. Ainda existem terrenos para futuras construções, esses não estão tão perceptíveis na imagem devido à redução escalar que dificulta mostrar tal nível de informações. Infelizmente, não foi possível coletar dados estatísticos populacionais e residenciais para 2021 na localidade, devido ao fato do censo de 2020 ainda não ter sido realizado, prejudicando essa parte do levantamento da pesquisa.

A evolução da mancha urbana em Ponta de Pedras, Catuama e Barra de Catuama, destacada nas figuras 4, 5, 6 e 7, provocou nessas localidades, e conseqüentemente em todo o distrito, o que Pereira (2014) chama de urbanização paralela à linha de costa, onde este afirma que esta, ao longo do século XX “institui-se a partir da disseminação da valorização do litoral, processo este fundamentado pela inserção das funções de lazer associadas ao mar e ao marítimo no cotidiano da sociedade urbana brasileira.” (PEREIRA, 2016, p. 10). Em seguida temos a imagem 18, que mostra parte desse processo em Ponta de Pedras.

**Imagem 12 - Vista do Farol de Santa Helena, reveladora de parte da urbanização paralela a linha de costa no Distrito de Ponta de Pedras**



Fonte: a autora. Registro feito em 22/07/2022

Logo, podemos afirmar que essa valorização e conseqüente ocupação do litoral se deu pelo lazer que a atividade turística passou a promover nessas áreas e, também, pelas amenidades naturais que as localidades da zona costeira apresentam, como a brisa marítima, a vista do oceano, manchas da vegetação costeira, a possibilidade de usufruto das praias e dos banhos de mar, bem como a prática de lazer e atividades náuticas, dentre outras possibilidades. Por tudo

isso, a zona costeira é repleta de singularidades e particularidades, pois É justamente esse conforto, essas formas de usufruto das amenidades naturais gerada pelos ambientes costeiros que atraem a população de cidades como forma de fugir do agitado cotidiano dos grandes e médios centros urbanos. No caso de Recife e João Pessoa, por exemplo, são capitais onde a dinâmica do dia a dia é extremamente corrido, fazendo com que seus habitantes procurem em locais como Ponta de Pedras o descanso e o conforto não encontrados em sua cidade de moradia permanente. Toda essa dinâmica faz dos ambientes costeiros e conseqüentemente de Ponta de Pedras um lugar incomum, ainda de acordo com as perspectivas de Moraes (1997).

Diante dos dados expostos, pôde-se afirmar também que os domicílios de uso ocasional são superiores aos domicílios permanentes e que a população da zona rural é superior à da zona urbana. Esses fenômenos são explicados a partir do momento em que imobiliárias passaram a vender terrenos e casas na localidade em foco. Temos como principal exemplo dessas imobiliárias a Solário Empreendimentos, atuante no mercado de venda de terrenos e casas no distrito de Ponta de Pedras há 27 anos, ou seja, desde 1995 - especificamente nos distritos de Catuama e Barra de Catuama, ambos considerados pelo IBGE como zona rural.

A empresa acima citada transformou os distritos em loteamentos nomeados da seguinte forma: 1. Catuama: Loteamento Estrela do Mar (com 3 áreas) e o Loteamento Catuama de Cima (com 8 lotes) e 2. Barra de Catuama: 1. Loteamento Barra de Catuama, Loteamento Recanto de Catuama e o Loteamento Catuama de Cima Área III. Além da Solário Empreendimentos, temos a presença de uma empresa atuante há 3 anos na localidade, a Catuama Imóveis. Essa trabalha com a dinâmica de venda e aluguel, porém foca mais nas vendas por não dar conta do quantitativo de casas para alugar na região.

Essa intensa procura pelos terrenos e casas gerou, na localidade em foco, um fenômeno conhecido como Especulação Imobiliária, que é justamente o processo de compra de imóveis ou terrenos com o objetivo de valorizá-los para vendas ou aluguéis posteriores. Segundo Kandir (1984), especular seria “estocar algo na esperança de realizar uma transação vantajosa no futuro, quando, então, seu preço estaria superior ao preço atual. Este ativo, enquanto especulativo, se assemelha ao capital, embora não o seja, pois ele “valoriza” ou, mais propriamente, aumento de preço”. Logo, a ideia desse fenômeno é de acumular para valorizar e vender/alugar com o maior benefício possível mediante a intensificação da procura desses. Rodrigues (2009), aponta como esse processo ocorre em loteamentos:

No caso dos loteamentos, em geral, dá-se a venda de alguns lotes a um preço  $x$ . Quando começam as primeiras construções o preço dos demais aumenta. As edificações realizadas individualmente produzem a cidade. É interessante observar que a chamada especulação imobiliária tem sido remetida apenas aos loteamentos ditos populares, mas é também um processo que ocorre cotidianamente com os loteamentos de “alto padrão”. A forma mais usual é vender alguns lotes, aguardar o início das construções e posteriormente vender os demais lotes a um preço mais elevado. E aí se vende também o “status” de pertencer a uma fração privilegiada que morará num lugar que já mostra, pelos tipos de edificações, quem serão os vizinhos. (RODRIGUES, 2009, p. 81).

Foi justamente nesse sistema dito por Rodrigues que os loteamentos em Ponta de Pedras foram desenvolvidos. Atualmente o processo de especulação imobiliária em Ponta de Pedras gera variações no preço dos terrenos e das casas prontas para moradia. Contatou-se em visita a sites como Viva Real e OLX, que o preço dos terrenos aptos para construção sofre variação entre R\$ 15 mil (em áreas mais afastadas da costa) a R\$ 980.000,00 (em localidades próximas ao mar). Nesse quesito, em virtude de extensão territorial os sites apontaram que os terrenos com valores mais baixos são na faixa de R\$ 16.500,00 (12x30) e R\$ 2.500.000,00 (lotes com 7 hectares). Em virtude de áreas já construídas essas variações ocorrem nas faixas entre R\$ 60 mil (terrenos distantes da beira-mar) a R\$ 980 mil (na faixa de praia). Em relação a tamanho dos terrenos esses valores variam de R\$ 15.000 (terreno com 250m<sup>2</sup>) a R\$ 3.000.000,00 (600m<sup>2</sup>). Esses valores sofrem ajustes anuais devido ao Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (2022) O IGP-M:

O indicador foi concebido no final dos anos de 1940 para ser uma medida abrangente do **movimento de preços, que englobasse não apenas diferentes atividades como também etapas distintas do processo produtivo**. Dessa forma, o IGP é um indicador mensal do nível de atividade econômica do país, englobando seus principais setores. (FGV, 2022).

Esse indicador é utilizado para reajustar tarifas públicas como de energia e telefone, em contratos como de aluguéis e venda de imóveis, planos de saúde, educação e prestações de serviços. Em entrevistas realizadas com agentes imobiliários da região o IGP-M é incluído nas prestações dos terrenos comprados de forma parcelada, então todo o mês apresenta ajuste, mesmo os compradores apresentando sinal no ato da venda.

Voltando para a dinâmica das imobiliárias, constatou-se que o perfil de renda dos compradores de terrenos e casas em Ponta de Pedras varia de 2,5 a 8 salários mínimos. As pessoas que recebem de 2,4 a 5 salários mínimos geralmente compram os terrenos e casas nas localidades mais interioranas, enquanto os que recebem cerca de 6 a 7 salários compram as casas e terrenos à beira-mar. Na entrevista realizada com a Solário Empreendimentos, as vendas

estão divididas das seguintes formas: 40% de pessoas pertencentes a classe baixa, 30% de classe média e 30% da classe alta. Já na Catuama Imóveis, a maioria das pessoas recebem em torno de R\$ 5 mil (cerca de 4 salários mínimos). A maioria desses compradores são veranistas e moradores temporários para ambas as empresas.

Ressaltando agora a dinâmica de aluguel, os valores deles podem variar de R\$ 500,00 a R\$ 800,00 reais na baixa temporada, enquanto na alta estação esses variam de R\$ 3 a R\$ 5 mil reais. É possível verificar também que a plataforma AirBnb já está com o cadastro de alguns imóveis da região com variações de R\$ 80,00 a R\$ 941 reais a diária. A maior parte dos aluguéis fica por conta dos próprios donos, caseiros ou corretores independentes.

Embora as imobiliárias aqui citadas apresentem, aparentemente, um bom desempenho e conseqüentemente uma boa lucratividade, ambas apontaram algumas dificuldades enfrentadas em comercializar casas e terrenos na região. Essas dificuldades ocorrem pela carência de atenção da Prefeitura Municipal para o distrito em foco. Essas empresas alegaram que a falta de saneamento básico, estruturas como praças e equipamentos públicos para a promoção do turismo litorâneo acabam causando impactos negativos nas vendas, pois as estradas, mesmo as com paralelepípedo, apresentam fragilidades em certos trechos e, dependendo da localidade, esse calçamento não existe formando grandes poças de água dificultando a locomoção dos moradores e veranistas, mesmo se estes possuírem veículos privados. Esses indicativos também foram apresentados em entrevistas com moradores temporários e veranistas.

Vale ressaltar também que, além da falta de comprometimento da Prefeitura Municipal, as construções de casas a partir das vendas desses loteamentos não respeitaram as condições ambientais da localidade. Hoje, verificamos casas próximas ao Mangue e a Lagoa de Catuama e quando chove, as casas próximas a esses locais acabam sofrendo com enchentes. Oliveira (2017, p. 33), afirmou que “A falta de fiscalização na secretaria do meio ambiente leva a ocorrer o desrespeito à legislação vigente, permitindo loteamento em ambiente de apicum e manguezais”. A construção nessas áreas e a falta de saneamento básico adequado nas localidades prejudicam tanto a dinâmica de vendas das imobiliárias quanto a população permanente, temporária e os veranistas.

Do que foi exposto neste capítulo é possível extrair algumas considerações. Primeiramente, apesar da defasagem de alguns dados devida à lacuna censitária, a constatação da evolução da mancha urbana evidencia um expressivo crescimento do espaço construído no distrito de Ponta de Pedras. Outra consideração é que essa expansão tem se dado em área muito frágil em relação ao saneamento básico, conforme foi discutido no capítulo 3. Por fim, vimos que, muito por essa precariedade, o preço de imóveis residenciais é ainda muito baixo, seja para residência permanente ou para vilegiatura, se comparado ao que o mercado imobiliário pratica

no litoral sul do estado, a exemplo de localidades como Muro Alto e Porto de Galinhas. Feita a análise da dinâmica socioespacial relacionada às primeiras e segundas residências e, com isso, um panorama da vilegiatura marítima, o próximo capítulo discute o papel das políticas públicas na (re)produção do espaço urbano litorâneo do distrito de Ponta de Pedras.

## 6 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO DISTRITO PONTA DE PEDRAS

Agora que já realizamos a explanação referente à caracterização do município de Goiana e do distrito de Ponta de Pedras em termos socioeconômicos e sociodemográficos e também analisamos a dinâmica e as contradições do processo (re)produção do espaço do recorte territorial da pesquisa, no que tange às primeiras e segundas residências, resta-nos atender o último objetivo proposto em nossa metodologia: analisar a contribuição das políticas públicas urbanas para a prática social do turismo e suas contradições socioespaciais em Ponta de Pedras.

Em primeiro plano, para tal realização, faz-se necessário compreendermos o que são políticas públicas e, conseqüentemente, como elas se fazem presentes no espaço urbano, ou no espaço urbano litorâneo, no caso da área de estudo. De acordo com Secchi (2010), o processo de elaboração das políticas públicas (*policy-making process*), também conhecido como ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) é um esquema que visualiza e interpreta, objetivando organizar a existência de uma política pública. Para ele, esse ciclo é restringido em sete partes: 1. identificação do problema; 2. formação da agenda; 3. formulação de alternativas; 4. tomada de decisão; 5. implementação; 6. avaliação e 7. Extinção (Figura 8).

**Figura 8 - Ciclo das Políticas Públicas**



Fonte: SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas e análises, casos práticos.** 2010.

Sjöblom (1984), afirmou que a **identificação do problema** público envolve 3 pontos:

1. a identificação do problema - que existe na cabeça das pessoas, passando a ser satisfatória a partir do momento em que afeta muitas pessoas, sendo assim compreendida como coletivamente relevante; 2. a definição ou delimitação do problema - onde são desenvolvidos os norteadores definidores dos conjuntos das causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações das políticas públicas e 3. avaliação da possibilidade de solução - nem sempre a criação de uma política pública vai solucionar completamente o problema público em questão, às vezes essas são criadas para mitigação de certos problemas, no entanto, dificilmente um problema identificado socialmente não possui potencial de ser solucionado. Dando continuidade ao ciclo das políticas públicas, temos, em segundo plano, a **formulação de agendas**, um conjunto de problemas/temas entendidos como relevantes.

Podem tomar forma de programas de governo, planejamento orçamentário, estatuto partidário etc. Já a **formulação de alternativas** (parte 3), decorre da inclusão do problema na agenda de solução, desenvolvendo-se por meios formais e informais, analisando os potenciais custos e benefícios de cada alternativa proposta. A **tomada de decisão** (parte 4), representa o momento em que os interesses dos atores solucionadores dos problemas públicos são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento são delimitados.

A **implementação** (parte 5), é onde a população consegue ver os resultados concretos das políticas públicas; 6. **avaliação** - momento no qual o processo de implementação e o desempenho das políticas públicas são analisados para conhecer melhor a política e o nível em que o problema está sendo solucionado e por fim, a parte 7 - **extinção da política pública** - que ocorre quando o problema original foi solucionado, os programas/leis/ações e afins se mostram ineficazes ou então quando o problema, mesmo que não tenha sido resolvido, perde, progressivamente, a importância, saindo das agendas políticas formais.

Em virtude das políticas públicas de turismo, podemos afirmar que essas podem ser representadas através de programas específicos de promoção da atividade turística, assim como soluções criadas para atender uma comunidade/município e que acabam contribuindo para o desenvolvimento do turismo, como a reforma de rodovias, por exemplo. No que tange ao surgimento das Políticas Públicas de Turismo no Brasil, Araujo (2011, p. 108) afirma que:

O Turismo enquanto política pública surge pela primeira vez através do Decreto Lei nº 55, de 18/11/1966, no âmbito do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), durante o governo Castelo Branco, que preconizava a atenuação dos desníveis econômicos setoriais e regionais. O Turismo passaria a gozar dos mesmos incentivos fiscais facultados à atividade industrial, amparado pelos Decretos-Lei nº 1.191/71 e nº 1.376/74, que criaram o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) e o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR).

A autora, ao afirmar que o turismo passou a ter os mesmos incentivos fiscais reservados à atividade industrial, quis dizer que o Turismo, a partir da criação do mencionado decreto, tornou-se uma atividade econômica e deveria ser tratado como tal. A importância dessas políticas é explicada pelo sentido de funcionarem como elemento facilitador para a geração de divisas e demandas turísticas do país nas escalas nacional e internacional. Exemplos de políticas públicas de turismo que foram consolidadas pós-decreto foram, o Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), em 1966, e o Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), em 1990.

Para analisar a presença de tais políticas no município de Goiana e no distrito de Ponta de Pedras, especificamente, fez-se necessário uma análise de alguns documentos geradores de tais políticas, como: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Plano Diretor (PD), Plano Plurianual (PPA) e obras realizadas e fornecidas pela Secretaria de Obras e Planejamento Urbano do Município de Goiana.

O PAC foi elaborado pelo Ministério do Planejamento em 2007, sua primeira fase teve como objetivo geral o planejamento e execução de obras referentes à infraestrutura social e urbana, logística e energética do país. Contribuiu, também, para o aumento da oferta de empregos e geração de renda, elevando o investimento e o interesse público e privado em obras fundamentais para o turismo. Foi de grande importância durante a crise de 2008/2009, garantindo a continuidade de consumos de bens e serviços e a consequente perpetuação dos empregos, mantendo, mesmo em tempos de instabilidade financeira, a economia ativa.

A segunda fase do PAC, iniciada em 2011, garantiu mais parcerias com Estados e Municípios, executando obras para melhoria da qualidade de vida da população. Em 2015, consolidou-se com leque de cerca de 37 mil empreendimentos e investimentos. Nesta pesquisa, coletou-se dados referentes apenas à infraestrutura social e urbana, por atender os objetivos do plano de trabalho.

Outro documento de coleta foi o Plano Diretor Municipal. Os planos diretores municipais foram desenvolvidos a partir do Decreto Lei 10.257/01 (BRASIL, 2001), também conhecido como Estatuto da Cidade, ressaltando, no Artigo 40º que:

Art. 40º. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. § 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. § 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo. § 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos. § 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Os planos diretores, aprovados pelas Câmaras Municipais, são fundamentais para o desenvolvimento e organização do município como um todo e de total liberdade para conhecimento da população, caso se mostre interesse. Porém, de acordo com o artigo 41º da Lei 10.257/01, estes tornam-se obrigatórios em localidades com mais de 20 mil habitantes e situadas em regiões metropolitanas ou de aglomerações urbanas, seguindo as diretrizes da Constituição Federal de 1988, mais precisamente o Capítulo II “DA POLÍTICA URBANA”, Artigo 182º, no que tange às diretrizes estabelecidas para o uso do solo urbano. No município de Goiana, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, como exposto no artigo 6, é colocado em prioridade em relação a qualquer documento que trate do uso e ocupação do solo municipal.

Abordando sobre os planos plurianuais, constatou-se que estes são os principais instrumentos de planejamento das ações do município em médio prazo – é válido ressaltar que existem ainda os planos plurianuais em escala estadual, mas foi decidido trabalhar com âmbito municipal para melhor precisão das informações. Os planos plurianuais estão previstos na Constituição Federal de 1988, Artigo 165º, regulamentado pelo Decreto Lei nº 13.971 (BRASIL, 1998). Esse instrumento é aprovado por lei quadrienal, ou seja, funciona por um período de quatro anos, tendo vigência no segundo ano do mandato executivo até o fim do primeiro ano do mandato seguinte, devendo compreender, de acordo com o inciso V:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1998).

Nestes planos, deverão estar contidas todas as informações referentes aos gastos e financiamentos feitos pelo Governo do Estado e pelas Prefeituras (se estes foram concluídos, não concluídos, em execução e os programas e ações aos quais os financiamentos foram designados). É de vital importância que esses documentos estejam disponíveis no Portal da Transparência no site das Prefeituras, para a comunidade local ter acesso e ficar ciente de todos

os incentivos ofertados em seu município e poder, caso sinta vontade, cobrar dos agentes que moldam tal setor.

Segundo a Constituição Federal de 1988, os planos plurianuais deverão traçar as metas, diretrizes e objetivos da administração pública para configuração dos programas, sendo papel de cada município traçar as políticas públicas, pelos 4 anos de vigência do plano plurianual em ação, para se ter sucesso do inicialmente planejado.

Trazendo tais definições para o município de Goiana e para o distrito de Ponta de Pedras, podemos afirmar que as políticas públicas que influenciam/influenciaram no turismo promovedor do fenômeno aqui abordado presentes nas localidades foram: 1. o PAC, de escala nacional e 2. os planos plurianuais, de escala municipal. Para levantamento dessas políticas foram adotadas diretrizes, em prol de atender os objetivos geral e específicos da pesquisa. São elas:

- **Infraestrutura:** básica, de apoio e com fins ao turismo, como: melhoria de acesso em rodovias, aeroportos e portos; urbanização turística; recuperação do patrimônio histórico-arquitetônico e ambiental;
- **Ordenamento e gestão:** territorialização, zoneamento, Zonas de Interesse Turístico, planos de desenvolvimento turístico, diretrizes gerais e políticas de turismo no Plano Diretor dos municípios;
- **Qualificação e capacitação:** ações relacionadas à empregabilidade e renda. Ou seja, capacitação voltada para mão de obra, relacionadas também aos órgãos gestores.

Diante do exposto, faz-se necessário a utilização de um quadro-síntese para demonstrar quantitativo de políticas públicas urbanas levantadas, de acordo com as cinco variáveis definidas acima. Segue, portanto, o quadro 2 contendo o levantamento dessas políticas para o município de Goiana e o distrito de Ponta de Pedras, particularmente no que tange às direcionadas ao turismo e à (re)produção do espaço do distrito de Ponta de Pedras.

**Quadro 2 - Levantamento das políticas públicas, em geral, e de turismo, em particular**

<b>NOME DA POLÍTICA</b>	<b>ÂMBITO</b>	<b>VIGÊNCIA</b>	<b>COMPONENTE</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>OBS</b>
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	2013-2016	Infraestrutura	Conclusão da obra do Centro de Esportes e Lazer de Ponta de Pedras	Previsão de conclusão até 2023
PPA	Municipal	2014-2017	Infraestrutura	Construção da praça de esportes e da cultura na praia de Ponta de Pedras.	Ainda não realizado
PPA	Municipal	2014-2017	Ordenamento e Gestão	Realização do Projeto Orla.	Em execução
PPA	Municipal	2014-2017	Ordenamento e Gestão	Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Artístico - Cultural	Realizado
PPA	Municipal	2014-2017	Ordenamento e Gestão	Implantação e Gestão do Sistema Municipal de Turismo	Realizado
PPA	Municipal	2014-2017	Ordenamento e	Apoio	Realizado

			Gestão	ao Conselho Municipal de Turismo	o
PPA	Municipal	2014-2017	Ordenamento e Gestão	Apoio a eventos turísticos	Realizado
PPA	Municipal	2014-2017	Ordenamento e Gestão	Desenvolvimento do turismo náutico e do entorno de ambientes	Em execução
PPA	Municipal	2014-2017	Ordenamento e Gestão	Desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas com o turismo	Em execução
PPA	Municipal	2014-2017	Infraestrutura	Implantação e gestão de equipamentos turísticos	Em execução
PPA	Municipal	2014-2017	Infraestrutura	Construção e requalificação de infraestrutura turística	Em execução
PPA	Municipal	2014-2017	Ordenamento e Gestão	Promoção do destino	Em execução

				Goiana	o
PPA	Municipal	2014-2017	Ordenamento e Gestão	Qualificação do setor turístico	Em execução
PPA	Municipal	2018-2021	Ordenamento e Gestão	Centros de Atendimento ao Turista	Realizado
PPA	Municipal	2018-2021	Qualificação e Capacitação	Política de Fomento para a Formação de Guias Turísticos	Ainda não realizado
PPA	Municipal	2018-2021	Ordenamento e Gestão	Elaborar plano de ordenamento da faixa de praia	Ainda não realizado
PAC	Federal	2018	Infraestrutura	Ampliação e melhoria do SES da RM de Recife e do município de Goiana - Goiana/PE	Sem notícias de execução
PAC	Federal	2018	Infraestrutura	Ampliação do SAA do distrito de Tejucupapo e Pontas de Pedras -	Sem notícias de execução

				Goiana/ PE	
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	2020-2023	Infraestrutura	Requalificação do Calçamento de Ponta de Pedras	Em execução
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	2022-2023	Infraestrutura	Reforma do Casarão da Subprefeitura de Ponta de Pedras	Em execução
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	Previsão de começo 2022-2023	Infraestrutura	Construção da Praça da UPA Santo Amaro - Catuama	Em fase de licitação
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	Previsão de começo de obra 2022-2023	Infraestrutura	Implantação de letreiros turísticos em Ponta de Pedras, Catuama e Barra de Catuama	Em fase de licitação
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	Previsão de começo 2022-2023	Infraestrutura	Reforma do Mercado Público de Ponta de Pedras	Em fase de licitação
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	Previsão de começo 2022-2023	Infraestrutura	Construção de creche em Ponta de Pedras - comunid	Em fase de licitação

				ade das Malvinas	
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	Previsão de começo 2022-2023	Infraestrutura	Ampliação do cemitério de Ponta de Pedras	Em fase de licitação
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	Iniciado em 2020	Infraestrutura	Reforma PSF Catuama	Em execução
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	Previsão de começo 2022-2023	Infraestrutura	Pavimentação do Sítio - Ponta de Pedras	Em fase de licitação
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	2020	Infraestrutura	Reforma da Unidade de Saúde de Ponta de Pedras	Realizado
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	2022	Infraestrutura	Reforma PSF - Barra de Catuama	Realizado
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	2020	Infraestrutura	Pavimentação das Malvinas	Realizado
Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	2020	Infraestrutura	Operação do tapa-buraco - Barra de Catuama	Realizado

Obras e Planejamento Urbano de Goiana	Municipal	2020	Infraestrutura	Operação tapa-buraco - Catuama	Realizado
---------------------------------------	-----------	------	----------------	--------------------------------	-----------

Fonte: Repercussões espaciais das políticas públicas de turismo no litoral pernambucano a partir de 2003 (PIBIC - 2019/2020). Acesso em: 24/06/2022. Adaptado pela autora.

O quadro nos mostra que a maioria das atividades realizadas são de cunho municipal, sendo promovidas pelo plano plurianual e executadas pela Secretaria de Obras e Planejamento Urbano de Goiana, totalizando 30 ações. As políticas públicas de incentivo federal foram apenas duas, vinculadas ao PAC, e mesmo assim não há registros de que foram executadas, configurando assim, ao todo, 32 políticas, essas subdivididas em 20 ações ligadas à infraestrutura, 11 pertencentes à pasta de ordenamento e gestão e uma específica para qualificação e capacitação profissional. As demais áreas (fomento e turismo de base comunitária), não apresentaram dados. Dessas 32 políticas, uma está com previsão de entrega para 2023; três ainda não foram realizadas; nove foram concluídas; dez estão em execução; duas não foram encontrados registros de conclusão e seis estão em fase de licitação para início das obras.

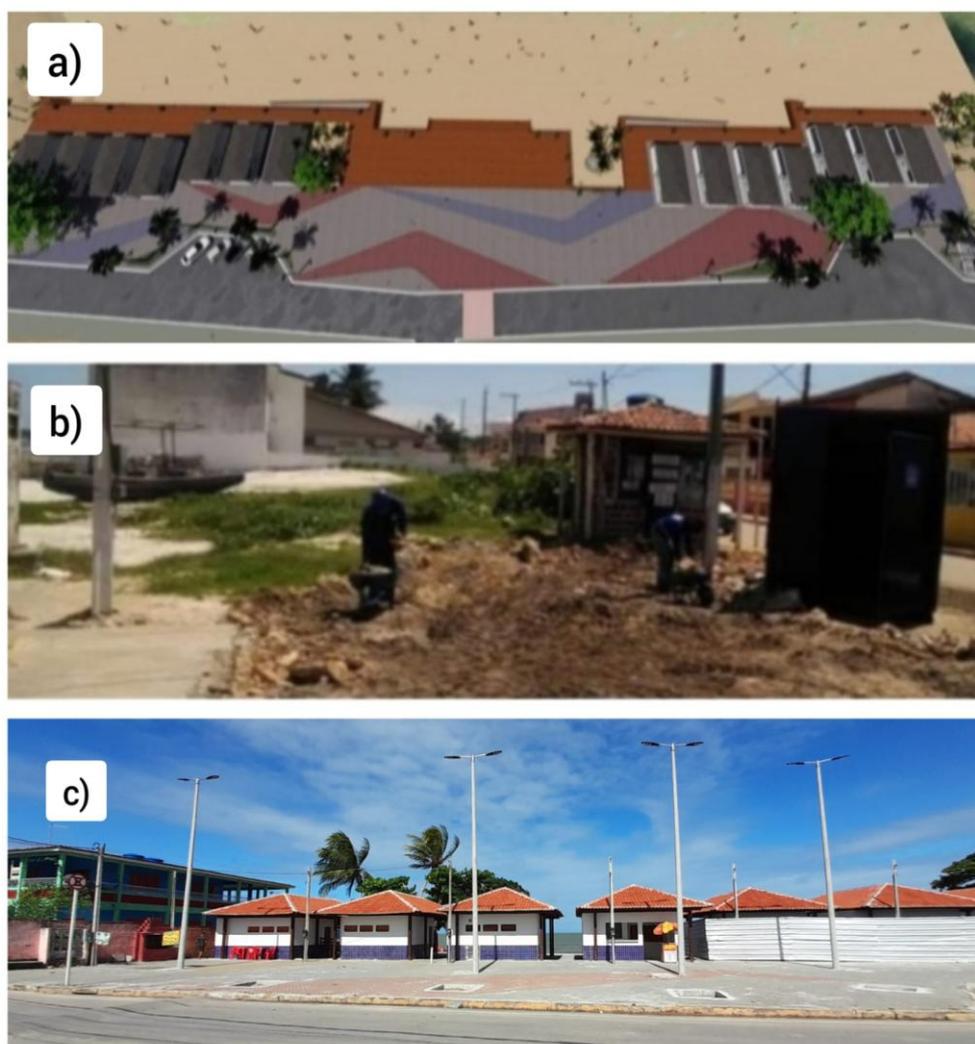
O levantamento dessas políticas foi iniciado em 2019 no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (2019-2020), financiado pelo IFPE – *Campus* Recife, intitulado Repercussões Espaciais das Políticas Públicas de Turismo no Litoral Pernambucano a partir de 2003 (pesquisa realizada em parceria com o Grupo de Pesquisas Cidades Litorâneas e Turismo - CILITUR – e o Laboratório Espaço e Política – LEP – da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mas, visando deixar o levantamento das políticas o mais atualizado possível, foram realizados contatos com a Secretaria de Obras, Urbanismo e Patrimônio Arquitetônico de Goiana em prol de levantamento de novas atividades (essas estão intituladas como “Obras e Planejamento Urbano de Goiana”) e isso explica o fato de que parte expressiva dessas políticas possuam prazo de vigência para 2022 ou 2023. Nota-se também no quadro 2 que certos ciclos de políticas expostas demoram a encerrar, mesmo aquelas consideradas como de rápida execução como a ampliação do Cemitério de Ponta de Pedras. Isso ocorre devido a obrigatoriedade de se ter uma licitação que assegure o pagamento de preço mínimo pelo poder público para financiamento de tais políticas.

Podemos afirmar, também, que considerando o grande número de ações que compreende as políticas públicas levantadas, a atividade turística assume evidente importância atualmente em áreas urbanas situadas na zona costeira de Goiana, promovendo o turismo litorâneo da localidade. Enquanto resultado do desenvolvimento de tais políticas temos o CAT – Centro de Atendimento ao Turista – localizado no centro do município de Goiana onde os

visitantes podem pedir informações, dicas e demais instruções para o turismo municipal, inclusive o litorâneo. Temos também a entrega dos Postos de Saúde em Ponta de Pedras - Centro e Barra de Catuama, melhorando as condições de saúde pública distrital, servindo para moradores fixos e temporários e, por fim, temos as operações tapa-buraco em Catuama e Barra de Catuama que facilitam o acesso da população local e dos vilegiaturas no distrito foco de pesquisa.

Outra questão que não podemos esquecer de pontuar é que algumas das políticas destacadas no quadro são, na verdade, ações pontuais de intervenções urbanas – como as operações tapa-buraco em Catuama e Barra de Catuama. Porém, essas passam a ser configuradas no quadro das políticas públicas por terem sido fruto da liberação específica de recursos para tal. Nas imagens 13 e 14, respectivamente, temos uma política pública de turismo e uma política pontual de intervenção urbana, mas que acabam sendo enquadradas como de turismo devido a investimento e sua localização de realização.

**Imagem 13 - Planta, início e desenvolvimento atual do calçadão de Ponta de Pedras (Política - Requalificação do Calçadão de Ponta de Pedras)**



Imagens a, b e c. Planta desenvolvida para a reforma (a). Início da requalificação (b) e condições atuais – fase final de reforma (c). Fonte: Instagram @seurbogoiana. Disponível em: <https://instagram.com/seurbogoiana?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 25/06/2022.

**Imagem 14 - Operação tapa-buraco em Barra de Catuama (Política - Operação Tapa-Buraco em Barra de Catuama)**



Imagens a e b. Início de requalificação em calçamento – Barra de Catuama (a) e desenvolvimento atual (b).  
Fonte: Instagram - @seurbogoiana. Disponível em: <https://instagram.com/seurbogoiana?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 25/06/2022.

No entanto, é importante frisar que grande parte dessas políticas não são explícitas em relação à atividade turística, na medida em que são ações e intervenções urbanas que atendem a população moradora desses municípios e, em especial da área urbana da sede municipal, e os turistas. Leonardo Secchi (2010) afirma que as políticas públicas podem ser representadas através de ações implícitas (que não possuem ligação direta) e explícitas (aquelas que possuem ligação direta). Assim, muitas políticas públicas de turismo podem ser interpretadas também como políticas urbanísticas, de lazer, culturais e de desenvolvimento econômico, que afetam a população e a economia dos municípios, inclusive no âmbito da atividade turística. Isso é um fato positivo, pois significa que parte dos investimentos públicos no turismo, direta ou indiretamente, criam benefícios para além do Turismo, ainda que, em certas situações essa atividade também traga problemas para a população local.

Outro ponto que precisa ser mencionado é que essas políticas atingem tanto a comunidade fixa, quanto a população temporária que se dirige à localidade no período de alta estação, feriados e finais de semana. A exemplo, temos a utilização das unidades de saúde distribuídas na sede de Ponta de Pedras e nos subdistritos de Catuama e Barra de Catuama. Porém algumas dessas atividades, como a pavimentação de vias, começam a ter maiores índices de realizações no período próximo a alta estação. Exemplo disso ocorre na comunidade Porto do Sol, no subdistrito de Catuama, que infelizmente ainda não é calçada, mas que quando se aproxima o período de chegada dos moradores temporários e veranistas a subprefeitura de Ponta de Pedras realiza a cobertura dos buracos ocasionados no inverno, melhorando o deslocamento da população.

Diante desse cenário, os moradores permanentes do distrito de Ponta de Pedras, quando questionados sobre o desenvolvimento de tais políticas públicas (geral ou até mesmo de turismo), nas entrevistas semiestruturadas e nos formulários on-line aplicados para o desenvolvimento dessa pesquisa, apontaram mais políticas no que tange aos objetivos gerais como as destinadas a saúde (pois recentemente todas as unidades de saúde do distrito foram reformadas) e pavimentação especificamente na sede distrital e em Barra de Catuama). Sobre as políticas públicas de turismo os veranistas e moradores afirmaram que, embora o Calçadão de Ponta de Pedras encontre-se em fase final de obras, muito ainda precisa ser feito, pois falta letreiro turístico nas praias, praças e demais atrativos para os visitantes e residentes fixos.

Do exposto neste capítulo, concluímos como as políticas públicas são entes importantes para as transformações socioespaciais. Isso também demonstra como o Estado é um agente de grande capacidade de mobilizar recursos, envolver distintos agentes sociais e promover a permanente (re)produção do espaço. Vale ressaltar que num contexto de periferia do capitalismo, como o recorte territorial investigado, o papel do Estado parece ainda mais importante, pois quando ele não chega, ou chega precariamente, isso logo fica nítido na paisagem, através da precariedade urbanística, da falta de infraestrutura e de serviços urbanos adequados, dentre outras constatações.

## 7 CONCLUSÕES

O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a dinâmica da (re)produção do espaço urbano litorâneo do distrito de Ponta de Pedras, localizado no município de Goiana -PE, considerando as transformações socioespaciais relacionadas com a instalação das primeiras e segundas residências, essas últimas fruto do fenômeno da vilegiatura marítima, que acarretou num aumento significativo dos veranistas, moradores temporários e ex-veranistas na localidade.

Para tanto, adotou-se como primeiro objetivo específico a contextualização dos condicionantes da produção do espaço, ou seja, quais foram as atividades pioneiras que causaram as instalações das primeiras e segundas residências na localidade, visto que existem relatos de que as últimas estão presentes no distrito desde 1965. A partir de então, pudemos constatar 3 atividades econômicas que causaram a inicial transformação espacial de Ponta de Pedras: 1. A instalação da colônia de pescadores que deu origem à vila de Ponta de Pedras; 2. O artesanato em cana brava, originado da fibra utilizada para fazer covos de pesca (antigas armadilhas para capturar peixes) e 3. O impulso inicial da atividade turística, mais especificamente, o desenvolvimento do turismo litorâneo de massa que promoveu as intensificações da vilegiatura marítima no distrito em foco. Ambas as atividades foram iniciadas no centro distrital, fazendo com que as residências e conseqüentemente a população local e vilegiaturista inicial ficassem concentradas em Ponta de Pedras - Centro.

O segundo objetivo específico consistiu em caracterizar o município de Goiana e o distrito de Ponta de Pedras em termos demográficos e socioeconômicos. Essa caracterização foi realizada através de informações disponibilizadas pelo IBGE por meio das plataformas IBGE Cidades e SIDRA, esta última especificamente para o distrito estudado. Nessa análise, constatou-se que o município de Goiana se encontra, de acordo com o IDH-M, em nível de desenvolvimento médio (0,651). Esse resultado é devido ao turismo histórico local e principalmente as suas transformações econômicas recentes explicadas pelas instalações da HEMOBRÁS, da Vivix Vidros Planos e da Fiat-Jeep, que transformaram Goiana no município com o quarto maior PIB a preços correntes do estado de Pernambuco, ficando atrás apenas de Recife, Jaboatão dos Guararapes e Ipojuca.

Em contrapartida, o município aponta índices escolares que precisam ser melhorados com urgência, pois se comparado nacional, estadual e regionalmente, ele ocupa posições preocupantes, como constatado no capítulo 3. Na perspectiva de Saúde, o município ainda precisa melhorar muita coisa, visto que de 185 municípios pernambucanos analisados pelo IBGE, Goiana está na 118ª colocação e 5ª de sua RGI.

Em Ponta de Pedras, por sua vez, no que tange às caracterizações realizadas em prol de cumprir o segundo objetivo específico, não foram encontrados dados para PIB, Educação e outros pontos analisados no capítulo 3, já que esses dados são produzidos para o município como um todo. Mas, apontou-se que o distrito contém escolas públicas estaduais e municipais - além das unidades pertencentes à iniciativa privada - contém unidades de saúde na sede e nos subdistritos e que a atividade econômica está voltada para a pesca, o turismo litorâneo, para pequenos comerciantes e para a dinâmica imobiliária do distrito.

Ficou muito evidente a condição periférica de Goiana e do distrito de Ponta de Pedras no que tange às condições de vida da sua população, reveladas pelos baixos níveis de rendimento da expressiva parcela da população, cuja realidade é ainda mais contraditória frente ao PIB municipal. A precariedade da infraestrutura urbana é outro ponto que sinaliza muito bem essa condição de periferia pobre assumida tanto pelo município como um todo, quanto pelo distrito de Ponta de Pedras.

Em relação ao terceiro objetivo específico, que consistiu na análise da (re)produção do espaço de Ponta de Pedras no que tange às primeiras residências e à vilegiatura marítima, chegou-se à seguinte conclusão: as atividades primárias e o desenvolvimento da vilegiatura marítima causaram intensas transformações espaciais no distrito, principalmente esta última quando associada à dinâmica de venda de lotes promovidas pela Solário Empreendimentos nos subdistritos de Catuama e Barra de Catuama, tornando localidades que anteriormente eram pontos de pesca em regiões habitadas principalmente por veranistas, ex-veranistas e moradores temporários.

A literatura estudada para desenvolvimento deste trabalho, também apontou maior índice de casas de veranistas e de moradores não-fixos em Ponta de Pedras e isso, de acordo com entrevistas realizadas com a população local, acaba causando impactos negativos na localidade, pois alguns moradores permanentes apontaram que o calçamento, principalmente em Catuama, ainda não foi realizado devido ao quantitativo de votantes na localidade, mostrando, mais uma vez, que os índices de moradores temporários e visitantes são superiores ao da população fixa.

Notou-se também, que essa (re)produção do espaço ocorre através de quatro grupos: 1. veranistas (que alugam as casas de veraneio ou ficam em casas de parentes); 2. Moradores temporários (aqueles que possuem residências próprias para veraneio); 3. moradores fixos (aqueles que sempre moraram em Ponta de Pedras) e 4. ex-veranistas (aqueles que possuíam casa de praia na localidade e que se tornaram moradores fixos, em virtude de aposentadorias e busca por melhores qualidades de vida).

O quarto objetivo específico preocupou-se em analisar as políticas públicas gerais e as políticas públicas de turismo em Ponta de Pedras. Notou-se, que muito ainda precisa ser feito devido à falta de calçamento nas localidades (apenas as vias principais são asfaltadas em paralelepípedo), o asfalto é encontrado apenas na descida da PE-49, mas ao adentrar no distrito este já se transforma em paralelepípedo que, inclusive, em certos pontos estão precisando de manutenção. Esse comportamento de calçamento da via principal se estende até o subdistrito de Barra de Catuama. Logo, chegou-se à conclusão de que a Prefeitura Municipal de Goiana e a Subprefeitura de Ponta de Pedras precisam realizar melhorias de infraestrutura urbana no distrito.

Em virtude do turismo litorâneo, a falta de equipamentos de lazer gratuitos é latente, não se tem letreiro ainda (está em processo de licitação), as praças precisam de melhorias urgentes (logo, as atividades de lazer em melhores escalas são promovidas por empresas privadas como a Navegantes da Barra e a Bravo Turismo), o calçadão encontra-se em fase final de reforma e o calçamento precisa ser requalificado nas vias que possuem e realizado nas vias que não possuem, pois muitos relatos feitos por veranistas apontaram que estes já tiveram problemas com seus veículos particulares devido às condições de acesso a certas localidades.

Diante de tantas necessidades, por meio de dados fornecidos pela Secretaria de Obras e Urbanismo de Goiana foram constatadas algumas políticas públicas que estão em execução e em fase de licitação no distrito foco, como: a finalização da obra do calçadão, a realização do centro de esportes e lazer (em licitação), a instalação de letreiros turísticos em Ponta de Pedras, Catuama e Barra de Catuama (em licitação), reforma do Mercado Público de Ponta de Pedras (em licitação) e pavimentação do Sítio - em Ponta de Pedras, entre outras obras.

Então, diante do exposto nos resultados e discussão, podemos afirmar que o levantado no problema de pesquisa, que questionou justamente como se deu o desenvolvimento da dinâmica espacial urbana de Ponta de Pedras, pode ser explicado através da atividade pioneira do distrito (a pesca), as demais atividades (artesanato e turismo), que foram, aos poucos, moldando a estrutura populacional e chamando a atenção dos primeiros vilegiaturistas. Porém, o “boom” residencial e conseqüentemente populacional aconteceu entre as décadas de 2000 e 2020, como visto nas análises de expansão da mancha urbana no capítulo 4, impulsionados pela venda de loteamentos abertos promovidas pela Solário Empreendimentos desde a década de 1995 (27 anos atrás). Essa empresa, inclusive, realiza vendas através de financiamentos promovidos pela Caixa Econômica Federal, gerando parcerias entre setores públicos e privados na comercialização dos lotes territoriais, nas localidades de Catuama a Barra de Catuama. O centro distrital, Ponta de Pedras, teve movimento de ocupação impulsionado pela dinâmica econômica originada na região.

Notou-se, também, que essas ocupações territoriais geraram certos problemas ambientais e sociais na localidade. Entre os problemas ambientais, podemos citar a falta de limite das construções, estas chegando às proximidades da lagoa e do mangue de Catuama, além da intensa ocupação paralela à linha de costa, transformando a maioria dos acessos ao mar em verdadeiros “becos de passagem”. Logo, tais construções deixaram de lado as questões ambientais e isso sinaliza também a falta de fiscalização dos órgãos governantes municipais nesse quesito. Sobre os impactos socioespaciais, podemos afirmar que as comunidades tradicionais foram realocadas para comunidades mais carentes da região, habitando inclusive áreas de morros com riscos de deslizamentos localizados principalmente em Ponta de Pedras - Centro.

Agora que já detalhamos os elementos conclusivos dessa pesquisa, cabe-nos apontar algumas dificuldades encontradas para realização da mesma, como a falta de informações específicas para o distrito pelo IBGE (este forneceu apenas dados de quantitativos populacionais e residenciais de acordo com as informações citadas no capítulo 3, sendo insuficientes quesitos como saneamento, educação, saúde em específico para o distrito. Fora que os índices populacionais e residenciais não são fornecidos por distritos e sim numa perspectiva geral, ou seja, os dados são levando em consideração todo o distrito de Ponta de Pedras). Outra questão foi a falta de informações para dados específicos da localidade foco de pesquisa pela Prefeitura Municipal de Goiana e pela Subprefeitura de Ponta de Pedras (esta última ainda está preparando material sobre a localidade, então fez a indicação para contato com responsável desse projeto).

Referente às entrevistas, as dificuldades encontradas foram contatar veranistas em período de baixa estação, por isso só foi possível entrevistar 88 pessoas desse grupo. Em virtude dos moradores locais, foram entrevistados 97, esse índice não foi superior devido a algumas pessoas terem se negado a realizar a entrevista/formulário por medo de questões políticas. Houve também uma dificuldade em encontrar agentes que trabalhassem com a dinâmica de aluguel na região, devido ao fato desses aluguéis serem por iniciativa própria dos donos dos imóveis e corretores independentes. Como sabemos, o distrito existe apenas oficialmente, mas, fora isso, tudo é decidido no contexto do município como um todo. Sendo assim, muitas das ausências e carências de Ponta de Pedras passam muito por essa questão que é tanto jurídica como política. A existência de uma subprefeitura nesse distrito não significa qualquer autonomia de gestão local dos seus problemas, simplesmente por não há orçamento a ser gerido pelo distrito. Na prática, sob o olhar da gestão urbana, Ponta de Pedras como os milhares de distritos que compõem os municípios brasileiros são uma ficção político administrativa.

Também é válido destacar que este trabalho está longe de dar conta na sua íntegra de toda a problemática urbana que afeta Ponta de Pedras, aliás nunca tivemos essa pretensão. Logo, há ainda muitas trincheiras a serem abertas por meio de novos estudos que certamente vão contribuir para a elucidação dos problemas que afetam não apenas esse distrito, como o território municipal como um todo. Goiana é um município historicamente importante por ter sido uma das áreas onde a monocultura açucareira e o latifúndio, ambos associados com a escravidão, prosperaram no período colonial em Pernambuco. Como as marcas do colonialismo estão presentes no espaço geográfico até os dias de hoje, não é surpresa que esse município, rico e importante historicamente, carregue consigo, em pleno século XXI, as marcas do arcaísmo representado pela acentuada pobreza e desigualdade social, ainda hoje. A modernização econômica abordada de relance neste trabalho, é sempre uma caricatura nua e crua do passado escravocrata.

Foram através de tais premissas que o trabalho foi desenvolvido. Notou-se que muito ainda será modificado em Ponta de Pedras, visto que a produção do espaço continua acontecendo com bastante velocidade na localidade e, a futura entrega desses equipamentos de infraestrutura urbana prometidos pela Secretaria de Obras e Urbanismo de Goiana, pode significar chegada de mais veranistas aumentando, conseqüentemente, a expansão urbana de Ponta de Pedras. Logo, a promoção de novas políticas públicas e o adiantamento das que estão em realização/licitação, são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do distrito em foco.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO.

Goiana - Aspectos Históricos. Disponível em: [http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89568.pdf](http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89568.pdf). Acesso em 21/07/2022.

AGUIAR, S. Mudanças em um grupo de jangadeiros de Pernambuco. Recife Imprensa Universitária, 1965.

ARAUJO, C. LUNA, A. **Goiana: cidade das oportunidades? A produção do espaço urbano resultante da implantação do polo industrial de desenvolvimento norte.** Oculum Ensaios, vol. 14, núm. 3, pp. 577-594, 2017. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. DOI: 10.24220/2318-0919v14n3a3711. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3517/351754586009/movil/>. Acesso em: 20/07/2022.

ARAUJO, Cristina Pereira de. **Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários.** 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.16.2011.tde-19012012-140819. Acesso em: 2022-08-01.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Acesso em: Estatísticas da Saúde; Mortalidade 1992. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul.

BEZERRA, R. BEZZERA, A. Desenvolvimento ou crescimento econômico? os impactos das transformações recentes no município de Goiana, Pernambuco. Revista de Geografia (Recife), Recife, v. 35, p. 180-207, n. 2, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Carrefour%20Torre/Downloads/229337-113087-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Carrefour%20Torre/Downloads/229337-113087-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 16/07/2022.

BRASIL. Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.972.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.972.htm). Acesso em 07/06/2022.

BRASIL. Lei nº 10.257, 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jun. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)> Acesso em: 07/05/2022.

BRASIL. Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Do Planejamento Governamental e do Plano Plurianual da União. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13971.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13971.htm)>. Acesso em: 07/06/2022.

BRASIL. Lei nº 11.771, 17 de Dezembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 set. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm)>. Acesso em: 07/06/2022.

CARLOS, A. F. A. Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole [recurso eletrônico] / Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/388/340/1387>. Acesso em: 13/05/2022.

COLAS, J.L. **La Residencia Secundaria en España**: estudio territorial e su uso y tenencia. Tese(Doctorado en Geografía) - Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2003. Disponível em: <https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/4952/jlc1de2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/05/2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço**: um texto paradiscussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-51.

CRUZ, R. C. A. Introdução à geografia do turismo/Rita de Cássia Ariza da Cruz. - 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, R. C. A. **Políticas Públicas de Turismo no Brasil**: território usado, território negligenciado. Geosul. Santa Catarina, v. 20, p. 27-43, n. 40, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/207941/mod\\_resource/content/1/Artigo%20CRUZ.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/207941/mod_resource/content/1/Artigo%20CRUZ.pdf). Acesso em: 16/05/2022.

Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017/IBGE. Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas/#/home](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home). Acesso em: 07/06/2022.

FUNDAÇÃO ABRINQ. O que fazemos. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/o-que-fazemos/programa-empresa-amiga-da-crianca>. Acesso em: 18/07/2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). IGP-M: resultados 2022. Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/igpm-resultados-2022>. Acesso em: 24/07/2022.

GOIANA, Prefeitura Municipal de. Nossa História. Disponível em: <https://goiana.pe.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 05/05/2022.

Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2009.

Google Fotos. Pousada Tropical. Disponível em: [https://www.google.com.br/travel/hotels/entity/CgsIzvr-j-](https://www.google.com.br/travel/hotels/entity/CgsIzvr-j-KvY3nARAB/photos?utm_campaign=sharing&utm_medium=link&utm_source=htls&ts=CAESABogCgIaABIAEhQKBwjmDxAIGAoSbWjmDxAIGAsYATICEAAqBAoAGgA&ved=0CAAQ5JsGahcKEwiAyOWB0qT5AhUAAAAAHQAAAAAQAw)

[\\_KvY3nARAB/photos?utm\\_campaign=sharing&utm\\_medium=link&utm\\_source=htls&ts=CAESABogCgIaABIAEhQKBwjmDxAIGAoSbWjmDxAIGAsYATICEAAqBAoAGgA&ved=0CAAQ5JsGahcKEwiAyOWB0qT5AhUAAAAAHQAAAAAQAw](https://www.google.com.br/travel/hotels/entity/CgsIzvr-j-KvY3nARAB/photos?utm_campaign=sharing&utm_medium=link&utm_source=htls&ts=CAESABogCgIaABIAEhQKBwjmDxAIGAoSbWjmDxAIGAsYATICEAAqBAoAGgA&ved=0CAAQ5JsGahcKEwiAyOWB0qT5AhUAAAAAHQAAAAAQAw). Acesso em: 22/07/2022.

HEMOBRÁS - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia. Nossa Fábrica. Disponível em: <https://hemobras.gov.br/nossa-fabrica/>. Acesso em: 20/05/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05/05/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Notas Metodológicas - Censo 2010. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html#:~:text=Domic%C3%ADlio%20particular&text=Os%20domic%C3%ADlios%20particulares%20desagregam%2Dse,\(loja%2C%20f%C3%A1brica%20etc.\)](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html#:~:text=Domic%C3%ADlio%20particular&text=Os%20domic%C3%ADlios%20particulares%20desagregam%2Dse,(loja%2C%20f%C3%A1brica%20etc.)). Acesso em 21/07/2022.

- Isabella Soares (@seurbogoiana). 2020. Instagram. URL: <https://instagram.com/seurbogoiana?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 25/06/2022.
- Jeep. A fábrica Jeep mais moderna do mundo. Disponível em: <https://www.jeep.com.br/fabrica.html>. Acesso em: 21/05/2022.
- KADIR, A. **A instabilidade do mercado habitacional**. 1983. 189 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1607962>. Acesso em: 23/07/2022.
- KIYOTANI, I. B. **O desafio da qualidade paisagística e do turismo sustentável no litoral paraibano: a Praia de Jacumã, Conde/PB**. *Turis Nostrum*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tn/article/view/13374>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Apresentação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 18/07/2022.
- MIRANDA, A. *Praias de Goiana*. Olinda: Livro Rápido, 2010.
- MORAES, A. C. R. (1997). Beira do mar, lugar comum? A valorização e a valoração dos espaços litorâneos. *Paisagem E Ambiente*, (10), 51-69. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i10p51-69>
- MOTA, J. **Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica**. *Revista Humanidades e Inovação. Tocantins*. v.6, p. 372-380, n. 12, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Carrefour%20Torre/Downloads/1106-Texto%20do%20artigo-5581-3-10-20191011%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Carrefour%20Torre/Downloads/1106-Texto%20do%20artigo-5581-3-10-20191011%20(1).pdf). Acesso em: 10/07/2022.
- OLIVEIRA, J.A.R. **Zoneamento ambiental e ocupação territorial geográfico do distrito de Pontas de Pedra no município de Goiana litoral norte de Pernambuco - Brasil**. *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 8, nº 2, p. 31-52, set/2017. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/8edicao/n21/2.pdf>. Acesso em: 24/07/2022.
- PANIZZA, Andrea de Castro; ROCHA, Yuri Tavares; DANTAS, Aldo. O LITORAL BRASILEIRO: EXPLORAÇÃO, OCUPAÇÃO E PRESERVAÇÃO - UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE REGIÕES LITORÂNEAS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E RIO GRANDE DO NORTE. *RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 17, jun. 2009. ISSN 2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/10271/10661>. Acesso em: 16 mar. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v17i0.10271>.
- PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no nordeste do Brasil**. 2012. 350 f.: Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza-CE, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7497>. Acesso em 17/05/2022.
- PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA-ES. **Produto Interno Bruto (PIB) municipal a preços correntes em (R\$ milhões)**. Disponível em: <https://painel.serra.es.gov.br/objetivo/10/indicador/21>. Acesso em 20/07/2022.
- RODRIGUES, A. M. **Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: um estudo do processo de ocupação de terras**: Osasco: FFCLH, 2009, 314. Disponível em: [https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/livro\\_arlete\\_procuralugar.pdf](https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/livro_arlete_procuralugar.pdf). Acesso em 24/07/2022.

RODRIGUES, N. A. Repercussões Espaciais das Políticas Públicas de Turismo no Litoral Pernambucano a partir de 2003. Recife, 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/wp-content/uploads/2022/05/A-Natureza-do-Espa%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 19/07/2022.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas e análises, casos práticos**. 2010.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA). Tabela 202 - População residente por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 18/06/2022.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA). Tabela 1310 - Domicílios recenseados, por espécie e situação do domicílio - Sinopse. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1310>. Acesso em: 18/06/2022.

[S.I]. Instagram, 31 jan. 2021. URL: [https://www.instagram.com/p/CKt2Ru\\_ly\\_M/?igshid=YmMyMTA2M2Y=](https://www.instagram.com/p/CKt2Ru_ly_M/?igshid=YmMyMTA2M2Y=). (@pousada\_sayonara). Acesso em: 19/06/2022.

[S.I]. Instagram, 16 fev. 2016. URL: <https://www.instagram.com/p/BB2QPflxgjm/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. (@dotosonhadorbeach). Acesso em: 19/06/2022.

VIVIX Vidros Planos. Quem somos. Disponível em: <https://vivix.com.br/pt/quem-somos>. Acesso em: 20/05/2022.

